

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS IDOSOS ÀS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NÃO FORMAIS VIVENCIADAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

LEANDRO CAMPOS BARROCAS

PROFESSORA DRA. JANE MERY RICHTER VOIGT (Orientadora)

PROFESSORA DRA. SILVIA SELL DUARTE PILLOTTO (Coorientadora)

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Práticas Educativas

Joinville – SC

2017

LEANDRO CAMPOS BARROCAS

SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS IDOSOS ÀS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NÃO FORMAIS VIVENCIADAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas Educativas. Orientadora: Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt. Coorientação: Profa. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto.

Joinville – SC

2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

R672c Barrocas, Leandro Campos
Sentidos e significados atribuídos pelos idosos às práticas educativas não formais vivenciadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/ Leandro Campos Barrocas; orientadora Dra. Jane Mery Richter Voigt, coorientadora Dra. Sílvia Sell Duarte Pillotto. – Joinville: UNIVILLE, 2017.

129 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville)

1. Política pública. 2. Idosos - Educação. 3. Educação não-formal. I. Voigt, Jane Mery Richter (orient.). II. Pillotto, Sílvia Sell Duarte (coorient.). III. Título.

CDD 320.6

Termo de Aprovação

"Sentidos e Significados atribuídos pelos Idosos às Práticas Educativas Vivenciadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS"

por

Leandro Campos Barrocas

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.

Profa. Dra. Jane Mery Richter Voi

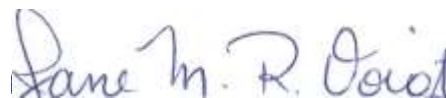
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Rosânia Campos

Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Jane Mery Richter Voigt

Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Rita Buzzi Rausch

(FURB)



Prof. Dra. Rosânia Campos
(UNIVILLE)

Joinville, 18 de dezembro de 2017

DEDICATÓRIA

À minha amada madrinha Maria Eugênia, que sempre esteve ao meu lado e sempre estará nas minhas lembranças e nos meus pensamentos. Seus exemplos, suas lições e sua incondicional parceria foram, são e serão inesquecíveis. Nosso vínculo nunca foi apenas de uma relação batismal, transcende a tudo isso, viaja, não cabe na palavra

Sempre me mostrou, me ensinou a agir com respeito e com hombridade. Nos seus atos com todos da família, sempre havia dignidade, lealdade, honestidade e um amor que não se explica, não se mede, não se traduz.

Diante da maior das maiores dificuldades, você foi ... “simplesmente” você! Nos ensinou que a resignação não se confunde com conformismo, que determinação e coragem são capazes de surpreender a ciência e que, mesmo quando não havia nada mais a ser feito, quando ninguém podia esperar mais nada de você, sua serenidade nos ensinou que nunca é tarde demais para se aprender algo a mais.

Muito obrigado por ter sido a melhor madrinha que eu poderia ter.

Nossa história não começou aqui e não acabou aqui. Até qualquer dia.

Chega um momento em sua vida, que você sabe:

Quem é imprescindível para você,

quem nunca foi,

quem não é mais,

quem será sempre!

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dra. Jane Mery Richter Voigt e coorientadora, Dra. Silvia Pillotto, as quais devo o caminhar da minha formação como pesquisador. Pela paciência, dedicação, exigência, instrução e pelo incansável comprometimento com o resultado do trabalho.

Aos meus pais, José Eduardo e Linda, por terem me propiciado o estudo de qualidade e terem me instigado à qualificação como um diferencial. À Camila, minha esposa e companheira de todas as horas, pelos dias vividos e pelos que iremos viver. Aos melhores produtos de mim, minhas doces filhas, Bruna e Luísa, pela compreensão de que o meu isolamento no escritório era necessário e com um pedido de desculpas pelas horas que precisei me ausentar e privar do prazer que é conviver com vocês.

À parceira de mestrado e amiga Ana Cristina, pelas discussões, críticas, pelo companheirismo e trabalhos que realizamos juntos, que fizeram parte da história dessa trajetória e dessa pesquisa.

Por fim, mas não com menos relevância, um especial agradecimento a todos os participantes da pesquisa, os gentis e generosos idosos membros do CRAS do Jardim Paraíso, que permitiram não somente o desenvolvimento da presente pesquisa, mas também e principalmente, me proporcionaram uma experiência ímpar, que levarei comigo e se eu tiver a sorte e o privilégio de envelhecer, certamente me fará um idoso muito mais consciente, participativo, sereno e com uma capacidade de escutar e entender as lições da vida. Assim, nominalmente, um muito obrigado aos queridos jovens da terceira idade, Sra. Aládia, Sr. Antonio, Sra. Emília, Sra. Iracema, Sr. João, Sr. Nelso, Sra. Rosa e Sra. Rosilda.

Em seu depoimento, o Sr. Nelso, de forma muito natural, chegando a arrancar gargalhadas dos demais participantes, disse que, quando era criança, “vivia mais morto do que vivo, que não podia nem ter uma alegria muito grande nem uma tristeza muito profunda, que, *pá!* Morria!”. Enfim, parece que a vida cansou de brincar de morto e vivo e o jogo que vinha sendo ganho de goleada pelo Sr. Nelso, teve um lance decisivo e fatal, ao menos nesse campo. Sr. Nelso, Estamos Juntos! Registro aqui o meu muito obrigado!

Por fim, um agradecimento muito especial às ilustres professoras Dras. Rita Buzzi Rausch, Jane Mery Richter Voigt, Silvia Pillotto e Rosânia Campos, que compuseram a banca de qualificação, momento de fundamental importância para o corpo da pesquisa, pois as contribuições e sugestões acabaram por lapidar o que estava bruto por demais e, assim, permitir que o resultado se apresentasse para defesa, diante da mesma banca.

RESUMO

A presente pesquisa intitulada “Sentidos e significados atribuídos pelos idosos às práticas educativas não formais vivenciadas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” é vinculada à linha de pesquisa Políticas Públicas e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). O objetivo da pesquisa é identificar os sentidos e significados atribuídos pelos idosos às práticas educativas vivenciadas no CRAS. Ao considerar o envelhecimento da população brasileira, a dinamicidade dos mecanismos sociais e tecnológicos da contemporaneidade, observamos que há um movimento no tocante à participação mais ativa e contundente dos idosos no mundo produtivo, contribuindo, tanto em relação aos papéis sociais, como na estrutura familiar e, muitas vezes, em ações educativas não formais. Contudo, fato é que o desempenho de tais papéis, em grande parte, depende da adoção de políticas públicas voltadas e projetadas para as necessidades e aspirações do grupo. Nesse norte, a pesquisa é qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados o Grupo de Discussão com oito idosos frequentadores do CRAS do Jardim Paraíso, na cidade de Joinville-SC, de modo a melhor identificar os sentidos e significados das práticas educativas não formais vivenciadas pelos participantes, a figura do educador social e sua relevância junto aos idosos pesquisados e, do CRAS como política pública. A análise dos dados será realizada por meio da metodologia denominada Núcleos de Significação de Aguiar e Ozella (2013). Os resultados encontrados, especialmente quanto à orientação, instrução, saúde, apoio emocional e aprendizagem de novas práticas, poderão contribuir para o desenvolvimento de novas práticas educativas e políticas públicas no sentido de proporcionar uma formação mais humanista e participativa. Esperamos, com a presente pesquisa, contribuir para a implementação, pelos órgãos responsáveis e pela própria sociedade, como ente cobrador de soluções para os problemas contumazes do cotidiano, de políticas públicas cada vez mais voltadas para os interesses e reais necessidades da terceira idade, mobilizando, provocando e mantendo o idoso ativo no desempenho de diversas funções.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Práticas Educativas, Educação Não Formal, Idosos, Sentidos e Significados.

ABSTRACT

The present research entitled "Senses and meanings attributed by the elderly to the educational practices lived in the Reference Center of Social Assistance - CRAS" is linked to the research line Public Policies and Educational Practices of the Postgraduate Program - Master in Education of the University of the Region of Joinville (UNIVILLE). The objective of the research is to identify the senses and meanings attributed by the elderly to the educational practices experienced in CRAS. When considering the aging of the Brazilian population, the dynamism of the social and technological mechanisms of the contemporaneity, we observe that there is a movement regarding the more active and forceful participation of the elderly in the productive world, contributing, both in relation to social roles, and in the family structure and often in non-formal educational actions. However, the fact is that the performance of such roles, to a great extent, depends on the adoption of targeted public policies designed for the needs and aspirations of the group. In the north, the research will have a qualitative approach, having as an instrument of data collection the Discussion Group with eight elderly people attending the CRAS of Jardim Paraíso, in the city of Joinville-SC, in order to better identify ills, fragilities, desires, mainly, the senses and meanings of the educational practices experienced by the participants, the social educator figure and its relevance with the surveyed elderly, and CRAS as public policy. The analysis of the data will be carried out through the methodology called Aguiar and Ozella Meaning Cores (2013). The results may contribute to educational practices and public policies in the sense of providing a more humanistic and participatory training. We hope, with this research, to contribute to the implementation, by the responsible organs and by the society itself, as solution collectors of the constant problems of daily life, of public policies increasingly focused on the interests of the elderly, mobilizing, provoking and keeping the elderly active in performing various functions.

Keywords: Public Policies, Educational Practices, Non-Formal Education, Old Age, Senses and Meanings.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE – Associação Catarinense de Ensino

AF – Atividade Física

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social

NUPAE - Núcleo de Pesquisa em Arte na Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Identificação dos idosos membros da pesquisa	54
Tabela 02 - Os Pré-Indicadores	67
Tabela 03 - Dos Indicadores	69
Tabela 04 - Dos Núcleos de Significação.....	71
Tabela 05 - O Núcleo "Amizade"	79
Tabela 06 - O Núcleo "O Ser Ativo"	85
Tabela 07 – O Núcleo “Desenvolvimento”	96

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 01 – TABELA DE INDICADORES.....	102
Apêndice 02 - TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO.....	103
Apêndice 03 - TCLE117
Apêndice 04 - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E SOM.....	118

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - CONSTRUINDO O PONTO DE VISTA.....	15
INTRODUÇÃO -	20
CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	33
1.1 Das práticas educativas em espaços não formais.....	46
CAPÍTULO 2 – O CAMINHO METODOLÓGICO.....	49
2.1 O Locus da Pesquisa e de discussão	51
2.2 O instrumento de coleta dos dados da pesquisa	56
2.2.1 Da estruturação do grupo de discussão.....	58
2.3 A coleta dos dados.....	61
2.4 Procedimentos de análise dos dados.....	61
CAPÍTULO 3 – DA FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO.....	64
3.1. Os Pré-indicadores.....	64
3.2. Os Indicadores.....	68
3.3. Núcleos de Significação.....	69
3.4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	72
3.4.1. Núcleo de Significação – Amizade.....	72
3.4.2. Sentidos do Núcleo de Significação – O Ser Ativo.....	80
3.4.3. Sentidos do Núcleo de Significação – O Desenvolvimento	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
APÊNDICE 1 - Tabela de Pré-indicadores, Indicadores e Grupo de Significação.....	102
APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO.....	103

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	117
APÊNDICE 4 – AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E SOM	118
REFERÊNCIAS.....	119

APRESENTAÇÃO - CONSTRUINDO O PONTO DE VISTA

Parafraseando Leonardo Boff (1997), “todo ponto de vista é a vista de um ponto”. Nesse sentido, ninguém é capaz de simplesmente formar conceitos, tomar opiniões ou posicionar-se de forma coerente sem ter seus pés apoiados em determinado solo, capaz de lhe permitir um raciocínio lógico e linear.

Partindo dessas considerações, para que eu possa atingir meu objetivo com a presente pesquisa, importante se faz a narrativa de como venho construindo o meu ponto de vista, quais são as minhas bases e que solo é esse em que piso e onde se localiza o meu mirante, proporcionando a visão que tenho sobre os assuntos que passarei a abordar adiante.

Nasci no bairro do Humaitá, literalmente sob a mão direita do Cristo Redentor, na linda e maravilhosa cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1974, sendo o primeiro filho do Sr. Barrocas e da D. Linda, um casal carioca de classe média, ele estudante de economia e ela, apenas com o ginásio completo.

Muito antes das lembranças e da educação escolar, trago as recordações das bases e dos valores familiares, pois a primeira infância foi permeada por uma intensa convivência com eles, notadamente influenciada pela constante participação dos parentes mais velhos, como avôs e bisavós.

Infelizmente, o Vovô Jaime (avô materno), que somente consigo recordar-me de sua fisionomia (talvez influenciado pelas fotografias) e do seu Alfa Romeu vermelho, deixou esse terreno em fevereiro de 1976, muito jovem e de forma muito precoce, não me permitindo ter mais memórias, senão aquelas hilárias narrativas dos que ficaram, seja de seus medos e de seus métodos de entreter a todos e de *sair de fininho*, sem fazer notar-se sua escapada.

Dada a proximidade física das residências dos avós e pelo vínculo existente entre meus pais e todos os demais, o convívio com os tios e avós era frequente, fazendo com que eu tivesse a rica oportunidade de, desde muito cedo, apreciar a experiência que aquelas pessoas, com visões tão mais serenas e tranquilas, podiam passar. Posso relatar com segurança que a relação com os meus avós era de admiração e de constante análise, querendo sempre aprender coisas novas com as experiências vividas e narradas por eles.

O “Vô Barrocas”, bancário aposentado, cultivava hábitos que muito me atraíam, especificamente, todos voltados à natureza e criação de animais. Seus pássaros, todos devidamente registrados junto aos órgãos de controle e preservação e criados em cativeiro

com extrema responsabilidade e dedicação, eram, via de regra a temática de nossas conversas, nas quais ele passava verdadeira aula sobre o comportamento, necessidades e cuidados para com as diversas espécies que ele criava.

No sítio que ele mantinha em Itaipuaçu, distrito de Niterói, com 22 mil m², predominava o plantio de milho e cana de açúcar, com diversas espécies de árvores frutíferas, naquela época exóticas, tais como ciriguela, cajá-manga, tamarindo, carambola e abiu roxo, além da criação de galinhas, coelhos, porcos e os viveiros de pássaros, sendo esses o meu maior interesse, mas sobre tudo isso, versavam nossas conversas.

A admiração que eu tinha pela vasta sabedoria dele acerca de tais assuntos, me fazia dizer, por volta dos sete anos de idade, que, quando eu crescesse, eu queria ser aposentado, pois era o que eu escutava ser a “ocupação” dele, sem, por óbvio, entender o que seria a aposentadoria.

Da mesma forma era o fascínio pela Vó Tina, uma referência em educação, serenidade e civilismo e pela Vó Nini, carinhosamente apelidada de Vó Jeitinho, dada sua incansável missão de sempre deixar seus netos satisfeitos e nunca desapontados, independentemente do grau da dificuldade daquilo que se pretendia.

Aos 15 anos, então aluno do Colégio Batista Brasileiro, no Rio de Janeiro, tive como professor de História, matéria que, aliada à Língua Portuguesa, era a minha predileta e que me deixava mais à vontade em sala de aula, um cidadão chamado Ronaldo César. O Professor Ronaldo, com sua didática única e peculiar, despertou em mim uma grande admiração, inicialmente, pela função de ser professor.

Até então, depois de ter passado por diversas escolas e ter várias experiências com professores e sistemas diferentes, pela primeira vez tive interesse pela docência. O fato de ser um condutor do processo de ensino e aprendizagem se mostrara muito atraente, muito próximo daquilo que eu achava que seria uma bela profissão. Naquela ocasião, me recordo de, numa conversa informal com o aludido professor, ter dito que, um dia eu seria um professor.

Vontade essa que se potencializou dada à proximidade que eu tinha com a minha Madrinha, então fervorosa estudante de Engenharia Química na UFF, em Niterói. A “Dinda”, como era carinhosamente chamada, além de levar seus estudos com afinco até então nunca visto por mim, era engajada em pesquisas, em grupos de estudos e me dizia que somente a sala de aula não era o bastante, que era necessário ter sede pelo conhecimento, pois quanto mais se sabia, mais interessado pelo saber você ficava.

Às vésperas do vestibular, decidi que faria direito. Sempre me senti muito à vontade com o discurso, achava que usar do argumento, da palavra para fazer valer a sua vontade era uma condição que atraía, que me seduzia. Em 1993 ingressei no curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. A ideia era de, um dia, exercer a advocacia como profissão.

Durante todo o curso de Direito, desempenhei, em todas as empresas que atuei na qualidade de estagiário (Ipsium, Bradesco Seguros, IBM e Petrobrás Distribuidora), funções ligadas ao direito empresarial, o que fez com que eu me aproximasse muito da disciplina, gerando um significativo desenvolvimento e uma simbiose com a matéria.

Me formei em março de 1999 (colação de grau), tendo sido aprovado no exame para Ordem dos Advogados do Brasil em abril daquele ano, quando passei a exercer a advocacia como profissão na Petrobrás Distribuidora S.A.

No ano de 2001, quando atuava em escritório que defendia aos interesses da Volkswagen, recebi, durante uma passagem pela cidade de Joinville, um convite para trabalhar num escritório de advocacia com sede na cidade e com grande atuação no sul do Brasil. A ideia de uma vida mais calma do que a então conhecida no Rio de Janeiro, atrelada à qualidade de vida que Joinville sinalizava oferecer, não me fizeram pestanejar. Voltei para o Rio com a intenção de enviar meu currículo para que fosse oficializado o convite, para, enfim, me mudar.

Recebi em 2003, um convite para trabalhar em outro escritório, em Florianópolis, onde morei por cerca de nove meses, tendo retornado a Joinville em 2004. No início de março de 2005, mais precisamente numa sexta-feira, um colega advogado, que era professor na faculdade de direito, me procurou dizendo que estava de mudança naquele final de semana, e que indicou o meu nome para substituí-lo, para lecionar Direito Empresarial na Faculdade Guilherme Guimbala (ACE), no curso de Direito, em Joinville e que, se eu tivesse interesse, o diretor da instituição estaria me esperando às 19 horas daquela sexta, pois na segunda já precisaria do professor novo em sala de aula.

Naquele momento, diante da novidade, um complexo sentimento que misturava adrenalina, receio, empolgação e ansiedade se apresentava como um desafio que eu esperava há anos. Antes de aceitar o convite, me lembrei do Professor Ronaldo e de nossas conversas sobre o compromisso e a missão por detrás da docência, tendo entendido que uma porta que sempre esperei se mostrava diante de mim e que eu deveria abraçar a oportunidade.

De fato, me recordo muito bem, tanto da entrevista com o Dr. Norberto, então Coordenador do curso de Direito daquela instituição, que, ao final da conversa, me disse estar convencido de que eu estaria plenamente capacitado para tal função (sendo que jamais eu havia tido qualquer contato com a docência), bem como daquela segunda-feira, primeiro dia de aula do agora Professor Barrocas.

Aquele final de semana, entre a entrevista e o primeiro dia de aula, foi de estudo, de leitura, de revisão doutrinária e de tensão! Me recordo de ter, logo após a entrevista e de “estar contratado” como professor, me dirigido até a única livraria da cidade então aberta (dado ao horário), e ter comprado três obras, dos autores que eu mais apreciava, de modo a possibilitar uma programação didática, de acordo com a ementa apresentada pela instituição.

Tudo aquilo eu já havia visto na academia e estava plenamente ambientado, pois era o que eu fazia profissionalmente desde o primeiro estágio como estudante de direito, até os dias atuais, ou seja, trabalhar com direito de empresa, contratos, direito societário, direito do consumidor e propriedade industrial. Mas, ainda assim, seguro quanto ao conteúdo, revelei-me um cidadão apavorado com a possibilidade de falhar no método, de não ter a sensibilidade que eu trazia como exemplo e referência, de não conseguir alcançar os objetivos do processo de ensino-aprendizagem.

Apenas depois de estar engajado na docência é que me dei conta de que o professor não transmite o seu conhecimento, mas tão somente conduz o aluno para o conhecimento. Que sua função é de apontar o caminho, de conduzir e de auxiliar na apreensão deste conhecimento. Que o conhecimento não é de propriedade de ninguém ao ponto de poder ser transmitido, nem tampouco pode ser empacotado e transportado de uma mente para a outra, como um aplicativo dos dias atuais é baixado num *smartphone*. Este conhecimento está compreendido no estado da técnica, está disponível, bastando ter interesse, competência e ser bem orientado para que o resultado apareça, de forma quase que mágica.

Nesse sentido em específico, as formas de afeto demonstradas pela minha mãe, meus avós e minha madrinha se destacaram muito. A relação que eu tinha com o Vô Barrocas era mais do que de amizade e aprendizado, era de cumplicidade. Por diversas vezes, seu jeito quase que bronco de ser, pouco polido no uso das palavras, mas sempre muito sincero, me fazia questionar sua intenção. Mas sempre acabava aparecendo a sua preocupação em educar, em passar os verdadeiros valores que importavam por detrás dos atos que ele praticava. Eu costumava acompanhá-lo com frequência nas viagens para o

sítio em Itaipuaçu. Por diversas e incontáveis vezes, fomos apenas nós dois. Ele com seus 55, 60 e eu com 8, 10, 12 anos. Mas como dito, nossa relação não era apenas de avô e neto, era de uma parceria impressionante. O respeito que existia entre nós fazia com que a nossa diferença de idade quase que sumisse, como se os nossos interesses fossem os mesmos. Depois de alguns anos eu percebi que sempre foram!

Minhas duas avós sempre foram as mais fieis representações da bondade. Nunca algo que fosse, mesmo que extremamente simples, desejado por nós (envolvo aqui minhas irmãs), era ignorado. Estavam sempre prontas para realizar qualquer vontade, em agradar e satisfazer a todos. Nos faziam o bem acima de qualquer coisa, a qualquer custo, o que culminou no carinhoso apelido dado à Vó Nini, de Vovó Jeitinho.

Infelizmente, o Vô Barrocas e a Vó Nini nos deixaram cedo (ambos em 2005), mas suas lições e demonstrações de amor, carinho, afeto e sabedoria, serão eternas. A doce Vó Tina continua nos presenteando até os dias de hoje, e com seus 89 anos de idade, ela demonstra e esbanja lucidez e clareza de pensamento e nos abençoa com sua sutileza e carinho. O melhor retrato desse afeto pode ser percebido na forma com que as crianças da família, tratam e se reportam à ela, sempre com uma especial atenção e com uma doçura tocante.

Por meio de uma relação muito próxima, desde a primeira infância, até os dias atuais, a terceira idade se faz presente, de forma intensa, na minha vida, gerando uma convivência capaz de permitir análises mais profundas sobre modos de pensar, de agir e de comportamento.

INTRODUÇÃO

As minhas experiências familiares, bem como as profissionais e, especificamente com a docência, acabaram por suscitar diversas questões, em especial sobre a Constituição Federal no que diz respeito ao acesso à educação e quanto às implementações de políticas públicas voltadas para a educação, na sua grande maioria no intuito de remediar graves problemas educacionais do nosso país, me fizeram questionar os modelos e as plataformas políticas nacionais.

Assim, depois de já ter passado por duas especializações na área do direito, a primeira em Comércio e Finanças Internacionais (FGV - Fundação Getúlio Vargas - 2001), a segunda em Direito e Gestão Empresarial (Faculdade Cenecista de Joinville - 2006), e a docência no Ensino Superior, refleti sobre as críticas que eu construí nesse período e percebi que uma maior proximidade do sistema educacional seria de grande valia, o que acabou por me levar ao curso de Mestrado em Educação, para fugir do campo legal e adentrar na esfera educacional.

A primeira ideia foi de aprofundar meus conhecimentos de políticas públicas educacionais para que eu pudesse desenvolver um trabalho que pudesse aprofundar uma análise sobre a sistemática nacional de acesso à educação, notadamente quanto à previsão de garantia constitucional. Foi assim que me interessei pelo curso de Mestrado em Educação ofertado pela Univille, já planejando uma pesquisa que iria me proporcionar, não apenas um trabalho, mas também uma ampla investigação, ligando o direito constitucional às políticas públicas educacionais, que me permitisse uma base para comentar os resultados encontrados sobre o modelo vigente que, aparentemente, se mostrava ser paliativo e emergencial.

Antes de me decidir pela inscrição no processo seletivo do Mestrado em Educação ofertado pela Univille, fiz uma breve análise acerca das linhas de pesquisa e me identifiquei com a linha de políticas públicas na educação, apropriada para a minha intenção de pesquisa. Assim, a ideia de aprofundar os conhecimentos na área da educação, em uma instituição que oferecia o curso com o viés voltado para a linha de políticas públicas, haveria de engrandecer a construção da percepção pessoal acerca da educação, dos conceitos de cidadania e de políticas públicas, o que terminaria por influenciar de forma direta a amplitude da pesquisa, haja vista a proximidade com que tais eixos se entrelaçavam.

Na verdade, mais do que simplesmente entender que os mesmos estavam interligados, minha visão era no sentido de que um dependia da existência do outro e era tocado diretamente pelos seus efeitos, fazendo com que não se pudesse falar de cidadania sem que isso envolvesse educação, bem como de política pública sem cidadania.

Logo, a partir do conceito de cidadania, podemos aprofundar nossa análise. A cidadania é exercida pelos cidadãos. Cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Para Saviani (1986, p. 73), ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres: cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade e, extensivamente, da vida em sociedade. É importante lembrar que as mudanças na economia e na sociedade beneficiaram mais algumas categorias sociais do que outras. Só determinadas parcelas da sociedade alcançarão, na prática, os direitos de cidadania em sua plenitude, como o de receber os serviços públicos de água encanada e tratada, rede de esgoto, luz elétrica, etc. Outro indicador de grau de cidadania de uma nação é o tratamento que se dá aos idosos. Crianças e idosos são os dois extremos frágeis de uma sociedade. Uma sociedade que não respeita suas crianças e seus idosos põe em risco a vida de cada pessoa em particular.

Em sua obra, denominada “Cidadania no Brasil: um longo caminho”, José Murilo de Carvalho (2004) fala sobre a distinção das várias dimensões da cidadania, apontando a distinção entre as várias dimensões da cidadania, dando exemplo do modelo inglês da construção da cidadania. Na Inglaterra, os direitos civis surgiram antes dos direitos políticos, e só depois surgiram os direitos sociais. Porém, não se trata só de uma questão cronológica, ela também é lógica, pois foi baseada no exercício dos direitos civis, que os ingleses lutaram pelo direito de voto, pela participação política e esta permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram responsáveis pela introdução dos direitos sociais. Na sequência de direitos há uma exceção que é a educação, esta é considerada por Carvalho (2004) como a base da construção da cidadania, pois ela permite o conhecimento dos direitos. Uma população não-educada é um dos principais obstáculos para a construção da cidadania civil e política.

Já para Gentili e Alencar (2001, p.87), cidadania está diretamente relacionada ao exercício dos direitos como sujeito. Segundo os autores:

a cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos.

A atuação como advogado e, com isso, a necessidade de melhor conhecer direitos fundamentais constitucionais, acarretou uma insatisfação, uma inquietação decorrente do conhecimento, como a dúvida que surge depois do esclarecimento. Explico: Quando não conhecia a fundo os direitos e as obrigações do cidadão brasileiro, especificamente falando dos previstos na Constituição Federal, o texto legal parecia observado e cumprido, porém, fato é que estes direitos e obrigações, quando dispostos na letra fria da lei, sinalizam para um estado democrático de direito justo e equilibrado, beiram à utopia da forma com que são elencados e não cumpridos.

Isso porque, a experiência no universo jurídico, seja como advogado, seja como professor, me limitava a entender o sistema como decorrente de uma ordem justa e fixa, cláusula pétrea no nosso diploma maior, que não foi instituída de forma incidental, mas sim, consequência de um processo democrático e baseada em princípios de direito internacional.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU), em 1948, apresentou o direito à educação como sendo um direito inerente à raça humana. Ainda que os movimentos mundiais, consequentes da manifestação promovida pela ONU, tenham se proliferado, no Brasil, o Estado, tardiamente, passou a priorizar o direito à educação, somente por ocasião da Constituinte, culminando com a Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Analisando-se o papel primordial da educação e as mazelas acarretadas pela ineficácia quanto à igualdade no acesso e na manutenção, resta clara a ideia de que, quem não consegue ter acesso à educação, fica tolhido da capacidade que se espera do cidadão probo e inserido em seu contexto social, da qual a sua ausência, lhe torna incapaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão e participação na vida da sociedade moderna.

Contudo, ainda que com certo atraso, a Constituição de 1988 acabou por realinhar as diretrizes nacionais, que em comunhão com o restante do movimento nos países economicamente mais desenvolvidos e com políticas públicas educacionais, acabou por enunciar o direito à educação como um direito social de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os objetivos da educação brasileira, estão bem definidos na LDB e na Constituição Federal, no sentido de ser esta projetada para o pleno desenvolvimento da pessoa, para o preparo da pessoa para o exercício da cidadania e para a qualificação da pessoa para o trabalho. É importante destacar que “integram-se, nestes objetivos, valores antropológico-culturais, políticos e profissionais” (SILVA, 2005, p. 312). Ocorre que, ao fundamentar os objetivos da educação no texto legal, mais especificamente na Constituição Federal, tais diretrizes se tornam, de acordo com os jusfilósofos, princípios.

Em uma de suas mais festejadas obras, Dworkin (2002) sustenta de forma categórica que, ao se tratar de direitos e obrigações na seara jurídica, notadamente nos casos e questões mais complexas, onde a problemática com determinados conceitos se revela mais evidente, “os juristas recorrem a padrões que não funcionam como regras, mas operam diferentemente, como princípios, políticas e outros tipos de padrões”. (DWORKIN, 2002, p.36).

Nessa senda, Streck (2011) sustenta que os princípios constitucionais somente podem ser dessa forma classificados, tendo em vista o fato de serem vivenciados, ou seja, se não forem “faticizados”, por aqueles que participam da comunidade política e que determinam a formação comum da sociedade, não podem ser tratados por princípios, nem tampouco elevados ao status de constitucionais. “Os princípios decorrem de uma imbricação entre direito e moral, não podendo ser encarados como valores, mas, sim, como virtudes” (STRECK, 2011, p. 584).

Nessa linha, afirma Streck (2012, web):

Na verdade, para uma análise do “conceito” de princípio, é fundamental que se adentre no mundo prático (facticidade-existencialidade) que forjou o paradigma do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, é necessário examinar as virtudes soberanas que (sub)jazem ao texto constitucional e à densa principiologia passível de ser extraída desse elo contudístico com função de ligar política, moral e Direito. Leiamos, por exemplo, o seguinte dispositivo da Constituição: O Brasil é uma República que visa a erradicar a pobreza, garantir a justa distribuição de riqueza, diminuir as desigualdades sociais e regionais, promover os “valores” éticos por intermédio dos meios de comunicação (concessão pública), evitar discriminações, etc. Isto não vale nada? Se não vale, por que não o sacamos da Carta? Ah, ele vale? Então, façamos valê-lo. E já! Com isso, quero deixar assentado que cada texto jurídico-normativo (regra/preceito) não pode se colocar na contramão desse desiderato, digamos assim, virtuoso (convenhamos, bastante virtuoso), propagado

pelo texto da Constituição. Nem estou falando, ainda, do famoso princípio da moralidade (e seus congêneres).¹

Da análise de Streck (2012), temos, portanto, que ao ser elevado ao conceito de princípio constitucional, o direito à educação ultrapassa a noção de “simples norma” ou regra, para receber o conceito ampliado de regra baseada em costume ou em movimento social ou político. Destacam-se, portanto, com significativa evidência, as políticas públicas voltadas para toda e qualquer norma principiológica presente na Constituição Federal, como as destinadas à educação.

Visando, entre outros aspectos, uma melhor qualificação para o trabalho, as políticas públicas educacionais brasileiras devem acompanhar as diretrizes e parâmetros constitucionais, previstos no Art. 205 da Carta Magna, que trata a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Desta feita, para a formação do homem probo e consciente de seus deveres e obrigações, participativo e colaborador com o Estado e com a sociedade, imperioso que este saiba ocupar nesta sociedade papel ativo de cidadão, desde a infância, com a formação do seu caráter, até o discernimento e gozo de suas faculdades mentais na terceira idade, com o exercício pleno de seus direitos e deveres.

Nesse sentido, importante frisar que o novo cenário demográfico mundial, consequente de avanços nas áreas medicinais, ocupacionais e educacionais, fez crescer verticalmente o número de pessoas idosas. No Brasil, estima-se que cerca de mais de 11% da população esteja na terceira idade, o que importa dizer que temos uma população idosa de mais de 21 milhões de pessoas (IBGE, 2015). Contudo, a rapidez nas mudanças sociais, com maior ênfase nos últimos 20 anos, vem fazendo com que o cidadão da terceira idade, de um modo geral, tenha maior dificuldade para situar-se nesse contexto, por vezes, se isolando e contribuindo pouco para a sociedade, acabando por se tornar alienado e, com isso, cada vez mais distante do cotidiano, pautado pela velocidade das novidades comportamentais e tecnológicas.

Assim, compreende-se a formação educacional do cidadão brasileiro como dever do Estado, por meio de suas políticas públicas, com a dedicação e contribuição da família, incentivada pela sociedade, de forma a permiti-lo chegar e manter-se na terceira idade como conhecedor de seus deveres, bem como de seus direitos. Para tanto, essa pesquisa objetiva identificar, por meio das falas dos idosos, sentidos e significados das práticas

¹ <https://www.conjur.com.br/2012-jul-05/senso-incomum-quando-direito-serve-dizer-feio>

educativas não formais vivenciadas no CRAS do Jardim Paraíso, para o exercício da sua cidadania, como indivíduo amparado pelo Estado, pela família e pela sociedade.

Paralelamente, pretende-se demonstrar que não apenas o Estado e a sociedade desempenham papel de responsáveis pela educação (formal), como também, grande importância deve ser dada à educação não formal, resultado de um processo que pode ser materializado por diversas instâncias, tais como demonstra Gohn (2006, p.12):

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social.

Nesse norte, imperiosa se faz uma interpretação do conceito de ‘não formal’, pois fácil é o confronto, quase que consequente, do tradicional conceito de educação formal, qual seja: aquele que oriundo do aparato escolar, ou desenvolvido no ambiente escolar, com currículo pré-definido. Todavia, há ainda a necessidade de explicar que a educação não formal não deve ser confundida com a educação informal. A primeira é aquela que se aprende no desempenho de funções do dia a dia, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos. Já a informal, é aquela que decorre do processo de civilização ou sociabilização, em suas diferentes esferas e estruturas, mas distante da batuta do estado, porém com forte bagagem e influência familiar, cultural e comportamental (GOHN, 2006).

Gohn (2006, p 30) elucida que:

na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação).

Toma-se por finalidade da educação não formal, o convite para o conhecimento do cidadão em relação ao mundo no qual vive, bem como o entendimento acerca das relações sociais que estabelece, tornando os indivíduos aptos e preparados para

relacionamentos em sociedade, sendo baseados em elementos que se constroem, de acordo com Gohn (2006), que reforçam ainda que a transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta na educação não-formal. “Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc” (GOHN, 2006, p. 30-31).

Assim, como destacado, muito embora tenha relevantes papéis, como preparar e formar o indivíduo para a vida na sua realidade e com suas adversidades além da conscientização do cidadão como um elemento, uma engrenagem de uma estrutura chamada sociedade, a educação não formal traz também pontos não muito invejados, se comparados com a educação formal, como as questões metodológicas, apontadas por Gohn (2006, p. 31).

Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se portanto no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas.

Todavia, Gohn (2006) continua sinalizando para os pontos positivos da educação não formal como mecanismo de formação para a vida, sustentando que as intencionalidades presentes nos processos e nos campos da educação não formal, geram e permeiam meandros alternativos de constantes adequações e ajustes. Nessa linha, ao abordar a educação não formal, em análise específica sobre as transformações sociais provocadas, a autora aduz que:

é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas e acrescenta: a educação não formal, ao contrário não é herdada, é adquirida. Ela capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimentos sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam (GOHN, 2010, p.19).

Logo, de simples conclusão que se faz necessário o uso de outros ambientes, que não apenas a escola, onde se promovam atividades e sejam desenvolvidas práticas ligadas à educação não formal. Vieira (2005) trata a educação não formal como sendo aquela que acontece fora ou distante do ambiente escolar, podendo ocorrer em vários espaços distintos, sejam estes institucionalizados ou não:

Assim, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005, p. 21).

Corroborando tais contribuições, e considerando a educação como um processo contínuo, Libâneo (2004) relata que esta ultrapassa os limites do saber e a simples aquisição do que chama de conhecimento. Sustenta que a educação faz parte da cultura própria de cada indivíduo, partindo de diversas manifestações de cunho culturais e sociais, resultando na conquista e no avanço em espaços diversos. De forma expressa que:

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (LIBÂNEO, 2004, p. 26).

Quando se aborda o tema das práticas educativas, não se fala apenas e tão somente do seu sentido de exercer e aplicar teorias, mas também e principalmente do seu papel como instrumento prático de transformação social. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei nº 9.394/96, que fora instituída com o escopo de oferecer novas expectativas ao tratamento da educação, em seu art. 1º reafirma: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, em instituições próprias”.

Nessa linha se fazem preciosas as discussões e reflexões quanto aos aspectos da educação em espaços não formais. Tal perspectiva nos remete a ampliar os estudos e a dar maior importância às especificidades destes espaços educativos.

De forma esclarecedora, a intencionalidade das práticas pedagógicas nos espaços não formais se manifesta de forma simples no tocante à supressão das demandas envolvendo, principalmente, os indivíduos que carecem de maiores cuidados e de atenção. Gohn (2006, p.104) vem dizer que:

A maior importância da educação não-formal está na possibilidade de criação de novos conhecimentos, ou seja, a criatividade humana passa pela educação não-formal. O agir comunicativo dos indivíduos, voltado para o entendimento dos fatos e fenômenos sociais cotidianos, baseia-se em convicções práticas, muitas delas advindas da moral, elaboradas a partir das experiências anteriores, segundo as tradições culturais e as condições histórico-sociais de determinado tempo e lugar.

A mesma autora conclui ainda que a educação não formal apresenta um caráter de natureza coletiva, passando por um processo que observa uma ação grupal, sendo vivida como e por meio de uma práxis concreta de um certo grupo, ainda e mesmo que o resultado daquilo que se aprende, seja absorvido individualmente. Portanto, é com base neste caráter coletivo, que o indivíduo passa a contribuir com melhorias para seu próprio meio e contexto, bem como para a sociedade.

Um cidadão que tenha observado seus direitos quanto ao acesso e a manutenção na educação, bem como tenha sido conduzido por educadores motivados e comprometidos com valores culturais e sociais, contribuem de forma decisiva para a formação de uma sociedade mais justa, comprometida e participativa, acarretando, assim, a valorização da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, Sarlet (2001, p. 60) salienta que:

A qualidade intrínseca e distinta de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

De fato, pode-se constatar a dignidade da pessoa humana na simples forma de praticar atos garantidos ao cidadão, bem como impedir coerções desumanas, possibilitando um convívio harmonioso e equilibrado entre os demais seres vivos.

Nessa seara, a terceira idade vem se mostrando cada vez mais engajada e participativa, buscando conhecer seus direitos e deveres, bem como suas obrigações, fazendo-se respeitar como ser humano, pensante e ativista. Portanto, uma terceira idade participativa se faz com inclusão social, estímulo ao exercício da cidadania e do bem-estar social do idoso. Como prova irrefutável dessa inserção social, percebemos que a terceira idade está cada vez mais envolvida e interessada com a tecnologia, dando ao

idoso a oportunidade de educação continuada, estimulação mental, contato com parentes e amigos, reduzindo o isolamento e auxiliando na reconstrução de sua identidade como cidadão envolvido com o seu meio.

De forma a melhor conceituar o idoso, parte-se do pressuposto que a Lei No. 8842, de 04 de janeiro de 1994, que implementou a Política Nacional do Idoso, corroborados pela Lei No. 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, definiram o idoso como sendo a pessoa com 60 anos ou mais. Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde - OMS (2002) define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos.

Contudo, em que pese o conceito colocado pela Lei específica, é preciso considerar que não apenas o parâmetro cronológico deve ser avaliado como uma questão de igualdade entre os indivíduos com sessenta e cinco anos de idade, por exemplo, pois, de fato, inúmeros outros fatores individuais, tais como condição social, saúde e nível de independência podem afastar em muito a relação entre ser idoso e envelhecimento. Cumpre esclarecer, nesse ponto, que o envelhecimento é o processo natural da vida, caracterizado pelas mudanças biológicas, sociais e psicológicas que o indivíduo de idade avançada passa a enfrentar.

De modo a melhor especificar o quanto o desenvolvimento de atividades educativas em grupo com idosos pode propiciar um aumento importante da participação dessa faixa da população em questões que ultrapassam a noção de estudo ou conhecimento, mas também e principalmente, em relação a viver bem consigo mesmo e com os demais membros da sociedade. Da mesma forma, Cortella (2013, p.41), ao abordar o que chama de ética da vida coletiva, considera que “ser humano é ser junto, pois o que nos fez sobreviver a todas as intempéries que vitimaram muitas outras espécies foi a força gregária, o trabalho junto, o esforço coletivo, que nos dá realmente a marca da Humanidade”.

Portanto, desde que observados e respeitados, principalmente quanto aos seus anseios como seres humanos, os idosos têm plenas condições para produzirem intelectualmente e dominarem recursos tecnológicos, no intuito de provocarem as mudanças nas concepções e no desenvolvimento de funções intelectuais superiores. É com base nesses valores, bem como a participação ativa e sentimento de autovalorização e valorização social pelo reconhecimento da relevância de suas opiniões e sugestões, que

a terceira idade vem sendo alvo de estudos para que lhes sejam estendidas melhores condições de educação e, por conseguinte, mais oportunidades culturais e sociais.

Desta feita, a educação como ferramenta pode gerar um maior compromisso do cidadão para com o sistema e com a sociedade, é uma forma de investimento na formação de uma terceira idade mais consciente de suas reais capacidades, desenvolvedora de seus talentos, aplicadora de ensinamentos para colocar o conhecimento a serviço de sua construção como sujeito, criadores de oportunidades para que aprendam a enfrentar os obstáculos e preconceitos sociais, acarretando ações que significam contribuir para promover a sua qualidade de vida e para o aprimoramento da sua cidadania.

Um bom exemplo disso, é o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, órgão mantido pela Secretaria de Assistência Social, onde jovens e idosos em situação de risco social recebem orientação educacional, desenvolvendo diversas atividades que permitem, desde uma maior participação social, à amplitude de saberes e conhecimentos gerais.

No caso desta pesquisa, foi escolhido o CRAS do bairro Jardim Paraíso em Joinville-SC, provavelmente a região da cidade que apresenta maior vulnerabilidade social, tendo por objeto de análise, um grupo de discussão formado por 8 (oito) idosos, no intento de buscar-se os sentidos e significados das práticas educativas não-formais desenvolvidas pelo CRAS para esses sujeitos.

Uma vez definido que esta pesquisa haveria de abordar conceitos relacionados ao exercício da cidadania por meio de políticas públicas e, por integrar o Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisa em Arte na Educação – NUPAE, decidiu-se realizar uma pesquisa integrada com as pesquisas de outras duas pesquisadoras do Mestrado em Educação, Ana Cristina Quintanilha Schreiber e Hilda Natume, que também tinham seus temas relacionados à práticas educativas não formais, direcionados para o emprego das artes na educação de idosos.

Foi assim que a pesquisa ganhou uma nova roupagem, com a comunicação direta com os trabalhos desenvolvidos pela Ana Cristina e pela Hilda.²

² O trabalho da Hilda tem como objetivo analisar as práticas educativas em musicalização na terceira idade ao mobilizar memórias e experiências, já a pesquisa de Ana Cristina visa analisar as práticas educativas pela via da estética na terceira idade. As duas pesquisas mencionadas tem como referência a ação mediadora e a sensibilidade. E foi ao acompanhar, tanto o planejamento como as mediações realizadas pelas duas pesquisadoras no CRAS, que fui estabelecendo relações com os idosos para que posteriormente pudesse realizar o grupo de discussão para a produção dos dados desta pesquisa.

Diretamente relacionado com os conceitos de cidadania já citados, confrontam-se as ideias da importância dos sentidos e significados. Eis que de acordo com Aguiar (2009), estes servem para dar visibilidade ao que se pretende destacar em determinada situação, confrontando circunstâncias de uma realidade, por meio de uma perspectiva real. Segundo Aguiar (2009, p. 60):

Considerando o valor heurístico das categorias significado e sentido, avaliamos que cumprem o papel de dar visibilidade a uma determinada e importante zona do real, ou seja, como construções intelectivas abstratas que são, carregam a materialidade e as contradições presentes no real, condensando aspectos dessa realidade e, assim, destacando-os e revelando-os.

Das lições de Vigotski (2009), pode-se extrair que o pensamento se realiza através do uso da palavra e que esse é um processo mediado pelos significados, importando na interpretação que gera reflexões sobre duas categorias, sentido e significado, de considerável destaque na tarefa de se compreender os processos constitutivos do sujeito.

O presente estudo utilizou uma abordagem qualitativa e, nessa vertente, realizou a coleta dos dados por meio de um grupo de discussão com oito idosos do CRAS Jardim Paraíso, o que nos auxiliou no conhecimento do dia a dia e da forma de vida desses idosos e permitiu uma amplitude na forma de reflexão sobre os fatos observados naquela instituição e, particularmente, com aqueles indivíduos. Os dados coletados foram analisados por meio de Núcleos de Significação, metodologia desenvolvida por Aguiar e Ozella (2013).

Os capítulos da presente dissertação foram organizados da seguinte forma: Introdução – *Construindo o Ponto de Vista*; Capítulo 1 – *A política social no Brasil: conceitos e desdobramentos nas práticas educativas*; Capítulo 2 – *O caminho metodológico*; Capítulo 3 – *Os núcleos de significação; Considerações finais*.

Na introdução apresentei aspectos sobre minha formação social e acadêmica, da minha experiência com os idosos e com a docência e alguns dos valores que entendo serem cruciais para justificar as razões da minha pesquisa. No Capítulo 1 – *A política social no Brasil: conceitos e desdobramentos nas práticas educativas* são abordadas as políticas públicas nacionais, com o viés social e voltado para as práticas educativas, focando o surgimento e a implantação dos Centros de Referência e Assistência Social no município de Joinville e, de forma mais específica, no bairro do Jardim Paraíso.

No Capítulo 2 – *O caminho metodológico* foram analisadas as vertentes estruturais de sentidos e significados frente às questões metodológicas da pesquisa, bem como as etapas da pesquisa. O intento do Capítulo 3 - *Os núcleos de significação*; foi de interpretar os sentidos e os significados, de acordo com os conceitos vistos no capítulo anterior, ante à realidade específica do grupo pesquisado, suas circunstâncias e aspectos sociais, revelando qual a real importância das práticas educativas desenvolvidas no CRAS e seus efeitos, com as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A presente pesquisa foi desenvolvida em época de abundância de informação, de disseminação de tecnologias e de interação social sem precedentes no Brasil. Fenômenos como as mídias sociais e até mesmo o momento histórico político vivenciado no país, dão um ar peculiar e diferenciado ao comportamento do cidadão brasileiro, independentemente de sua faixa etária e de sua classe social. Contudo, quanto mais engajado for o sujeito, quanto maior o seu senso de cidadania, pode-se notar com maior ou menor destaque a forma com que o cidadão é afetado pelas práticas e pelas políticas públicas em curso no país.

Ahlert (2003) classifica as políticas públicas como um conjunto de ações articuladas voltadas para a garantia dos direitos sociais, de modo a configurar um acordo de natureza pública, com intuito de administrar determinadas demandas em suas diversas áreas, representando, ainda, uma série de deliberações empreendidas pelo Estado com interesse de efetivar as prescrições de natureza constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais, seja no âmbito Municipal, Estadual ou Federal.

Höfling (2001) aponta que o modo de produção capitalista foi determinante para estabelecer a divisão entre as classes em um grupo social, gerando, a partir desse bloco, uma melhor interpretação dos conceitos de Estado, de Governo e de Políticas Públicas e Sociais (HÖFLING, 2001).

A autora segue apontando que os direitos sociais se materializam por meio de política social. O processo que gera a implementação dessas ações, decorrente dessa política social, mostra-se e revela-se através de um contexto que diz respeito à forma de organização e à produção social da sociedade que a contempla. Desta feita, no intuito de compreender como tais direitos sociais, especialmente da população idosa, são legitimados, se faz necessária a reflexão acerca de política social.

Pode-se entender que as políticas sociais são relacionadas:

[...] a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas

raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p. 31).

Assim, de modo a permitir uma análise mais detalhada acerca da origem das políticas sociais nacionais, seus desdobramentos e seus contextos histórico-culturais, se faz apropriada uma abordagem de como as políticas sociais se desenvolveram no Brasil e dos reflexos gerados pelo envolvimento do Estado em questões inicialmente econômicas, mas por meio de mecanismos participativos para atender aos interesses de classes diversas, ainda que não necessariamente equilibradas. Fato é que o Brasil passou a se preocupar de forma substancial com o desenvolvimento de políticas sociais, somente a partir de 1930, em grande parte por influência de políticas econômicas externas sinalizadas por países mais economicamente desenvolvidos, reconhecendo no Estado o principal ente garantidor de direitos e de proteção nas esferas sociais (MEDEIROS, 2001).

Contudo, em 1923, há primeiros indícios de políticas sociais, quando através da Lei Eloy Chaves, são criadas as caixas de aposentadoria e de pensões, tendo servido de base para o sistema previdenciário brasileiro, favorecendo inicialmente os empregados das empresas do segmento ferroviário e, posteriormente, beneficiando outras empresas e seus empregados, que também passaram a ser segurados pelo sistema da Previdência Social. Porém, foi na década de 1930 que o país, efetivamente, iniciou um processo voltado ao desenvolvimento social, pautado numa economia mais dinâmica e com uma política ativa, ainda que vivenciando fortes influências decorrentes das intervenções autoritárias de sistemas de governos e de abalos econômicos em diversas classes e setores.

Os exemplos vindos dos países mais desenvolvidos economicamente, essencialmente aqueles que pautavam suas políticas econômicas em modelos capitalistas, acabaram por aumentar a realidade e o padrão de consumo das famílias brasileiras, o que acarretou, diretamente, novos padrões de comportamento dos trabalhadores, que podem ser visualizados através das políticas sociais definidas pelo Estado e interpretados no significativo envolvimento do governo em setores antes não muito atrativos, seja por desinteresse econômico, seja social, como na qualidade de serviços públicos de transporte, de habitação e de cuidados com a saúde e saneamento básico.

É com o incremento do interesse do Estado no desenvolvimento de políticas sociais, que as divergências entre as classes dominantes e as dominadas se agravam pelo

modo de produção no Brasil, a partir da maior participação do Estado nas políticas econômicas, com esguelhas sociais, através das diretrizes impostas pelos mais abastados em detrimento dos interesses da coletividade, o que se traduz pela essência básica do capitalismo.

Nesse sentido, Barcellos (1983, p. 4), menciona que:

No capitalismo a oposição fundamental dá-se entre burguesia e proletariado, e o Estado fundamentalmente vai responder aos interesses da burguesia. Com a complexificação das relações de produção decorrente do desenvolvimento desse sistema, a luta de classes passa a envolver não somente a oposição classe dominante - classe dominada, mas vai aparecer também nas fissuras dentro da classe dominante, cujas diferentes frações apresentam interesses frequentemente divergentes. Essa divisão não se verifica somente ao nível da sociedade, mas ela penetra no próprio aparelho de Estado, o qual, então, não se constitui num bloco monolítico. Isso se torna manifesto na sua política quando se observa o caráter contraditório da sua atuação e quando se verifica que há distribuição dos seus diversos aparelhos e ramos entre as diferentes frações da classe dominante, de modo que cada aparelho tende a se constituir em representante dos interesses do setor que o tem sob seu controle.

Resta de simples conclusão que a evolução das políticas sociais no país ocorreu de forma não equilibrada e com isonomia, mas sim, sem priorizar os interesses e as necessidades da população, ainda que o Estado já estivesse engajado na sua função de regulação política da sociedade, além das questões meramente econômicas, o que pode ser traduzido pelo termo Welfare State³, consequente do modelo de economia baseada nos padrões industriais, definidos pelo Fordismo⁴, modelo surgido a partir da mecanismos de racionalização do poderio capitalista, incentivando e fortalecendo as chamadas estruturas de "produção em massa", bem como o "consumo de massa".

A concepção de Estado do bem-estar, que segundo Kerstenetzky (2011) teria suas bases de desenvolvimento na América Latina, nas mesmas linhas daquelas implementadas no continente asiático, com as políticas sociais reafirmando a proteção

³ Welfare State - O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade ... - (MEDEIROS, 2001) em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state>.

⁴ Henry Ford (1863 – 1947), proprietário de indústria automobilística norte-americana, desenvolveu seu procedimento industrial com base na linha de montagem para gerar uma grande produção que deveria ser consumida em massa, que recebeu o nome de Fordismo. A adesão dos países desenvolvidos a esse método produtivo industrial, que foi extremamente importante para a consolidação da supremacia estadunidenses no século XX. (ANTUNES, 2000)

social para o cidadão diretamente envolvido no processo, citados pela autora como os trabalhadores urbanos, os industriais bem como os funcionários públicos. Assim, as políticas sociais teriam, de início, segundo a autora, se afastado da sua premissa, não sendo tão efetivas quanto à promoção da integração social, como o ocorrido em países escandinavos, onde a integração entre desenvolvimento econômico e social se mostrou mais contundente.

A autora diz que, de acordo com Know (2009), os efeitos, sejam econômicos ou sociais, das políticas sociais estiveram limitados e condicionados ao grau de incorporação social permitido pelo modelo de desenvolvimento econômico no Brasil, pois:

o Estado desenvolvimentista vocalizou preferencialmente interesses dos grandes proprietários rurais e negócios urbano-industriais; a maioria da população não participou da mudança social. No projeto de industrialização induzida, as políticas sociais serviram basicamente às necessidades dos segmentos urbano-industriais e mantiveram uma base social muito restrita (KWON; MKANDAWIRE; PALME, 2009; DRAIBE ; RIESCO, 2007 apud KERSTENETZKY, 2011, p 135).

Esse papel, de ampliação social, adotado pelo Estado na década de 1930, fica evidente na fala do então presidente da república, Getúlio Vargas (1882 – 1954), em mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 15 de novembro de 1933:

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção nos diversos setores da atividade econômica e social. Essa intervenção se apresenta iniludível diante da crescente preponderância da coletividade sobre os interesses individuais. O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente, sob a pena de falhar à sua finalidade. Impõe-se-lhe, contrariamente, discipliná-las e corrigi-las. Daí a sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para prover o bem comum (VARGAS, 1978, p. 211).

O incremento econômico, aliado aos novos rumos da sociedade, decorrentes basicamente do crescimento populacional e das mudanças no comportamento do cidadão brasileiro, notadamente a partir dos anos 1930, bem como a melhoria das condições de vida em todas as classes sociais e o setor público mais ativo e participante na prestação de serviços de cunho sociais, acabam por demonstrar a relevância da análise dos desdobramentos das políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro, o que, desde

os anos 1990 se mostrou muito diferente face à estabilidade econômica e seus reflexos sociais, muito em consequência das garantias vindas no texto constitucional de 1988, o que reforçou o entendimento e o conceito do povo brasileiro acerca de cidadania.

Se fazem valiosas novamente as lições de Marshall (1967), no sentido de que a primeira contribuição advinda do capitalismo para que a cidadania civil tivesse, de fato, um notável desenvolvimento foi que, através dele, estabeleceu-se o primeiro direito civil de caráter verdadeiramente universal: o direito ao livre trabalho, quando todo ser humano passou a ser dono da sua própria mão de obra e livre para trabalhar em qualquer atividade. Para o autor, os direitos civis podiam ser classificados como individuais em sua essência, e justamente dada essa concepção, acabou por se moldar e estabilizar com o período em que o capitalismo se mostrou individualista. Nesse sentido, os trabalhadores brasileiros acabaram por interpretar que tais direitos, lhes serviam como mecanismo que permitia uma reivindicação de garantias, notadamente quanto a uma série de novos direitos sociais decorrentes do ajuste em seu status social e econômico.

Nessa linha, o governo de Vargas se mostrava já preocupado em estender os direitos sociais à massa, o que se faz perceber nitidamente através de seu discurso direcionado à nação em junho de 1934, ao sinalizar que o exercício do poder político haveria de tocar certo padrão de civilização, voltado ao progresso, o que se revela ao dizer que:

há no Brasil, três problemas fundamentais dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar e povoar. Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento de suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, deverá produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes de seus mais variados misteres (VARGAS, 1978, p. 211).

Denota-se, portanto, que no governo Vargas, houve uma iniciativa que não se deve ser entendida como novidade absoluta, pois não criou-se o direito do trabalhador, nem tampouco, criou-se o direito social, mas apenas tornou tais direitos mais próximos e alcançáveis pelo cidadão, como se retirasse da prateleira para que fosse alcançado pelo sujeito, pelo trabalhador e pelas famílias brasileiras. Assim, muito embora a legislação trabalhista não tenha sido criada por Vargas, acaba, após a implementação de sua

ideologia, se reestruturando e alcançando outro patamar, no intuito de formalizar e institucionalizar o equilíbrio nas relações existentes entre as classes sociais.

Forte se faz o entendimento de Vianna (1939, p. 115), ao dispor:

O que a nova agremiação partidária poderia fazer de mais benemérito seria uma obra, não de ação política, mas de ação social-e seria isto: impelir as classes produtoras do Brasil no sentido da solidariedade e da organização, O dia em que cada uma dessas classes tiver aprendido a arregimentar-se para a sua própria defesa; o dia em que cada uma adquirir a viva consciência da solidariedade dos seus interesses gerais; o dia em que em cada localidade do Brasil houver uma associação agrícola, uma associação comercial, uma associação industrial, e em que todos esses pequenos nódulos de solidariedade profissional se acolchetarem, se sindicalizarem, se congregarem em vastas Federações Estaduais ou Nacionais; neste dia teremos preparado a matéria prima dos verdadeiros partidos políticos.

A partir de tais premissas, pode-se afirmar então que os direitos sociais foram implementados no Brasil através de técnicas e métodos que se fundiram ao conceito e à condição de cidadania, uma vez que os serviços sociais disponibilizados e implementados pelo Estado não se revelavam um mero modo de equalizar-se economicamente a sociedade, mas sim um meio de se instaurar e praticar a igualdade de oportunidades para o cidadão.

Ao Estado cabia garantir o mínimo de serviços essenciais e oportunizar o acesso a bens e garantias, no intento de igualar a condição de cidadania estendida a todos os indivíduos da sociedade, e não a sua capacidade de renda. Portanto, como expõe Fausto (1977) é possível aduzir que, mesmo após a instauração formal dos direitos civis, os efeitos não foram imediatos, nem tampouco igualitários, pois podem ser observadas que o exercício de tais direitos sociais retratam distorções principalmente evidenciadas pela parcialidade e pelos interesses de classe, derivados, em sua grande maioria pelas desigualdades econômicas.

De acordo com o autor, a expansão dos direitos sociais implementada no Brasil é bem identificada durante o governo de Vargas, sendo certo que a ampliação das leis trabalhistas e sindicais, bem como a Constituição de 1934, associadas à derrocada tenentista, acarretando novas percepções e garantias como o salário mínimo e a consolidação das leis do trabalho, inovando de forma definitiva nas garantias ao trabalhador, o que se traduzia em dignidade e valor para o cidadão.

As mudanças nos paradigmas ideológicos e as diversas transformações sociais decorrentes desses movimentos, provocam o senso de cidadania, eis que:

O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático (BONAVIDES, 2009, p. 7).

Os efeitos das políticas sociais implementadas na década de 1930 se desenvolvem pelos anos seguintes, como um efeito contagiante de cidadania, o que se observa com os direitos políticos cobrados pelas organizações populares e pelas associações e sindicatos de classes, com o direito ao voto e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, contribuindo para que os direitos sociais, bem como os políticos e os civis deixassem de ser utopias para se perpetuarem no cotidiano do povo brasileiro.

Com o Golpe Militar de 1964, conforme leciona Castro (2011), inicia-se um segundo momento na história dos direitos sociais brasileiros, pois se instaura um modelo de repressão, que gerou um forte abalo nas conquistas realizadas até então, pois diversos direitos recentemente conquistados, sejam individuais ou coletivos, públicos ou privados, foram anulados por força da intervenção militar, que buscava calar a classe trabalhadora, gerando abalos significativos nas estruturas sociais e de liberdade.

Os militares, ao assumirem o poder, acabaram por implementar um regime autoritário, caracterizado por uma ampliação significativa da autonomia do Poder Executivo, tendo em vista que, de acordo com Germano (1993, p.18) “estamos diante de um Poder Legislativo que não legisla e um Poder Judiciário que não julga, mas que atuam conforme vontade e conveniência do Executivo.” Tal posicionamento vai diretamente contra o princípio constitucional do sistema dos freios e contrapesos, então proposto por Montesquieu, que propagava o conceito igualitário em relação à hierarquia havida entre os poderes, mantendo-os em patamares paralelos, fazendo com que nenhum deles se sobrepusesse ao outro, e se comunicassem em benefício da sociedade e da promoção do bem estar.

O período tenebroso do silêncio imposto pela força militar através do Golpe de 1964 somente perde força com o crescimento da insatisfação da população, o que se

apresenta de forma contundente no final da década de 1970, mais precisamente a partir de 1978, quando, conforme Mezarobba (2010), o povo passa a clamar pela necessidade de participar de forma ativa nas políticas sociais, resultantes dos movimentos sociais e da concepção da sociedade brasileira naquela época, o que ganhou ainda mais relevância nos idos de 1980, onde a educação, a saúde, a seguridade social se tornaram reivindicações contumazes, acarretando a revogação dos banimentos instaurados durante os anos mais rígidos da intervenção imposta pelo regime, bem como o Ministério das Relações Exteriores passou a facilitar a emissão de passaportes e conferir títulos de nacionalidade aos que estavam fora do país por razões políticas. Nessa fase tem-se ainda a revogação do AI-5⁵.

Superado o momento da forte repressão imposta pelo golpe militar, derrubando o então conceito de Segurança Nacional, que pautava a conduta de professores, alunos e de forma ampla qualquer movimento classificado como intelectual, na qual eram os tratados por “subversivos”, expulsos de seus cursos, em favor do anunciado anticomunismo. Acabava também a política educacional que tentava vincular a educação liberal com a economia nacional, criando o que foi chamado de “Teoria do capital humano”.

Tal teoria consistia na condição de que a educação haveria de se curvar às demandas da linha de produção, ou aos interesses ligados à indústria. Nesse sentido, expõe Germano:

os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento, com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “Teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo. (1993 pp. 105-106).

⁵ AI 5 - Ato Institucional 5, pelo qual o presidente passava a deter poderes de fechar o Congresso Nacional quando julgasse oportuno, permitia as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos, além de também suspender os direitos constitucionais da liberdade de expressão e de reunião por meio da censura; permitia a proibição ao cidadão do exercício de sua profissão; e interrompia a garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional. Por tudo isso, o Ato Institucional 5 “era a ditadura sem disfarces”. (BORGES, 2012, p. 63).

Moreira Alves (1984) expõe que, ao iniciarmos a análise década de 1980, observamos que a história cunhou os conceitos de cidadania e de civilidade da população brasileira, através de uma experiência marcada por um regime autoritário de governo e a luta para a sua superação, com a passagem de um regime de autoritarismo latente para uma democracia representativa, como forma de política de abertura, compreendida por diversas fases de liberalização, projetadas, planejadas e meticulosamente controladas pelos estrategistas políticos do Estado. Essa significativa mudança, que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fez com que diversos movimentos sociais se tornassem os grandes atores desse processo, que pode ser apresentado como um bloco de lutas entre a resistência e negação à ordem autoritária, bem como a ideologia de uma proposta de instituir-se uma ordem democrática que fosse baseada no reconhecimento dos direitos de seu povo, de liberdade e de cidadania

A efetividade dos direitos sociais, culturais e econômicos de um povo gera a garantia dos direitos civis e políticos, ou seja, sem estes, perdem o sentido, como afirma Bonavides (2006, p. 528):

Os direitos representam só por si certos bens, as garantias destinam-se a assegurar a fruição desses bens; os direitos são principais, as garantias são acessórias e, muitas delas, adjetivas (ainda que possam ser objeto de um regime constitucional substantivo); os direitos permitem a realização das pessoas e inserem-se direta e imediatamente, por isso, mas respectivas esferas jurídicas, as garantias só nelas se projetam pelo anexo que possuem com os direitos; na acepção jusracionalista inicial, os direitos declaram-se, as garantias estabelecem-se.

Nesse contexto vimos que, historicamente, mesmo tendo o período abrangido pelo regime militar deixado uma lacuna no efetivo desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, os direitos sociais foram resguardados e implementados pelo Estado, através da adoção de políticas públicas ativas que visam a segurança e o desenvolvimento das condições de vida mais digna e à promoção da igualdade social.

Nesse norte, dentre as diversas práticas sociais implementadas através das políticas públicas nacionais, notadamente no início dos anos 2000, passaram a se destacar aquelas voltadas para assistência social, com a inserção de cidadãos que dependem de qualquer tipo de assistência, ofertados através de políticas e diretrizes previstas na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

Nos termos do Art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Assistência Social é:

Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

No ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social – (PNAS) teve sua aprovação, visando fortalecer as políticas decorrentes das deliberações da Conferência Nacional da Assistência Social, o que acarretou no ano seguinte, a aprovação da Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, uma vez que até então, a assistência social não havia sido classificada no Brasil como uma política social do Estado. Com as aprovações de 2004 e 2005, a Assistência Social deixou de ser mera ação desordenada de governos para se transformar em política social de Estado.

Uma das unidades públicas das políticas de assistência social que integram o Sistema Único de Assistência Social, é o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência.

Os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS são responsáveis pela execução dos serviços sociais para o atendimento de necessidades específicas regionais e locais, seja de uma determinada demanda, através de programas, projetos e benefícios de proteção social básica, além da organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais locais, constituindo uma unidade pública estatal de base territorial em áreas de vulnerabilidade social.

De acordo com a regulamentação legislativa, decorrente da NOB/SUAS, a cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina, se enquadra e se classifica como cidade de Grande Porte, tendo em vista que tem sua população entre 100.000 a 900.000 habitantes, com número de famílias entre 25.000 e 250.000.

Ainda quanto ao texto da PNAS/2004, a Assistência Social deve dar primazia à atenção das famílias carentes e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros. Logo, tendo em vista o objetivo de se propor e implementar a gestão da assistência social através do Sistema Único de Assistência Social

- SUAS, atendendo ao princípio da integralização das ações assistenciais previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, é possível criar-se uma relação mais dinâmica entre programas, projetos, serviços e benefícios de assistência, atingindo assim, de forma mais abrangente, a sociedade relacionada ao sistema.

Sposati (2005), explica que o SUAS não se deve confundir com uma política, nem tampouco com um programa assistencialista, pois vejamos:

O SUAS não é um programa, mas uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública [...] é uma forma pactuada que refere o processo de gestão da assistência social, antes de iniciativa isolada de cada ente federativo, a uma compreensão política unificada dos três entes federativos quanto ao seu conteúdo (serviços e benefícios) que competem a um órgão público afiançar ao cidadão (SPOSATI, 2005, p.111).

A proteção social de assistência social ofertada pelo SUAS é dividida em básica e especial, sendo determinante para tal distinção, o grau de impacto dos riscos e vulnerabilidades sociais sobre os indivíduos e suas famílias, tendo caráter de prevenção, como objetivos de evitar situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A vertente especial da assistência social pode-se evidenciar pelas formas e modalidades de atendimento destinados à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, seja por ocorrência de abandono familiar, uso de substâncias químicas, exploração e abuso sexual, dentre outros.

Na cidade Joinville - SC, muito embora a legislação disponha que, dada a população do município se enquadrar como cidade de grande porte e, com isso, ter a obrigatoriedade de funcionamento de 4 unidades de atendimento, a Secretaria de Assistência Social implementou 5 unidades, espalhadas pela cidade e de acordo ao atendimento das áreas carentes previamente identificadas, quais sejam: CRAS - Adhemar Garcia; CRAS - Jardim Paraíso; CRAS - Parque Joinville; CRAS – Paranaguamirim e CRAS - Morro do Meio.

O CRAS, de acordo com o disposto na página oficial da Prefeitura de Joinville na *internet*, tem por finalidade, oferecer serviços de proteção social básica à famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social (baixa renda), abandono ou dificuldade.

Ao abordar as relações sociais no século XXI, notadamente quanto às tais condições de vulnerabilidade, Sella (2002, p.13) afirma que:

A exclusão social é fruto amargo da sociedade moderna, apesar dos tantos avanços em seus vários setores. Não se trata apenas de uma exclusão do mundo do trabalho, considerada uma das consequências mais duras do capitalismo neoliberal, através do fenômeno do desemprego, mas também da exclusão dos outros bens básicos: a saúde, a educação, a alimentação, a moradia, a terra, o lazer etc. Trata-se de exclusão da dignidade humana, criando uma enorme massa de descartáveis, os sem-nada.

De acordo com Libâneo (1998), pode-se dividir a educação em três modelos específicos e autônomos, educação-formal, não formal e informal. A educação formal seria aquela que é desenvolvida e ocorre nas instituições de ensino devidamente registradas, autorizadas e credenciadas através de seus órgãos específicos, sendo que dependem de organogramas e de diretrizes devidamente pré-determinadas e estabelecidas para nortear as suas ações, ela é operada e acontece nos espaços onde há a sistematização dos processos de ensino-aprendizagem. “Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal” (LIBÂNEO, 1998, p.81).

O autor sustenta ainda que a educação faz parte da cultura de cada cidadão, se desenvolvendo através da sua história e das suas vivências e experiências na sociedade, e somente exercendo a educação adquirida ao longo da vida é que se conquistam os espaços, destacando que:

não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (LIBÂNEO, 1998, p. 26).

O autor prossegue, sustentando que, por sua vez, a educação não formal se diferencia da primeira nas questões relativas à sistematização dos processos de aprendizagem e aos seus locais de desenvolvimento. Entendimento este seguido por Machado (2008), quando o autor sustenta que a educação não formal não exige ou dispõe de uma estruturação rígida, nem tampouco sistematizada. O não formal ocorre em espaços coletivos de troca de saberes, vivências e experiências, fica à margem do organograma do sistema educativo graduado e hierarquizado, e o aprendizado acontece de forma que os indivíduos participem de forma voluntária e interajam no grupo intencionalmente e não obrigatória.

Dada à sua natureza específica de espaço de educação não formal, o CRAS desenvolve suas atividades através de atos e ações coordenadas por profissionais de diversas áreas de atuação, com igual variedade de formação e ocupação social, o que preceitua a chamada pedagogia social. nos termos de Diaz (2006, p.92), trata-se de

Uma ciência pedagógica, de caráter teórico-prático, que se refere à socialização do sujeito, tanto a partir de uma perspectiva normalizada como de situações especiais (inadaptação social), assim como aos aspectos educativos do trabalho social. Implica o conhecimento e a ação sobre os seres humanos, em situação normalizada como em situação de conflito ou necessidade. O conceito de pedagogia social mais generalizado é o que faz referência à ciência da educação social das pessoas e grupos, por um lado, e, por outro, como ajuda, a partir de uma vertente educativa, às necessidades humanas que convocam o trabalho social, assim como o estudo da adaptação social.

Nesse sentido, Gohn (2003), sobre a relevância de atividades artísticas em espaços não formais, aduz que:

As práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das Artes, Educação e Cultura. A música tem sido, por suas características de ser uma linguagem universal e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento da educação não-formal (GOHN, 2003, p.12).

Gohn (2010), aponta ainda que a educação não formal tem grande demanda nas áreas de formação para a cidadania e à cultura. A autora continua discorrendo sobre o papel e a função do educador social, aduzindo que justamente por essa amplitude de atuação que os Educadores Sociais são tão importantes, para que possam:

dinamizarem e construir o processo participativo com qualidade. O diálogo, tematizado – não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação. Mas há metodologias que supõem fundamentos teóricos e ações práticas- atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos etc. O espontâneo tem lugar na criação, mas ele não é o elemento dominante no trabalho do Educador Social, pois o seu trabalho deve ter: princípios, métodos e metodologias de trabalho. (GOHN, 2010, p.51)

Na mesma linha, Silva, Neto e Moura (2009), apontam que, diferentemente da educação formal, que possui limitações para, efetivamente, promover inclusões sociais

em curto espaço de tempo, as práticas proporcionadas pela Educação não formal acabam por oferecer, para a construção da identidade, a elevação ou até mesmo a recuperação da autoestima, a melhor qualificação e preparação profissional e o desenvolvimento da consciência política e social de cada indivíduo (SILVA, NETO, MOURA, 2009, p. 92).

Cumprido, portanto, ao educador social em uma unidade de educação não formal como o CRAS, adentrar aos poucos na realidade do participante, do educando, no caso, dos idosos que compõem o grupo do CRAS do Jardim Paraíso, de modo a fazer com que este indivíduo se sinta importante, valorizado, útil e ativo.

Dalla Vale (2011, p.144), destaca que:

Como primeira recomendação, é preciso compor uma proposta pedagógica adequada a esse grupo etário tão distinto entre si, mas tão diferenciado do grupo de crianças em idade de alfabetização. Cabe, então, caracterizar o perfil do aluno dessa modalidade de ensino.

Freire (1998, p. 36) destaca que "Ensinar exige vigilância do bom senso", o que, no caso da educação não formal para idosos, faz ainda mais sentido, pois o educador social não deve ignorar a bagagem de vida trazida pelo educando, bem como as ações do educador serão mais simples e de fácil absorção se ele tiver a sutileza, a delicadeza de saber afetar, de se inserir no contexto de vida do idoso, partilhando de suas experiências, ansiedades, anseios e temores.

1.1 Das práticas educativas em espaços não formais

Imbuído do espírito e incorporando a função social desse educador nos espaços não formais, adotando práticas educativas que se desenvolveram de acordo com concepções, princípios, conceitos pedagógicos, sendo realizadas por meio de atividades que despertam nos idosos membros do CRAS, o interesse em rever suas rotinas, seus afazeres e suas relações pessoais diárias, de modo que estes voltem a acreditar e dar valor à sua natureza e sua existência na sociedade.

Fato é que os conceitos e estudos sobre educação demonstram que esta se faz presente nos mais diferentes ambientes, havendo um consenso de que há então uma

multiplicidade de pedagogias, sendo plenamente viável que existam diversas divergências entre um espaço e outro, bem como entre eixos de formação profissional e ambientes.

Nesse sentido, Brandão (1995), aduz que a educação possui uma amplitude na sua forma de manifestação, no exercício educativo, que permitem classificá-la como ilimitada, sem barreiras e sem fronteiras. O autor sustenta que esse terreno sem limites permite que a investigação no campo da educação seja diversificada ao ponto de não aceitar rótulos ou engessamentos, sendo inúmeras as suas formas de manifestação do exercício da educação.

A educação não formal deve ser diferenciada da formal em razão de possuir especificidade em relação à sistematização dos processos de aprendizagem e aos seus locais de desenvolvimento. A educação não formal não dispõe de uma estrutura rígida, nem tampouco sistematizada. Ocorre em espaços coletivos de troca de saberes e experiências e o aprendizado acontece de forma que os sujeitos participantes interajam no grupo de forma intencional, livre, natural, e não obrigatória.

As práticas educativas empregadas nos espaços não formais de educação, envolvem os idosos em situação de vulnerabilidade de tal forma que permite potencializar o senso de consciência e de cidadania, quando demonstram a necessidade em permanecerem no espaço. As práticas empregadas na educação não formal se mostram eficazes em torno de um processo de dimensões que ampliam seus objetivos na transformação da sociedade, com a inclusão de cidadãos então afastados ou isolados.

As diversas atividades desenvolvidas através de modalidades educativas desenvolveram uma maior e significativa conscientização ao indivíduo, tanto em relação às coisas que lhe cercam, como na compreensão e na participação no meio social que estão inseridos, mantendo-se ativos, integrados em atividades desenvolvidas de forma coletiva, em ciclos etários confortáveis e respeitando os seus limites quanto cidadãos.

Alguns dos idosos que frequentam o CRAS do Jardim Paraíso foram esquecidos pelos seus familiares, esquecidos e largados à própria sorte, reunindo além da condição de vulnerabilidade econômica, uma fraqueza e uma dor interna que reflete no seu comportamento, fechado e introspectivo.

Nesse sentido, com o apoio e com a sutileza do educador social, é possível resgatar alguns valores morais, como bem expõe Bessa e Silva (2008, p.259):

Assim, o idoso se vê compelido a reconstituir seus vínculos, a buscar formas de viver seu cotidiano, sem contar mais com as redes de apoio familiar. O idoso pode ser forçado a aprender a conviver com aqueles totalmente desconhecidos, após longa trajetória de vida convivendo com aqueles com quem mantinha laços de amizade e consanguinidade, deixando para trás seu estilo de vida pessoal e de viver seu cotidiano.

O CRAS do Jardim Paraíso oferece aos idosos cadastrados e participantes das atividades e práticas educativas, inúmeras oportunidades de interação social, tornando-se um ambiente extremamente propício para o desenvolvimento de atividades de cunho pedagógico. As práticas educativas desenvolvidas não somente proporcionam uma condição de envelhecimento mais ativo, através de atividades lúdicas de naturezas diversificadas, abandonando a ideia de que o idoso é uma pessoa distante do mundo atual, incapaz de interagir socialmente e que, por isso, não teriam como usufruir de uma vida com diversão, lazer, interação social e respeito.

O desenvolvimento e a inserção do indivíduo, em qualquer idade, na educação não formal depende apenas de seu interesse de participação. Pode-se dizer que o não formal é o que fica à margem do tradicional organograma do sistema educativo graduado e hierarquizado. O não formal apresenta-se então como uma forma de educação que está fora dos sistemas padronizados de ensino, podendo acontecer em espaços variados, tendo em comum o interesse pelo aprendizado, como as atividades desenvolvidas no CRAS, dentre muitos outros espaços existentes na sociedade.

CAPÍTULO 2 – CAMINHO METODOLÓGICO

Tendo em vista o propósito da pesquisa que consiste em identificar, por meio das falas dos idosos, sentidos e significados atribuídos às práticas educativas não formais vivenciadas no CRAS do Jardim Paraíso, para o exercício da sua cidadania, como indivíduo amparado pelo Estado, pela família e pela sociedade, neste capítulo são apresentadas as escolhas metodológicas para a realização da investigação.

Para revelar os sentidos e significados das práticas educativas vivenciadas pelos idosos no CRAS, necessária se faz uma pesquisa de abordagem qualitativa, que alcance mais do que questões puramente imediatas e numericamente tabuláveis. É importante evidenciar principalmente, as realidades dos sujeitos pesquisados, seus afazeres, suas rotinas, sabendo que há um dinamismo entre estas realidades e o ambiente onde elas estão inseridas.

Por consequência, com base na visão de Meira e Pillotto (2010), os momentos vividos e experimentados, sejam eles prontamente identificados como únicos ou indispensáveis, bem como aqueles que não nos parecem, de início, tão relevantes, tão significativos ou emblemáticos, acabam por atingir a sensibilidade. As formas com que isso ocorre podem variar, por vezes com relevos emotivos, por outras intelectuais, mas sempre envolvendo e abrangendo sentimentos, emoções e pensamentos que farão parte do contexto contemplado na ação do sujeito.

Na abordagem qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994), a fonte direta dos dados é justamente o ambiente onde as pessoas realizam suas ações e desenvolvem seu modo de vida, e o pesquisador, por sua vez é o instrumento chave, por ser o elemento que irá captar e interpretar tais dados. Os autores também ressaltam que a presença do pesquisador no local da investigação é fundamental para que se tenha dados fidedignos, pois o objeto estudado só é compreendido de forma abrangente se o mesmo for observado no contexto em que está inserido; salientando que o ambiente está sempre interferindo nas relações sociais. Minayo (2009, p. 23) ainda complementa dizendo que a pesquisa qualitativa:

[...] visa a compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto a (a) valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; (b) relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; (c) processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais.

Brandão (2003) argumenta que a abordagem qualitativa de pesquisa, mais que um método, é um estilo de relacionamento uma vez que somos pessoas humanas, sujeitos interativos, situados de um lado e de outro do instrumento utilizado na coleta de dados, devemos ser confiáveis. Assim:

Podemos confiar em nossa personalidade na pesquisa. Podemos confiar em nossos saberes e valores, em nosso sentimento e em nosso modo de ser e de sentir e pensar, desde que intencionalmente sinceros e teórico-metodológicos (mas sem muita complicação hermenêutica). E preparados para nos relacionar com o outro “na pesquisa”. Para interagir de maneira ao mesmo tempo pessoal e objetiva com pessoas, com famílias e com outros grupos humanos em uma comunidade local de sujeitos sociais, de sentidos, de símbolos, de sentimentos, de significados e de sociabilidades (os “setes esses” da vida cotidiana) (BRANDÃO, 2003, p.186).

Nessa pesquisa com idosos, as falas colhidas poderão apresentar pequenas variáveis quanto à temática, mas devem manter a objetividade e o mesmo padrão de abordagem em relação ao sentido. O ponto de partida deve ser então a confiabilidade entre pesquisador e pesquisado. Nesse norte, nas ideias de Chizzotti (1998, p.83), a pesquisa qualitativa permite:

uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Isso porque “o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado.

Gatti e André (2011) abordam o crescimento do uso da pesquisa qualitativa em educação com relativo destaque, citando ter gerado diversas contribuições no tocante ao avanço do conhecimento na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo, pois acaba por reconfigurar a compreensão da aprendizagem, das relações internas e externas nas instâncias institucionais, da compreensão histórico-cultural das exigências de uma educação mais digna para todos e da compreensão da importância da instituição escolar no processo de humanização.

As autoras seguem destacando os quatro pontos importantes desta contribuição:

1) A incorporação, entre os pesquisadores em Educação, de posturas investigativas mais flexíveis e com maior adequação para estudos de processos micro-sócio-psicológicos e culturais, permitindo iluminar aspectos e processos que permaneciam ocultos pelos estudos quantitativos.

2) A constatação de que, para compreender e interpretar grande parte das questões e problemas da área de Educação, é preciso recorrer a enfoques multi/inter/transdisciplinares e a tratamentos multidimensionais.

3) A retomada do foco sobre os atores em educação, ou seja, os pesquisadores procuram retratar o ponto de vista dos sujeitos, os personagens envolvidos nos processos educativos.

4) A consciência de que a subjetividade intervém no processo de pesquisa e que é preciso tomar medidas para controlá-la. (GATTI e ANDRÉ, 2011, p. 34)

Partindo dessas considerações, entendemos que a interpretação é o foco principal da pesquisa qualitativa, bem como que cabe ao pesquisador o comando desse mecanismo de análise de perspectiva materialista, histórica e dialética, o “método deve levar em conta o processo histórico de constituição do sujeito na relação com a realidade, inclusive as possibilidades de mudança nele gestadas por meio da pesquisa” (SOARES; BARBOSA, 2010, p. 45).

2.1 O lócus da pesquisa e os participantes

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS do bairro Jardim Paraíso na cidade de Joinville/SC⁶, com um grupo de oito idosos participantes das práticas pedagógicas desenvolvidas neste centro. Cumpre esclarecer que o CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social e riscos sociais nos territórios por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos da cidadania.

⁶ <https://www.joinville.sc.gov.br/institucional/cras>

A forma de atuação do CRAS do Jardim Paraíso junto à sociedade, permite que aquela população para a qual se destina, ou seja, as pessoas em situação de risco social, tenham supridas as suas necessidades específicas quanto ao desenvolvimento, conhecimento, ocupação, informação, saúde mental e física, bem como relacionamento interpessoal. Assim, dados os requisitos para a formação daquela sociedade, qual seja, a idade, a situação de risco e pouca ou nenhuma base educacional formal, os serviços ofertados pelo CRAS do Jardim Paraíso se tornam essenciais e muito específicos para aquela população.

O CRAS desenvolve atividades no intuito de promover a transformação da realidade social daqueles que frequentam e são atendidos pelo centro e que se enquadram no contexto de vulnerabilidade social, de modo que as famílias possam se desvincular da assistência para a independência em suas atividades de manutenção da estrutura familiar. O conceito de vulnerabilidade social está relacionado a pessoas em situações de pobreza extrema, exclusão social, desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, desemprego e abandono familiar.

Assim, a atividade desenvolvida pelo CRAS consiste em permitir que esta sociedade, visite o passado, viva o presente e projete o futuro, o que antes desse convívio de grupo, para muitos, como veremos no desenvolver da pesquisa, era simplesmente inimaginável. Nesse sentido:

As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz, dialeticamente, as marcas progressas numa reconstrução constante do que está dado e do novo que surge (MINAYO, 2010, p. 39).

Do grupo inteiro, composto por cerca de 16 pessoas idosas, tendo em vista as experiências que acompanhei e as análises comportamentais dos idosos durante os trabalhos realizados pelas pesquisadoras Ana Cristina e Hilda, ocorridos em datas anteriores, fiz uma seleção prévia daqueles que entendi serem interessantes para a composição do grupo de discussão. Cumpre esclarecer que não busquei padrões comportamentais específicos, bem como sexo ou engajamento nas atividades, mas sim pessoas que se mostravam receptivas. Os então escolhidos foram questionados quanto ao interesse de participar do grupo, tendo sido explicado o procedimento a ser adotado e os meios que seriam empregados para captação de áudio e imagem, que serviriam para a

transcrição dos dados, bem como um requerimento de livre consentimento de uso dos mesmos.

Tal seleção teve por critérios: a facilidade de comunicação, o comportamento mais ou menos extrovertido, o engajamento nas atividades, a dedicação para com os demais do grupo e o comportamento que fugia ao contexto aplicado pelas professoras. Esses atributos foram observados anteriormente, pois o pesquisador observou os idosos ao longo de algumas práticas educativas, já citadas, realizadas no CRAS.

Esta pesquisa, assim como as pesquisas das mestrandas Ana Cristina Schreiber e da Hilda Natume, vinculadas ao grupo de pesquisa NUPAE, realizaram atividades com o mesmo grupo de idosos do CRAS do Jardim Paraíso. Dessa forma, houve a oportunidade de que, anteriormente ao início do grupo de discussão, utilizado para coletar dados nessa pesquisa, eu tivesse contato com o grupo inteiro. Assim, tive como, observar o comportamento, as falas, os gestos e as manifestações dos idosos durante as pesquisas realizadas pelas colegas, o que permitiu selecionar os participantes da pesquisa.

Nesse sentido, a ideia foi de selecionar participantes que não tivessem, obrigatoriamente, o mesmo perfil comportamental, ou seja, não foram escolhidos apenas os mais comunicativos e extrovertidos, a intenção foi justamente identificá-los quanto a essas características para então, poder convidar indivíduos que tivessem posturas diversas, no intuito de não colher um resultado que fosse decorrente de uma postura, mas sim e justamente de como, para a coletividade, aquelas percepções eram recebidas e sensibilizadas.

Nessa linha, Gatti (2005, p.20) afirma que os grupos devem ser formados por pessoas:

que tenham diferentes opiniões em relação às questões que serão abordadas [...] que em certas condições pode não ser muito produtivo misturar gêneros no grupo, porque os homens têm a tendência a falar com mais frequência e com mais autoridade quando há mulheres no grupo [...] e isso pode irritá-las e trazer reações que podem prejudicar o trabalho em relação aos objetivos visados.

Todos os idosos selecionados aceitaram o convite, se mostrando interessados e dispostos a participar da pesquisa, que ficou agendada para nova data, a ser realizada no próprio CRAS do Jardim Paraíso, porém, em sala menor do que a utilizada pelo grupo integral. Aqueles que não fossem participar do grupo, permaneceriam com suas

atividades cotidianas junto à educadora social do CRAS, na sala em que costumavam fazer suas atividades, enquanto durasse a discussão no grupo.

Assim, a pesquisa contou com a participação dos seguintes idosos, conforme o quadro a seguir:

Tabela 01 – Idosos do CRAS Jardim Paraíso participantes da pesquisa

NOME	Idade	Origem	Tempo no CRAS
Iracema	70	São Borja	4 anos
Aládia	82	Garuva	3 anos
João	65	Paraná	4 anos
Antonio	63	Lages	2 anos
Rosilda	62	Lages	2 anos
Rosa	73	Paraná	1 mês
Nelso	75	Botuverá	4 anos
Emília	83	Paraná	4 anos

Fonte: Autor (2017)

De modo a melhor identificar os participantes da pesquisa, passamos a tecer considerações acerca de cada um, ainda que de forma resumida. Tais informações foram obtidas através de breve entrevista no início dos trabalhos e em pesquisa aos documentos do CRAS.

Sr. Antonio – Trabalhou a vida inteira com agricultura familiar, tendo vivido no sítio no interior do Paraná, distante da cidade até o final de 2014, quando se mudou para Joinville. Frequenta o CRAS há cerca de 2 anos, pois logo que chegou na cidade se deparou com um universo muito distante do que estava acostumado e com uma cultura que não o deixava à vontade.

D. Rosilda – Casada com o Sr. Antonio, procedentes do interior do Paraná. Viviam num sítio, sendo ela dona de casa. Explica que no sítio o marido tinha muita ocupação, vivia cuidando da roça, sempre envolvido com muitas coisas e que, desde que chegaram em Joinville ele não tem nada para se ocupar, ficando em casa o dia inteiro. Quando surgiu

o CRAS em suas vidas, ele se mostrou mais animado, pois tem como fazer amigos, se mantendo mais ativo.

Sr. Nelso – Nascido na cidade de Botuverá, na infância morava numa área rural muito distante de tudo. Frequentou a escola dos 8 aos 11 anos, quando parou de estudar para trabalhar na roça com a família. Diz que para ir para a escola (descalço), chegava a andar por quase uma hora e meia. Contou que quando criança tinha um problema de saúde que lhe fez morrer várias vezes. Não podia ter nem alegria muito grande, nem tristeza tão profunda, que caía morto! Trabalhou por muito tempo num sítio e depois aprendeu a dirigir, passando a trabalhar como motorista.

Sr. João – Nascido e criado no interior, em cidade pequena no Paraná, mas com comércio agrícola forte. Não teve experiência com educação formal na infância. Demonstra ser uma pessoa muito calma, gesticula bastante e mantém sempre uma fala mansa e suave. Sua aparência física é bastante desgastada, aparenta ter 10 anos a mais do que realmente possui (65). Sustenta não ter condições financeiras para ter vida social e que suas únicas oportunidades de lazer são proporcionadas pelo CRAS.

D. Emília – Senhora de fala doce e tranquila que alegou nunca, em toda a sua vida, ter conhecido um lugar tão lindo e tão sofisticado quanto o teatro da Scar, em Jaraguá do Sul. Não tem o costume de sair de sua casa, muito menos do seu bairro, tendo passado toda a vida em torno de sua rotina de cuidar da casa, sem conhecer sequer os pontos turísticos da cidade de Joinville. Diz viver quase isolada de parentes e com muito poucos amigos, sendo o CRAS o momento em que consegue conversar e ver pessoas.

D. Rosa – Frequenta há poucas semanas o CRAS, mas já tinha experiências com grupos de idosos da igreja. Convidada pela D. Emília, passou a integrar o grupo e se mostra muito animada e entusiasmada com as atividades. Diz que no caminho para o CRAS já dá para ir colocando a conversa em dia.

D. Iracema – Natural de São Borja, no Rio Grande Sul. Está em Joinville desde 2009. Casada, seu marido possui uma deficiência física, que restringe a vida social do casal. Os impactos gerados na vida social da participante, decorrentes da limitação física do marido se mostram evidentes nas suas falas. Muito comunicativa e sorridente, ela

transborda alegria ao explicar sua relação com os companheiros do CRAS e sua empolgação com as tarefas exercidas e pelos conhecimentos obtidos no Centro.

D. Aládia - Natural de Garuva, Santa Catarina, cresceu já em Joinville. Seu marido era motorista de caminhão. Aos 82 anos de idade, viúva, ajuda a neta e a filha cuidando da casa e do bisneto para que a neta possa trabalhar. Bem disposta, foi a primeira a se manifestar, tomando a iniciativa do discurso, e mostrando-se animada com os afazeres no CRAS. A condição de pobreza fica evidente ao citar, por algumas ocasiões, que se alimenta com mais dignidade e maior qualidade nos dias em que vai no que chama de Clube.

2.2 O instrumento de coleta dos dados da pesquisa

A pesquisa se desenvolveu com o intuito de coletar dados sobre sentidos e significados das práticas educativas aplicadas pelo CRAS, atribuídos pelos idosos, em dois encontros específicos para essa finalidade, organizados de forma a promover um grupo de discussão.

Para melhor compreensão do que seja um grupo de discussão, passamos a conceituar o que se entende por essa técnica de pesquisa. Tal técnica permite uma interação entre os participantes do grupo de pesquisa, em pouco espaço de tempo e com bom aprofundamento nas questões abordadas. Pichon-Rivière (1991, p.177) define grupo como sendo “conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço e articuladas por sua mútua representação interna”. Entendemos, a partir das considerações do autor, que um grupo de discussão é constituído de pessoas reunidas, em determinado espaço físico e cronológico, com funções ou objetivos convergentes apesar de suas diferentes características, ideologias, histórias ou identidades.

O grupo de discussão representa uma prática de análise que insta a busca de dados entre os participantes de modo a permitir uma mais ampla compreensão da realidade, acarretando o reconhecimento de características que permeiam os indivíduos de um determinado grupo social, seja através de suas falas, de suas expressões ou ainda da posição social que os sujeitos ocupam no grupo.

Outro não é o entendimento de Ibáñez (1989), ao reconhecer que a investigação social pode se deparar com questões fáticas, como por exemplo tudo que pode ser citado na vida social, como os atos, os fatos e os acontecimentos de forma genérica, mas, também, os discursos extraídos ou até mesmo o silêncio provocado por um desses fatos e atos citados, ou seja, o não quantificável. Pode-se, com isso, concluir que, de acordo com o autor, os atos e os fatos nos permitem quantificar as questões, enquanto que as narrativas e os discursos nos permitem a reflexão e a interpretação dos mesmos.

No mesmo norte, Oliveira e Freitas (1998) sustentam que os grupos possuem considerável destaque na pesquisa qualitativa, uma vez que propiciam riqueza e flexibilidade na coleta de dados, normalmente não disponíveis quando se aplica um instrumento individualmente, além do valioso ganho em espontaneidade pela interação entre os participantes. Por outro lado, exige maior preocupação com a preparação do local, pois é importante que todos fiquem a vontade para que socializem suas ideias de forma informal e verdadeira.

Das lições de Weller (2011), o método de interpretação dos grupos de discussão se revela de investigação, ao passo que as discussões em grupo estão focadas na reflexão e narração de experiências, objetivando a reconstrução dos contextos sociais, as visões que cada participante detém do mundo, o que geralmente está baseado nas suas experiências e na sua vivência, bem como de representações coletivas dos participantes, que, organizados em forma estrutural de grupo, buscam compreender sentidos, memórias e significados daquela sociedade. Logo, o método consiste em um instrumento que permite ao pesquisador a compreensão do contexto social no qual aqueles entrevistados estão inseridos, além de perceber suas visões de mundo e orientações coletivas.

Dessa forma, os dados colhidos com as discussões em grupo, possibilitam a interpretação dos sentidos e significados que motivaram a pesquisa, permitindo a análise desses para demonstrar o quanto a terceira idade é afetada e de que forma, pelas políticas públicas nacionais para a educação, notadamente quando se manifestam através de práticas educativas não formais.

Ainda nesse sentido, a análise dos dados colhidos junto aos idosos no CRAS, propiciou uma visão amplificada do quanto os sentidos e significados e das práticas desenvolvidas através das políticas públicas para a educação podem ser absorvidos de formas distintas, ainda que tenham sido muito clara e unanimemente conceituadas como de máxima relevância, quando condições externas como, por exemplo, a afetividade e a

dedicação por parte do educador social para com os membros participantes do grupo social, como sendo um dos principais instrumentos dessa inserção.

2.2.1 Da estruturação do grupo de discussão

De modo a garantir que o resultado do trabalho desenvolvido junto aos idosos, no objetivo específico de serem absorvidas as interpretações e extraídos os discursos necessários às análises das questões da pesquisa, se fez imperioso o cumprimento e o atendimento das questões técnicas abordadas pelos doutrinadores acerca do nível do funcionamento das práticas da pesquisa com grupos.

Com base nas diretrizes expostas na obra de Sánchez-Pinilla, M. D., & Legerén, A. D. (2008), o posicionamento epistemológico há de ser baseado na dialética estrutural, com a liberação do discurso e com o debate de forma a permitir a interpretação do grupo das questões suscitadas, com a construção conjunta de um sentido, o que deve gerar uma melhor abertura no campo da percepção e pautado na espontaneidade do grupo.

O papel e a função do moderador partirá da premissa de que no grupo deverá se produzir uma única conversação, que será provocada por uma técnica aberta, devendo incitar aquele que permanecer em silêncio, a falar e que aquele que não se cala, deixe os demais falar, evitando-se que se venha a impor qualquer espécie de critério ou ordem. Deve ainda o moderador manter uma atividade de escuta e observação constante e ativa, observando e registrando todas as reações dos participantes, ditando o ritmo dos trabalhos e dividindo as falas.

Na visão de Ibáñez (2003), o moderador tende a ser o próprio pesquisador, porém não há qualquer óbice, seja na doutrina especializada, seja registrado nos debates acerca da matéria, quanto à possibilidade de ser determinada pessoa que já possua conhecimento acerca daquilo que se pretende produzir com a pesquisa. Todavia, independentemente de ser ou não o próprio pesquisador, o fato é que o moderador não deve ter vínculo com os participantes do grupo, de modo a evitar-se uma relação de confiança, o que é indesejada, segundo o autor.

Assim sendo, com base nos autores anteriormente citados e também na pesquisa de Silva (2015), a organização do grupo deve se dar respeitando a seguinte ordem:

1) Do Espaço: Fato incontroverso entre os doutrinadores que abordam a pesquisa em grupo é a relevância e a importância por detrás da escolha do local onde será realizada a pesquisa, pois este pode trazer uma carga simbólica que, por vezes, pode influenciar no resultado do estudo. Logo, ainda que no mesmo prédio, quando viável deve ser realizado em salas diversas daquelas frequentadas pelos participantes do grupo, distanciando-os do cotidiano, mas respeitando regras para que os mesmos fiquem à vontade, sem causar qualquer tipo de privação ou constrangimento ou inibindo manifestações naturais. De preferência a sala deve conter uma mesa central ou o aglomerado de carteiras que permitam a formação de um círculo, onde todos consigam se enxergar.

2) Do Tempo de Duração da Atividade: O grupo deve ser reunido por uma única ocasião e o tempo da atividade não deve ser muito extenso, evitando-se que a fadiga possa influenciar as falas, reprimir manifestações ou ainda gerar a perda do interesse de participantes. De forma geral, os trabalhos pesquisados nessa linha apontam reuniões com duração de até uma hora e meia a duas horas.

3) Da Formação do Grupo - Os Componentes: Vasta é a orientação sobre o número ideal para a composição do grupo, sendo que o consenso é no sentido de que não deve ser inferior a sete nem tampouco ser superior a dez. Quanto à composição, deverá ser feito um trabalho de escolha, recrutando-se previamente os candidatos escolhidos, que deverá obedecer e respeitar alguns critérios de representatividade definidos pelo pesquisador, bem como uma divisão ou organização por categorias como sexo, classe social, relação do sujeito com o objeto da pesquisa e idade, evitando-se qualquer relação de subordinação entre os participantes, de modo a não reprimir-se manifestação dos subordinados após a fala dos superiores.

4) Da Seleção e Escolha dos Participantes: Certo é que o resultado da pesquisa depende, em muito, do acerto na escolha dos participantes que integrarão o grupo. Ainda que não se tenha ocorrido qualquer atividade anterior com a participação ativa do moderador junto aos participantes, deve aquele ter observado os possíveis componentes em suas atividades corriqueiras, permitindo assim uma análise quanto ao atendimento dos requisitos elencados para perfil da pesquisa. O recrutamento deve ser, quando possível, ser realizado por terceira pessoa que não o moderador, de forma a evitar-se uma possível influência na fala do participante. Durante o recrutamento deverá o participante tomar

pleno conhecimento do objeto da pesquisa e que o convite feito é para que seja um elemento da investigação, através de suas falas ou mesmo do seu silêncio, sem, contudo, apresentar detalhamento do objeto da pesquisa.

5) Do Moderador: No caso deste ser o próprio pesquisador, deve atuar como um meio entre o sujeito participante e o objeto da pesquisa, apresentando aos componentes o objetivo da pesquisa e instigando-os ao discurso, sem contudo, opinar ou manifestar-se conclusivamente após ou durante as falas, ou seja, não deve ter qualquer interferência nas ideias dos componentes, apenas confirmando o que foi expresso pelo grupo e valorizando o discurso livre e espontâneo. Desde que autorizados pelo grupo, o moderador pode fazer uso de instrumentos para gravação da reunião, seja através de áudio, de vídeo ou fotografias.

Com base na literatura, alguns critérios basilares foram traçados e predeterminados para a pesquisa com os idosos no CRAS, pois vejamos:

- O Grupo de Discussão foi formado apenas por idosos, respeitado o conceito definido pelo Estatuto do Idoso, ou seja, ter 60 anos completos;
- A discussão seria pautada com amplo respeito à livre manifestação, não dependendo ou devendo haver qualquer espécie de consenso ou de convergência de opiniões;
- As ideias dos participantes seriam integralmente respeitadas e não haveria nenhuma espécie de direção, pelo Moderador, na fala dos participantes.
- Não apenas o áudio captado seria analisado, como, paralelamente, as imagens da filmagem realizada deveria ser usada, de modo a permitir a observação de expressões e manifestações não vocalizadas.
- Os participantes foram informados que, havendo qualquer dúvida no transcorrer da atividade, seja quanto ao procedimento propriamente dito, seja sobre os objetivos, sobre a abordagem, a matéria e ou o modo de realização da pesquisa, todos deveriam se sentir confortáveis para expressar suas questões, que seriam esclarecidas pelo Moderador.

2.3 A coleta dos dados

O grupo de discussão foi realizado no dia 06 de setembro de 2017 nas dependências do CRAS do Jardim Paraíso às 9h com a presença dos 8 idosos convidados, anteriormente nominados e devidamente identificados. Foi por mim explicado novamente o procedimento a ser desenvolvido, bem como questionado se era de livre vontade que estavam ali e se concordavam em participar. As respostas foram todas positivas, retratando o interesse que todos tinham pelas atividades promovidas pelo CRAS, ainda que não fossem com o profissional que estavam acostumados e já habituados. Nesse mesmo dia, cada idoso assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (Apêndice 03), conforme solicitado pela resolução CNS no 196/96.

Por exatos 84 minutos movimentamos uma discussão sobre o CRAS, sobre o que cada um pensava sobre o CRAS, quais as tarefas que eles achavam importantes, quais os efeitos gerados na vida deles em razão do convívio naquele grupo, sobre aprender, ensinar e compartilhar experiências e sobre valores. Ao final, introduzi a participação do educador social e o que eles pensavam a respeito do profissional, da sua função e de como eles eram afetados pelos atos praticados naquele espaço pelos profissionais que os recebiam.

O grupo de discussão foi gravado em vídeo e em áudio, mediante consentimento dos participantes (Apêndice 04). O material produzido foi transcrito na íntegra para que pudesse subsidiar as análises (Apêndice 02).

2.4 Procedimentos de análise dos dados

Para compreender os procedimentos de análise dos dados, é necessário realizar algumas considerações sobre as categorias sentido e significado, uma vez que para analisar os dados coletados pelo grupo de discussão será utilizada uma metodologia denominada Núcleos de Significação de Aguiar e Ozella (2013).

Aguiar (2009) destaca a importância dos sentidos e significados, pois estes servem para dar visibilidade ao que se pretende destacar em determinada situação, confrontando circunstâncias de uma realidade, através de uma perspectiva real, segundo a autora:

Considerando o valor heurístico das categorias significado e sentido, avaliamos que cumprem o papel de dar visibilidade a uma determinada

e importante zona do real, ou seja, como construções intelectivas abstratas que são, carregam a materialidade e as contradições presentes no real, condensando aspectos dessa realidade e, assim, destacando-os e revelando-os. (AGUIAR, 2009, p.60)

A formação do pensamento passa por um processo permeado e mediado pelos significados, importando na interpretação que gera reflexões sobre duas categorias, sentido e significado, de considerável destaque na tarefa de se compreender os processos constitutivos do sujeito. Defende ainda que o significado da palavra pode-se entender como um fenômeno do pensamento, uma vez que este prende-se à palavra e nela materializado, e vice-versa, sendo possível entender como o elo de ligação entre a palavra e o pensamento. O autor sustenta que a palavra é capaz de aglutinar a ocorrência de fatos, manifestados através de sensações diversas e em várias zonas, das quais o significado se apresenta. Para Vigotski(2009, p. 465):

O sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. [...] o significado é apenas uma pedra no edifício do sentido.

Vigotski (2009) ensina que os significados se desenvolvem porque eles se complexificam. Nessa linha, se mostra bastante relevante a forma com que a pesquisa se apresenta como ferramenta de crescente evolução, pois constantemente, se baseiam em métodos que avançam seus conceitos com fundamento na evolução do raciocínio sobre determinada matéria apropriada, expandida e então compartilhada.

Aguiar (2009), apoiada em Vigotski escreve que, por sentido, pode-se entender “uma síntese psicológica”, ou seja, algo que é particular ao indivíduo, pessoal, capaz de retratar sua própria constituição, que revela a sua história e suas contradições, por vezes, baseadas em passagens, histórias e experiências já vividas. A autora destaca ainda “que a categoria sentido pode se tornar um instrumento valioso, na medida em que se apresenta como um suporte para a criação de zonas de inteligibilidade do movimento singular e histórico de constituição do homem” (AGUIAR, 2009, p. 69).

Vigotski (2009, p. 409) afirma ainda que “o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza”, e que o pensamento fracassado não se realiza como palavra. Assim, se torna necessário que para compreender-se o pensamento, importante e crucial

que se analise o contexto de sua manifestação, que possui um significado posto na palavra, sendo então de fundamental importância que se apreenda o significado da palavra para que se possa compreender o movimento que gera a formação do pensamento.

Logo, das ideias expostas acerca de sentidos e significados, pode-se colher a noção de que para se absorver tais preceitos, necessário se faz interpretar os dizeres dos entrevistados na pesquisa, de forma a permitir uma aproximação dos sentidos, no caso dessa pesquisa, atribuídos às práticas educativas realizadas no CRAS do Jardim Paraíso em Joinville/SC.

De acordo com Aguiar e Ozella (2006), para que se possa analisar os dados e alcançar os sentidos e significados das práticas educativas do CRAS para os idosos, é necessário realizar algumas etapas:

- 1) Leitura flutuante do material colhido no Grupo de Discussão, ou seja, das falas dos membros do grupo, leitura que é realizada diversas vezes após a transcrição dos dados para que se possa ter um olhar mais aprofundado dos dados. A leitura flutuante também é acompanhada da visualização dos vídeos produzidos no momento da coleta de dados, o que facilita perceber as emoções;
- 2) Após a realização de leituras flutuantes, de modo a permitir que os pré-indicadores fossem identificados, após a transcrição do discurso, foi realizada a leitura flutuante do texto integral, sendo destacadas as palavras, as expressões e, por vezes, as frases do discurso que se revelavam chamativos, de modo a propiciar uma projeção de agrupamento entre palavras que tivessem o mesmo sentido ou que estivessem próximas, ou ainda contrárias, mas que versassem sobre o mesmo tema. Esses pré-indicadores foram agrupados em quadros;
- 3) A partir da organização dos pré-indicadores, parte-se para um processo de aglutinação dos mesmos, o que gera os indicadores que também são organizados num quadro. “[...] os indicadores só adquirem algum significado se inseridos e articulados na totalidade dos conteúdos temáticos apresentados, ou seja, na totalidade das expressões do sujeito” (AGUIAR e OZELLA, 2006, p. 13);
- 4) A partir dos indicadores, uma nova síntese é feita, os Núcleos de Significação que devem conter e explicitar as transformações e as contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e significados dos sujeitos da pesquisa. “Os núcleos resultantes devem expressar os pontos centrais e fundamentais que trazem

implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente, que revelem as determinações constitutivas do sujeito” (AGUIAR e OZELLA, 2006, p. 13-14).

Ao chegar nos Núcleos de Significação, é realizada uma discussão das temáticas emergentes considerando o referencial teórico anteriormente construído. Nesse momento, os sentidos e significados atribuídos às práticas pedagógicas se revelam nas falas dos idosos.

CAPÍTULO 3 – DA FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

3.1. Os Pré-indicadores

Para Vigostki (2009), a relação entre linguagem e o pensamento têm a capacidade de gerar inúmeros desdobramentos sobre as noções de significado e sentido. Para chegar nas zonas de sentido, passamos pelos pré-indicadores, que são formados por trechos das falas dos participantes da pesquisa, na maior parte das ocasiões, compostos por palavras soltas ou ainda articuladas que compõem um significado, que norteiam a formação e caracterização do sujeito e, assim, constituem uma unidade de pensamento e linguagem, obtidos por meio de leitura flutuante.

Para Crevelim e Peduzzi (2005), leitura flutuante significa ler em profundidade cada um dos relatos até que o depoimento como um todo seja dominado pelo investigador. É nessa leitura que surgirão hipóteses ou questões norteadoras em função dos objetivos da pesquisa. Faz-se necessário destacar que o próprio processo de transcrição já se constitui como momento de apropriação dos dados.

Nesse sentido, Aguiar e Ozella (2013, 308), expõem que:

Consideramos que a palavra com significado é a primeira unidade que se destaca. Partimos dela sem a intenção de fazer uma mera análise das construções narrativas, mas com a intenção de fazer uma análise do sujeito. Assim, temos que partir das palavras inseridas no contexto que lhe atribuí significado, entendendo aqui como contexto desde a narrativa do sujeito até as condições histórico-sociais que o constitui.

Assim, as falas, as intervenções, os gestos e as expressões dos participantes foram agrupadas, perfazendo o que chamamos de pré-indicadores. Da análise flutuante da fala dos membros do grupo de discussão, foram então definidos os pré-indicadores

apresentados na tabela (Apêndice 1). Esses pré-indicadores foram marcados no texto, através de destaque (negrito) para facilitar a identificação.

De acordo com Aguiar, Soares e Machado (2015, p. 06), é fundamental enfatizar que, embora se possa afirmar que o processo de identificarem-se e levantarem-se os pré-indicadores seja “estritamente marcado pela busca das teses que atravessam o discurso do sujeito, as antíteses já se encontram presentes nesse discurso, só que ainda não reveladas.”

Os autores destacam que:

Para o pensamento vivo, nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira; nem tampouco indiscutível e inteiramente falsa. Uma afirmação é verdadeira pelo que ela afirma relativamente (um conteúdo), e falsa pelo que afirma absolutamente; é verdadeira pelo que nega relativamente (sua crítica bem fundamentada das teses contrárias), e falsa pelo que nega absolutamente (seu dogmatismo, seu caráter limitado). Confrontando as afirmações, o pensamento vivo busca assim a unidade superior, a superação (LEFEBVRE, 1979, p. 172 apud AGUIAR, SOARES e MACHADO, 2015, p. 67).

A reunião dos pré-indicadores permitiu que novos olhares surgissem. Seja pela proximidade das falas, das opiniões e do discurso como um todo, pelas expressões e manifestações diversas, bem como pelas contradições e posicionamentos divergentes, o fato é que um novo bloco se formou, o qual passamos a chamar de indicadores, igualmente indicados na tabela constante do Apêndice 1.

Da aglutinação e da reunião desses fragmentos, colhe-se o terceiro e definitivo conjunto de afectos, capaz de gerar os núcleos de significação, através dos quais a análise dos dados está se debruçando, com o objetivo de identificar e relatar os sentidos e os significados das práticas educativas vivenciadas pelos idosos no CRAS.

Os núcleos de significação passarão a analisar os indicadores identificados e decorrentes das falas dos participantes do grupo de discussão, o que respeitará o quadro apresentado com a tabela adiante:

Os núcleos de significação expressam o movimento de abstração que, sem dúvida, contém o empírico, mas pela sua negação, permitindo o caminho em direção ao concreto. Buscamos, a partir do que foi dito pelo sujeito, entender aquilo que não foi dito: apreender a fala interior do professor, o seu pensamento, o processo (e as contradições presentes nesse processo) de constituição dos sentidos que ele atribui à atividade de docência.

O procedimento utilizado para a análise e formação dos núcleos de significação e para aprofundar a investigação dos sentidos das práticas educativas desenvolvidas no CRAS, vivenciadas pelos idosos, pode ser identificado como sendo um método de projeção, como bem define Barroco (2007, p. 21):

todavia, é assumido, em geral, como instrumento projetivo, capaz de suscitar e de projetar, para fora do indivíduo, os elementos mais intrínsecos da estrutura e funcionamento da psique, mais precisamente dos aspectos emotivos, considerados em singularidade a partir de dados quase sempre apenas bibliográficos.

Desta feita, e apenas no intuito de se demonstrar como foram desenvolvidos e separados os pré-indicadores, permitindo a identificação dos indicadores, que, por sua vez, amparam a pesquisa em seu momento atual, com o desenvolvimento dos núcleos de significação, ainda que sem qualquer análise, no apêndice 2, colo a transcrição literal da primeira parte do grupo de discussão, com as narrativas na ordem em que foram desenvolvidas.

Todavia, de modo a permitir a visualização dos pré-indicadores que foram trabalhados para a formação dos indicadores, passamos a identifica-los adiante.

Tabela 02 – Pré-Indicadores

Pré-Indicadores
Amizade
Conhecidos
novas amizades
Diversão
Conversa
Solidão
desocupação – ociosidade
Bobagens
em casa olhando para ontem
afazeres – folguinha
Religiosidade
Vontade
Doença
Violência Física
Roça
Reclamação – Irritação
tempo – esquecimento
noção de tempo
dia fica comprido
atividade física
Caminhada
Dificuldade de locomoção
Acolhimento
bem estar – nervosismo
Prazer – medo
Recepção
Novidade
Estudo
Aprendizado
trabalhos, atividades e tarefas
conhecimento – saber
lugar de lazer e conhecimento
Inteligência
Informação
Surpresa
Pedacinho da Prefeitura
INPS
assistência
Educadoras
Inteligência
Burrice
senso crítico

Fonte: Autor (2017).

3.2. Os Indicadores

Da reunião dos 42 pré-indicadores constituídos a partir da transcrição das falas do grupo de discussão com os idosos do CRAS, organizamos 10 grupos (Tabela 03,adiante), classificando e apontando assim os Indicadores da pesquisa. Logo, as percepções decorrentes das falas dos participantes, tendem a demonstrar, seja por proximidade, seja por antagonismo, a indicação de determinados grupos de sentidos e de significados, capazes de serem analisados e interpretados a partir do seu modo e momento de intervenção, numa espécie de estatística, um fato, uma medida, uma série quantitativa de dados (indicador quantitativo) ou uma série de evidências ou percepções postuladas sobre a realidade (indicador qualitativo), que serão usados de acordo com o objeto da pesquisa.

No caso da pesquisa qualitativa, os dados obtidos a partir das evidências ou percepções geram instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. Portanto, a primordial função de um indicador seria traduzir, de forma mensurável, certo aspecto de uma dada realidade, de maneira a tornar operacional a sua análise, o que se faz através daquilo que chamamos de Núcleos de Significação.

De acordo com Minayo (2009, p.84):

A definição do termo “indicador”, do ponto de vista científico, varia pouco de um autor para outro. Em geral, os pesquisadores consideram que os indicadores constituem parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados). Como uma espécie de sinalizadores da realidade, a maioria dos indicadores dá ênfase ao sentido de medida e balizamento de processos de construção da realidade ou de elaboração de investigações avaliativas.

Assim, podemos entender que os indicadores da pesquisa foram identificados a partir do discurso, ou seja, das contribuições dadas pelos sujeitos da pesquisa, pelas contradições identificadas, eis que estes estão diretamente inseridos no contexto objeto da pesquisa, pois participam do cotidiano dos serviços prestados pelo CRAS como assistência social. Sentido esse corroborado por Demo (2002), ao citar que a participação dos sujeitos é essencial para a construção de indicadores, pois a participação política no

cotidiano é o cerne da dimensão humana de qualidade, da capacidade de se autogerir, da criatividade que desenha caminhos futuros, da autodeterminação e da autopromoção dos sujeitos, naquilo que chama de baliza avaliativa.

Uma vez identificados e definidos os Indicadores da pesquisa, foi possível então a criação de grupos mais condensados, que perfazem os Núcleos de significação.

Da divisão dos Pré-indicadores em grupos que se relacionavam, encontramos os seguintes Indicadores, conforme tabela a seguir:

Tabela 03 – Dos Indicadores

Indicadores
Relacionamentos
Solidão
Interesse
Condições Atuais
Chronos
Corpo
Prazer
Conhecimento
A Coisa Pública
Fatores da Percepção

Fonte: Autor (2017).

3.3. Núcleos de Significação

De acordo com Vigotski (2004, p.150), “se as coisas fossem diretamente o que parecem, não seria necessária nenhuma pesquisa científica. Essas coisas deveriam ser registradas, contadas, mas não pesquisadas”.

Partindo dessa premissa, menor importância é dada ao processo de constituição das vias pelas quais o sujeito da pesquisa significa sua realidade, mas sim, a ênfase fica evidenciada no sentido de permitir-se que pesquisador seja capaz de construir um

procedimento metodológico que lhe permita transpor esse processo do que Aguiar, Soares e Machado (2015, p.06), chamam de “para além do empírico e que, assim, permita-lhe passar da aparência das palavras (significados) para sua dimensão concreta (sentidos).”

Considerando que a palavra com significado tem origem na relação dialética do pensamento com a linguagem, Aguiar e Ozella (2013, p. 304) afirmam que somente “por meio de um trabalho de análise e interpretação pode-se caminhar para as zonas mais instáveis, flui - das e profundas, ou seja, para as zonas de sentido”.

Pode-se concluir que, das três etapas a serem construídas para a análise dos dados, a elaboração dos núcleos de significação é a que reveste-se de maior amplitude, pois segundo Aguiar e Ozella (2013, p. 310), os núcleos de significação devem “ser entendidos como um momento superior de abstração, o qual, por meio da articulação dialética das partes – movimento subordinado à teoria –, avança em direção ao concreto pensado, às zonas de sentido”, superando assim o discurso leve e aparente, que tem por finalidade o “processo de articulação dialética dos indicadores” para que seja alcançada a realidade concreta, de modo a permitir que sejam interligados os sentidos que norteiam o discurso dos sujeitos, com o seu pensamento crítico.

Nesse mesmo norte, Namura (2004), com base em Vigotski, destaque que:

Em seu pensamento crítico e de aguda sensibilidade para tratar dos processos psicológicos, formulou a categoria “sentido”, para ressaltar a natureza especificamente humana do homem, a sua capacidade de criação e autoprodução nos seus modos e condições de existência, e para superar as cisões e reduções que a psicologia, aprisionada aos modelos naturalistas e idealistas de homem, promoveu no sujeito psicológico (NAMURA, 2004, p. 91).

Assim, após a estruturação dos núcleos de significação, cada núcleo passou a ser analisado de forma individual, para posteriormente ser articulado com os outros núcleos resultantes, método este que Minayo (2009) chama de análise internúcleos. Tais momentos têm por objetivo revelar que o movimento do sujeito não se limita aquilo que está posto no discurso aparente, mas sim buscando a essência da significação do sujeito (isto é, articulando a fala à luz do contexto social, histórico, político, econômico, à luz da teoria utilizada pelo pesquisador). Essa articulação realizada nos núcleos busca os sentidos que foram constituídos, partindo do que foi chamado de empírico, para um modo interpretativo, de uma fala exterior para um plano interiorizado. Aguiar (2006, p. 21)

ressalta que o esforço é “realizar uma análise que apreenda o movimento, a historicidade, as contradições, de modo a avançarmos na apreensão dos sentidos dos sujeitos”, o que se buscou com a análise que segue.

Tabela 04 – Dos Núcleos de Significação

Núcleos de Significação
Amizade
O Ser Ativo
O Desenvolvimento

Fonte: Autor (2017).

3.4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão organizados em quatro seções. As três primeiras seções se referem às análises específicas dos idosos participantes em cada grupo, ao passo que a quarta apresenta a discussão sobre a proposta da pesquisa. Cada seção subdivide-se na análise dos núcleos de significação, de modo que, ao final de cada seção, seja possível observar um panorama amplo de cada indivíduo e suas determinações.

Ao longo das discussões, optamos por utilizar as seguintes convenções de notação: utilizamos “*itálico entre aspas*” para a fala literal extraída da entrevista, acompanhada pelo nome do idoso; as [palavras entre colchetes] são utilizadas para a inserção de informações que possibilitem melhor compreensão dos extratos; será utilizado (...) para a parte da fala extraída para condensar o extrato; “entre aspas” ou negrito, quando a ênfase é dada pelo pesquisador.

O primeiro núcleo de significação tem como tema principal a sociabilidade do idoso participante; por sua vez, o segundo núcleo aborda elementos que envolvem o uso e o emprego do tempo, bem como as sensações que decorrem dessas práticas; já o terceiro núcleo foca no conhecimento e no desenvolvimento de conceitos, fazeres e afazeres, bem como na participação do educador social nesse processo.

Assim, pode-se dizer que os núcleos, uma vez identificados, se completam, havendo distinção entre eles apenas e tão somente em relação ao grupo dos indicadores que os formaram, sendo ainda certo que o intuito dos núcleos foi de evidenciar os sinais encontrados no discurso, de modo a permitir que os sentidos e significados fossem trabalhados e analisados de acordo com o momento ou a circunstância em que surgiram nas falas dos idosos, bem como interpretados quanto ao humor, a empolgação, a animação, à tristeza, o lamento, o pesar e os medos que os membros deixavam transparecer no discurso.

3.4.1. Núcleo de Significação – Amizade

O núcleo “Ser Social” foi criado por meio da reunião de 4 indicadores e estes identificados em razão de 16 pré-indicadores, conforme adiante (Tabela 05):

A análise do primeiro núcleo se inicia com os sentidos identificados no discurso dos idosos no grupo de discussão. Nesse norte, a primeira grande constatação é que todos os participantes citam a relação de amizade que construíram com os demais participantes durante as reuniões do CRAS, de novos conhecimentos, confrontando essas sensações positivas com a ideia de solidão, de ociosidade, desocupação, e abandono.

Em seu discurso, D. Aládia frisa, desde o primeiro momento que uma das principais motivações geradas pelas práticas desenvolvidas no CRAS, é a **amizade** cultivada entre os idosos participantes, a solidão e o aprendizado.

Eu penso que o CRAS é ótimo, porque a gente não fica sozinha dentro de casa, está aqui sempre aprendendo alguma coisa nova, tendo muitas amizades. O que mais importa para a gente é a amizade, sempre estamos conhecendo gente. (D. Aládia, grupo de discussão, set/2017).

Ela enfatiza que conhecer pessoas faz com que possa estar em constante aprendizado, pois segundo a mesma, “*todos temos sempre o que aprender e o que ensinar*” (D. Aládia, grupo de discussão, set/2017).

Como vimos, a velhice pode trazer uma novidade nada agradável. A realização de que o seu universo não é mais como antes, a viuvez, a solidão, a perda dos espaços, seja com a casa, com o quarto ou ainda com a própria convivência familiar acaba por gerar dores internas por vezes incuráveis. Tais situações, possivelmente expliquem a difícil adaptação que importa abdicar de alguns hábitos e bens para, a partir de um novo contexto, construir ou ajustar um novo significado para sua vida, que por vezes será sedimentado na pesada constatação de que, agora, ele é idoso.

Lima (2005, p. 15), destaca:

Ao longo de nossa vida, criamos hábitos, adaptamos e transformamos o nosso espaço, possuímos nossos objetos pessoais e construímos uma rede de relações. A nossa história é construída, a partir de todas essas construções simbólicas e, caso haja uma perda total ou parcial delas, para o idoso representa um corte com o seu mundo de relações e com sua história. Portanto, o idoso tem dificuldade em assumir aspectos da sua vivência, enquanto pessoa plena, isolando-se afetiva e socialmente, negando ou desvalorizando as suas capacidades. (Lima, 2005)

Na mesma linha de raciocínio, porém na contra mão do sentido positivo dado às amizades construídas, aparece o medo e a tristeza com a solidão, como ficar em casa sem ter o que fazer. Em suas narrativas, resta claro o receio de não ter o seu tempo ocupado, em ficar em casa sem distração, sem ocupar seu tempo, com o pensamento em coisas não produtivas ou que lhes tragam retornos.

Da mesma forma o Sr. João prossegue. Sua fala, com um tom de voz mansa e demonstrando não ter pressa alguma, passa uma serenidade, no mínimo, intrigante. Fica evidente que suas origens o marcaram profundamente, remetendo a uma vida sem o agito dos grandes centros ou sem a pressa do cotidiano moderno.

Amparado na relação pessoal com os demais membros do grupo, o Sr. João nos informa que ali, naquele espaço, tem conhecidos que lhe permite um convívio social agradável, que lhe traz divertimento. Aduz que a amizade possibilita a conversa e facilita o diálogo, como se conversar com um desconhecido fosse mais complicado do que com alguém que já faça parte do seu ciclo social.

*Eu, pra mim, é a mesma coisa que ela falou, eu, pra mim, é um **divertimento**, é uma coisa que eu venho para se **encontrar com os conhecidos né?!**, as vezes a gente chega aqui e **não conhece alguém e daí já fica conhecendo**, isso é muito bom porque a nossa **turma de amigos** vai sempre crescendo (Sr. João, grupo de discussão, set/2017).*

O idoso sustenta que mesmo quando um amigo deixa de frequentar o Centro de Referência e se eles encontram pelas ruas, “já é motivo para uma prosa”, para se saber o que cada um anda fazendo, para retomarem o relacionamento, resgatando um convívio.

A ideia inicial que circula em torno de quem o participante chama de conhecido, poucos instantes depois já nos faz vislumbrar a questão da amizade já citada pela D. Aládia, pois demonstra que o vínculo criado é levado para fora das instalações do CRAS, se torna amplo, como diz Sr. João, podem ficar sabendo o que andam fazendo e já tem assunto para iniciar a conversa.

Na mesma linha se mostram os sentidos que envolvem a amizade e a parceria com o educador social. D. Rosilda, cita que a amizade entre ao participantes e a professora Ana lhe agrada muito. “A **amizade** que a gente tem com os outros, **com a Ana**, é muito bom mesmo... é tudo isso muito bom, pra mim é muito bom mesmo, **eu gosto muito!**” (D. Rosilda, grupo de discussão, set/2017).

Lima (2005, p.18) explica:

A atividade do fazer humano é essencial ao equilíbrio físico, psicoemocional e social do idoso, na medida em que favorece o continuar vivendo, mesmo que fatos negativos possam interpor-se ao processo de envelhecimento. Estimula-o a continuar a fazer planos, estabelecer os contatos sociais, tornando-o ativo, participante de sua comunidade, autônomo, aos olhos da sociedade, um velho sem o estigma de velho.

Do ciclo de amizades formado entre os participantes do grupo pode-se observar não ser algo fechado ou que somente depois de um certo tempo de convivência. Dos 8 participantes do grupo de discussão, apenas a D. Rosa é frequentadora recente. De acordo com sua fala, no dia em que ocorreu o grupo de discussão, era apenas sua terceira participação no Centro. Todavia, ainda que há pouco tempo no grupo, fez questão de manifestar sua posição sobre o CRAS e sobre esse tipo de política de assistência social.

*Eu estou gostando muito das coisas que nós temos aqui, mas eu estou aqui desde a semana retrasada apenas... frequentando aqui. Essa é a terceira semana que eu estou vindo. Ao invés de eu **ficar sozinha**, de ficar em casa, a **Emília me convidou** para eu vir com ela e eu estou gostando muito mesmo. Eu participava de um grupo de reflexão e lá nós também tinha umas viagens e tal, tinha reunião e nós ia para Curitiba, nos enfiava num ônibus e passava o dia inteiro, nos enfiava no mato, cachoeira, tudo por aí nós ía (D. Rosa, grupo de discussão, set/2017).*

As diferenças de idade e, principalmente do grau e da intensidade das atividades desenvolvidas pelos participantes, associados aos seus conceitos próprios, se revelam nas falas quando um participante mais jovem do que a média dos demais, ou ainda que não tão mais jovem, apresenta maior envolvimento social e até mesmo melhor condição física, quando, de forma sutil, não se incluem integralmente naquela condição, naquele conceito ou não se vêem como dependentes daquele sistema (CRAS), não se identificando como em situação de risco social.

Em seu discurso, o Sr. Antonio, com 63 anos de idade e aparentando raciocínio rápido e uma condição física privilegiada se comparada aos demais integrantes (principalmente quanto aos homens), embora já alcançado pelo conceito legal, não se percebe como idoso.

Eu não tenho vindo muito, mas quando eu venho, me sinto muito bem, fiz muitos amigos aqui. Encontro as pessoas na rua, os colegas da

*gente. Outro dia mesmo estávamos na rua e uma colega passou do outro lado da Rua e gritou: Não foi mais no Grupo!! Então além da amizade, tem a conversa, o sentimento de eu saber entender as **peessoas de mais idade**, porque **eu já sou meio idoso né**, mas nunca tinha participado assim, com outras pessoas idosas de nada desse tipo (Sr. Antonio, grupo de discussão, set/2017).*

Sr. Antonio ainda tem dificuldades de se acostumar com a vida urbana. Tendo morado no sítio por toda a vida, sente os efeitos da vida na cidade, que é o distanciamento existente entre as pessoas, pois elas estão muito próximas fisicamente, porém, ao mesmo tempo, muito distantes umas das outras. A correria diária, atrelada à falta de tempo para tudo, inclusive para, como diz o Sr. Antonio, “*para prostrar com os amigos*”, para visitar as pessoas e realmente se importar com elas. Isto, ele relata que era comum na vida que se levava no campo.

Outro indicativo muito presente nas falas dos participantes se faz notar em relação ao costume de relacionar a Deus os avanços e as melhorias que os serviços desenvolvidos junto aos educadores, nas dependências e através das políticas criadas pelo CRAS. Podemos identificar, em boa parte, que os idosos que frequentam o CRAS do Jardim Paraíso, relacionam os benefícios que conseguem com o Centro à conduta e obra divina, sendo que em pouquíssimas exceções, nos deparamos com falas ligadas à cidadania, ao poder público, á direitos ou sequer obrigação de tratamento por parte do Estado.

*Os **trabalhos** que a gente faz né?! O mesmo que aconteceu comigo lá no C.I., no Floresta, eu fiquei 5 anos lá no Floresta, no C.C.I., para mim, olha, foi uma **benção para mim**, uma **benção de Deus! Tudo isso que a gente faz aqui é muito bom mesmo, só Deus mesmo!** (D. Aládia, grupo de discussão, set/2017).*

Esse mesmo posicionamento é seguido por diversos outros participantes, inclusive por aqueles que denotam conhecimentos acerca de políticas públicas e sociais. Muito embora não seja objeto dessa pesquisa, nem tampouco haja interesse em polemizar questões religiosas, dadas as diversas manifestações que se aproximam de razões religiosas como dádivas e graças, importante se faz uma alusão à natureza humana e à condição humana diante da natureza.

Feuerbach (1997) contribui para análise no sentido definir que a concepção de Deus enquanto “extensão” humana é a descoberta de uma essência infinita no homem.

Essência esta que se relaciona consigo mesma, que ouve a própria voz, que transcende o indivíduo quando percebe a manifestação de si mesma como se fosse de uma outra, ou seja, passa a voltar-se para si enquanto dimensão distinta, separada, essência essa marcada por atividades divinas que transcendem o sujeito isolado e o levam para uma posição de se conceber, ainda que inconscientemente, como um ser absoluto, magnífico, universal, isto é, de contemplar sua própria divindade. Enquanto ocorre essa relação do homem com sua própria natureza, como se fosse outra natureza, ocorre imediatamente uma ruptura do homem consigo mesmo. Isso se dá propriamente no plano da religião, quando Deus é tido, de modo ilusório, como um sujeito, de modo que:

A religião é a cisão do homem consigo mesmo. Ela é a objetivação da sua essência secreta. A prova disto é que só se pode cindir aquilo que é uno (o homem é ruim, Deus, bom; o homem mortal, Deus imortal; o homem finto, limitado, Deus, infinito e ilimitado) no entanto, só ocorre a cisão de algo que identifica consigo mesmo, ou seja, do homem com sua própria essência (FEUERBACH, 1997, p. 77).

Na linha de Feuerbach (1997), a teologia se funde à filosofia para complementar o conceito do homem e da natureza, para justificar as razões pelas quais o homem se torna real, divino, ao passo que a religião distancia o homem desse sentido especial e verdadeiro apontado pelo filósofo.

Todavia, o resultado prático da crença religiosa para o idoso parece trazer uma sensação de bem-estar. As falas dos participantes dão essa dimensão. Percebe-se que a religiosidade tem o poder de alcançar uma dimensão que afeta o indivíduo, potencialmente dos idosos, pois o aumento do envolvimento com questões ligadas à religiosidade, com o avançar da idade, é fonte de grande importância emocional, com diversas repercussões na saúde física e mental. Assim, independente dos conceitos Feuerbachiano, as práticas e as crenças religiosas parecem que contribuem positivamente para o bem-estar na terceira idade.

Nota-se que o receio da solidão e do ócio são pré-indicadores facilmente encontrados nos discursos. Os idosos apontam que não fosse o CRAS, ficariam em casa sem ter o que fazer, sem distração, sem ocupação e sem desenvolvimento algum.

Eu só não venho para cá mesmo, se eu tô doente, ou se eu não posso mesmo, se eu não tô em casa por algum motivo... mas se eu tô em casa é de certeza que eu venho para cá, porque não tem o que, não tem como pegar o conhecimento com outras pessoas se você fica em casa olhando pra ontem (Sr. João, grupo de discussão, set/2017)

As perdas que, segundo Lima (2005, p. 18), o tempo ocioso dos idosos e a ausência de atividades que articulem suas ideias, o pensar e o próprio corpo, acarretam sobre a própria saúde, podem ser citadas como:

Evidências demonstram que o não fazer é nocivo à saúde do idoso, podendo levá-lo ao declínio de sua capacidade física, por causar uma incapacidade funcional, pelo “desuso” das funções do corpo, atingindo as atividades de vida diária e de vida prática. Consequentemente, acaba por levá-lo ao desconhecimento de seu corpo e de si mesmo, expondo-o a uma maior vulnerabilidade às enfermidades.

Com o envelhecimento da população mundial e, em especial brasileira, diversos “novos” problemas vão sendo encarados pela população idosa. As aspas em novos foram propositalmente colocadas para evidenciarmos que o novo é apenas o fato da população estar envelhecendo cada vez mais. Porém, vários desses problemas já eram enfrentados e conhecidos pelos idosos mesmo antes desse fator envelhecimento.

Um dos mais comuns pesadelos que afligem os idosos está relacionado à solidão, ao abandono. A solidão provoca um sentimento de vazio interior, que pode estar presente no ser humano nas diferentes fases da vida, e tende a ser mais frequente com o envelhecimento. Fatores psicológicos e sociais parecem estar relacionados com o seu surgimento, como a depressão, o luto, o isolamento social e o abandono.

As variadas situações que levam à solidão e ao abandono usualmente são provocadas e decorrentes da condição de fragilidade que alguns idosos se encontram, seja face à distância de vida social ativa, seja pela falta de apoio familiar. Da análise superficial dos cadastros no CRAS, dos participantes da pesquisa, fica evidente que a maioria não tem convívio direto e corriqueiro com seus familiares mais próximos. Assim, é natural que venham a depender de outras pessoas, seja pela perda da autonomia natural e da independência, pelo distanciamento e esfriamento dos vínculos afetivos que mantinha, seja pela conduta do grupo de relações ou até mesmo a ausência deste, o que acaba por

impedir que o indivíduo viva e conviva de forma plena e de manter-se inserido no convívio familiar, no grupo e nas atividades culturais.

Ao se sentirem resgatados quanto ao convívio social e atividades culturais, por exemplo, os idosos revigoram suas energias, descobrem novas habilidades e mantêm outras tantas em funcionamento, o que gera a sensação de bem-estar e provoca o interesse nas relações.

Tabela 05 – Da Formação do Núcleo de Significação “Amizade”

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleo de Significação
Amizade	Relacionamentos	Amizade
Conhecidos		
novas amizades		
Diversão		
Conversa		
Solidão	Solidão	
desocupação - ociosidade		
Bobagens		
em casa olhando para ontem		
afazeres – folguinha	Interesse	
Religiosidade		
Vontade		
Doença	Condições Atuais	
Violência Física		
Roça		
Reclamação		

Fonte: Autor (2017).

3.4.2. Sentidos do Núcleo de Significação – O Ser Ativo

O núcleo “O Idoso, Ser Ativo” foi criado através da reunião de três indicadores e estes identificados em razão de dez pré-indicadores, conforme Tabela 06, adiante.

A primeira característica que chamou a atenção nas falas foi a preocupação e a noção sobre o tempo gasto ou desperdiçado, bem como pelo uso do tempo com coisas que passaram a ser relevantes. O detalhamento sobre como cada um dos idosos usa o tempo que tem hoje em dia, produz material rico e capaz de ajudar a contradizer as conhecidas concepções a respeito do processo de envelhecimento, bem como as que pessoas idosas não são produtivas, não estão inseridas no modelo econômico e são desengajadas da vida social. Não são comuns, infelizmente, as pesquisas sobre o uso do tempo pelo idoso, talvez até porque não seja atrativa tal pesquisa, haja vista que, por detrás de quem a realiza, geralmente existem razões econômicas (interesses mercadológicos), ou seja, seria fácil imaginarmos pesquisas que envolvessem práticas esportivas, pois uma determinada empresa do ramo poderia estar desenvolvendo produtos e acessórios para aquele esporte, mas quando o objeto da pesquisa é o idoso e como este usa o seu tempo, os interesses geralmente são sociais e não econômicos (com perfil consumerista) e, por isso, grande parte dos estudos sobre o emprego e o uso do tempo, não venham a incluir participantes idosos.

Consequentemente, natural que haja uma maior dificuldade da compreensão sobre o processo de envelhecimento e uma fracassada análise da diversidade dos estilos de vida que, potencialmente, existe na população idosa.

Todavia, a partir do momento em que se mostram ativos, envolvidos com inúmeras práticas e participativos socialmente, começam a chamar, cada vez mais, a atenção da coletividade não apenas para suas necessidades, mas também para seus anseios, desejos e inspirações.

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2010), os dados têm apontado que os idosos, no Brasil, possuem baixo grau de escolaridade, são em sua maioria mulheres, e vivem sozinhas (IBGE, 2008; IBGE, 2010). Tais considerações permitem concluir que a população idosa fica mais exposta à situações de risco social e fragilidade de uma forma geral.

Em boa parte dos discursos, a TV aparece como indicativo de qualidade de vida. Mais do que simplesmente um passo tempo, nas falas dos idosos podem-se perceber diversas apropriações e absorções de conceitos que eles retiram de programas de TV, especialmente as novelas, jornais e seriados. Para alguns dos idosos, durante os

programas de TV, além de terem oportunidade de obterem informações relevantes, eles descansam, apontando o tempo usado para o descanso como um tempo útil.

*Tem coisa que a gente vê na televisão, vê que dá para fazer e não sabe bem ao certo como que faz, então não adianta muita coisa, **porque eles mostram e não dizem como é que faz.** Aí eu venho e pergunto aqui... ah, eu vi na televisão que eu posso fazer isso e tal, como é que eu tenho que fazer? Aonde é que eu tenho que ir? **Eles aqui sempre dão um jeito de mostrar as coisas que não sabemos.** (D. Iracema, grupo de discussão, set/2017).*

Em outro momento, D. Emília informa que aprendeu a fazer bordado assistindo um programa na Globo, pois segundo ela:

*Foi que nem aprender a bordar. **Nunca que eu tinha aprendido a bordar na minha vida, aí, estava assistindo TV, o programa daquela menina, que passa na Globo no sábado, ... oh Meu Deus, ... eles mostraram como é que fazia o bordado.** Não é desse tipo que nós fizemos aqui não, é bordado de pano de prato, **ensina a fazer flor, patinho, o que você quiser fazer, dá de fazer!** (D. Emília, grupo de discussão, set/2017).*

Da análise da fala da D. Emília, pode-se extrair que, para o idoso sem interação familiar, isso pode indicar que assistir à TV muitas vezes remete aos idosos à oportunidade de relaxamento, descontração, proporcionando um momento mais tranquilo e de descanso.

D. Rosa, demonstra que as práticas ensinadas e desenvolvidas no CRAS são levadas para os lares dos idosos. Em sua fala diz que “*Tem três semanas que eu venho e já estou fazendo em casa uma pintura que aprendemos a fazer aqui*”. (D. Rosa, grupo de discussão, set/2017).

D. Emília, ao explicar, lamentando, que nem sempre é possível estar presente nas reuniões, diz que, quando falha, “*o dia fica [compriiiiiido]*”.

Sr. Antonio, como já mencionado em outro momento, sempre foi muito ativo no campo e demonstra não se relacionar bem com a inércia. Em seu discurso chama a atenção sua preocupação com *o corpo em movimento, pois*

*lá no Paraná nós já participava do CRAS também. Lá eles iam nas comunidades fazendo **reunião**, lá tinha física também, **atividade física!** Aqui a gente tem uma coisa ou outra que faz um pouco de exercício,*

porque, como diz o outro, se ficar parado o corpo enferruja, adocece. Eu mesmo, se ficar parado demais já não me sinto bem (Sr. Antonio, grupo de discussão, set/2017).

Contudo, o aumento da expectativa de vida trouxe maiores e melhores conhecimentos sobre as alterações fisiológicas que ocorrem no corpo humano com o envelhecimento. Nesse sentido, Carvalho, et al (1996, p. 80) explicam que:

Permanece, contudo, a dificuldade quanto à definição da estreita fronteira entre envelhecimento normal e as alterações patológicas. A prática da AF (atividade física) é recomendada para manter e/ou melhorar a densidade mineral óssea e prevenir a perda de massa óssea. A AF regular exerce efeito positivo na preservação da massa óssea; entretanto, ele não deve ser considerado como um substituto da terapia de reposição hormonal. A associação entre tratamento medicamentoso e AF é uma excelente maneira de prevenir fraturas. A AF regular melhora a força, a massa muscular e a flexibilidade articular, notadamente, em indivíduos acima de 50 anos. A treinabilidade do idoso (a capacidade de adaptação fisiológica ao exercício) não difere da de indivíduos mais jovens.

Concluem os autores citando que a prática de atividade física, desde acompanhado e prescrita de acordo com a capacidade e avaliação de cada pessoa, “deve ser incentivada e estimulada para indivíduos idosos, inclusive através de iniciativas do poder público e/ou privado”, de acordo com diversas práticas e parcerias, como o caso dos convênios firmados entre o SESI, “visto se constituir em excelente instrumento de promoção da saúde. Não existe nenhum segmento da população que obtenha mais benefícios com a AF do que os idosos” (CARVALHO, et al, 1996, p. 81).

Segundo Santana e Maia (2009), atuar sobre o meio de modo a transformá-lo, em uma direção positiva, através da promoção de mudanças no estilo de vida dos idosos, é a primordial função da intervenção educacional. Se os idosos conhecerem os problemas que podem desencadear da inatividade física e do sedentarismo, bem como os principais fatores de risco de enfermidades que geralmente são particulares dos idosos e as formas de evita-los, os idosos tenderão a viver mais e com mais qualidade.

Esses elementos identificados no discurso e separados nos pré-indicadores, articulam-se entre si como sentimentos essenciais à vida, pois interferem de forma direta e positiva na qualidade de vida dos idosos, propiciando um melhor resultado naquilo que é tratado pelos autores como:

um processo progressivo de mudança desfavorável, geralmente ligado à passagem do tempo. Tal realidade ainda é constatada no cenário brasileiro, onde há a predominância de representações negativas acerca da velhice e associação entre velhice-doença. O que torna relevante toda e qualquer atitude para reverter esse quadro negativo relacionado a uma fase normal do desenvolvimento humano, que é o envelhecer (SANTANA; MAIA, 2009, p. 233).

O outro lado da moeda revela o peso que a idade pode trazer. Não são poucos os sinais de desgaste físico decorrentes da idade. Facilmente identificamos o lamento dos que sofrem com locomoção ou com problemas de saúde atrelados à idade e ao tipo de vida sedentária. As dores e limitações que acometem alguns afetam mais do que suas capacidades de deslocamento, seus corpos físicos, atingem a autoestima e machucam o ego.

*Eu não garanto que eu posso vir toda semana porque **eu tenho uma perna ruim**, que eu já fiz uma **cirurgia**, então ela **me dói muito** às vezes, e eu já fui em **vários médicos** e me colocaram uma mola, mas agora entupiu tudo de novo, aí eu estou **esperando uma vaga** lá no Regional para mim poder ver a minha perna (RISOS). (D. Rosa, grupo de discussão, set/2017).*

Na mesma fala em que sinaliza o lamento pela dor e pelas consequências das limitações físicas e a forma com que é atingida pela dificuldade de locomoção e o quanto isso traz de malefícios, a participante usa do problema para fazer graça, para rir e brincar com a situação, acarretando um efeito similar nos demais membros do grupo. Como se esse fato (da dor) fosse algo que eles achassem engraçado, como se fosse algo que não mais os revoltasse, mas sim os fizesse interpretar com outro olhar.

D. Rosa continua: “*Mas enquanto eu puder vir eu vou vir, porque **ao menos você conversa um pouco, ainda caminha um trequinho, devagarzinho, com calma por causa da perna...*** (RISOS)”.

Novamente, o uso do fato das dores que sente na perna, são motivos para risadas, inicialmente apenas da oradora e, depois, seguidas por todos, como que cientes do que se está sendo falado. Nada soou como piada, nada teve uma conotação engraçada, mas a situação da dor na perna, acarretando uma limitação de locomoção, foi o suficiente para, sem qualquer alusão a nada mais, se tornasse uma piada.

Alguns idosos fizeram relatos no sentido de assegurar que, mesmo com dores, não deixam de exercer suas atividades e de manter um convívio social com os amigos no CRAS, denotando a relevância desta prática na vida dos idosos. As redes de suporte social formadas por entidades governamentais contribuem para que o indivíduo continue acreditando que é cuidado, amparado e valorizado, o que faz com que se sintam pertencentes aquele grupo.

Segundo Souza (2004, p.265):

A dor está entre os principais fatores limitadores da possibilidade do idoso manter seu cotidiano de maneira normal, impactando negativamente a qualidade de vida do indivíduo idoso, prejudicando de algum modo à realização das atividades de vida diária, bem como restringindo, em algumas situações, a convivência, levando-os ao isolamento social.

No entanto, percebe-se que as dores físicas somente impedem os idosos de participarem das reuniões quando elas ultrapassam as barreiras do suportável. É comum nas falas vermos que eles se reportam às dores como algo frequente, como algo que os acompanha, como se diminuíssem os efeitos causados por essas dores pelo simples fato delas, de um certo tempo para cá, sempre estarem ali, sempre existirem.

Como retirado do discurso do Sr. João, a dor física, em determinadas situações parece até ser curada com a mente ocupada, pois:

O senhor veja: eu tenho um joelho ruim. Esse joelho quando dá mudança de tempo dói bastante. Mas é uma dor no osso mesmo, tem dias mesmo que nem dá de fazer nada. Não consigo dobrar a perna direito. Aí eu venho pra cá e nem sinto mais a dor, parece que foi embora, que nem se tivesse tomado um remédio, sabe? Se eu ficasse em casa cuidando da rua pela minha janela, essa dor ia continuar. Então, dá para dizer que até as dores da gente melhoram quando a cabeça tá ocupada, porque não tem outra explicação para passar uma dor de joelho. Como que eu vou explicar isso? O senhor está me entendendo? (Sr. João, grupo de discussão, set/2017).

De tal narrativa, fica evidente o quanto a mente pode influenciar de forma positiva até mesmo na superação de dores físicas. Da fala do idoso percebe-se que o interesse pelo convívio social, pelo aprendizado e pelas trocas de experiências proporcionadas pelo grupo no CRAS faz com que ele tenha vontade de estar presente às reuniões, ainda que esteja se sentindo debilitado por conta das dores físicas em seu joelho.

O próximo indicador que se destaca no discurso, ainda no segundo núcleo de significação é o prazer, a satisfação. São relevantes os relatos acerca do prazer que as atividades e o descobrimento de simples habilidades, que a grande maioria não conhecia ou jamais tinha praticado, pode proporcionar aos idosos do grupo. As falas dão ideia de que ser recebido, ou acolhidos, como alguns citam, seria algo maravilhoso.

O que para muitos, talvez para a grande maioria da população, nada mais fosse que o mínimo a se esperar do Estado, ou seja, organismos estruturados para bem receber os idosos e suas necessidades básicas, para os próprios idosos soa como um ato de sensibilidade, de carinho diferenciado.

De fato, diante de tanta notícia envolvendo barbáries e descuidos em relação aos idosos no Brasil, quando algo surge, tratando com respeito e dignidade o idoso, o que era para ser normal se torna extraordinário. É a materialização da perda da referência, o que, em especial será melhor abordado no próximo núcleo.

Tabela 06 – Do Núcleo de Significação “O Ser Ativo”

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleo de Significação
tempo - esquecimento	<i>Chronos</i>	O Ser Ativo
noção de tempo		
dia fica comprido		
atividade física	Corpo	
caminhada		
Dificuldade de locomoção		
acolhimento	Prazer	
bem estar – nervosismo		
Prazer – medo		
Recepção		

Fonte: Autor (2017).

3.4.3. Sentidos do Núcleo de Significação – O Desenvolvimento

O núcleo “O Desenvolvimento” foi criado através da reunião de três indicadores e estes identificados em razão de dezesseis pré-indicadores, conforme Tabela 07, adiante:

A descoberta e o encanto com o novo chama muita atenção nas falas dos idosos. Talvez pelo fato de esperar-se que, um cidadão com certa idade, com tanta experiência, já tenha percorrido um caminho que foi capaz de lhe mostrar de tudo, de lhe proporcionar vivências diversas.

Porém, o que se destaca é justamente o inverso! Coisas a princípio tão banais são citadas com tamanho entusiasmo, com tanta ênfase que chega a ser inusitado descrever tais situações como algo capaz de emocionar e tocar pessoas com essa bagagem.

D. Emília, ao descrever as experiências positivas que o CRAS lhe proporcionou, citou o passeio que foi organizado até o teatro da SCAR, em Jaraguá do Sul.

Outro dia, já faz um tempo, mas a Ana levou a gente para visitar um lugar... eu não consigo me lembrar o nome... ah, meu Deus, que coisa boa... um lugar de música, uma coisa linda... - (intervenção da Professora ANA – foi lá na SCAR, em Jaraguá do Sul) - coisa mais linda desse mundo mesmo! (D. Emília, grupo de discussão, set/2017).

Nesse instante, D. Aládia deu um pulo na cadeira e com um gesto, passando rapidamente o braço sobre a mesa, diz:

Coisa mais linda mesmo!!! eu nunca tinha visto nada como aquilo, eu nunca que me esqueço aquilo lá, parecia um palácio, um espetáculo da natureza! já andei por aí, por tudo que é canto, por esse mundo inteiro e nunca, mas nunca que eu vi um negócio tão lindo como aquilo. Fiquei muito feliz com aquele passeio e de ver aquilo lá, foi como ir na casa de um rei. Me impressionou muito aquilo, mas nunca que ia pensar que em Jaraguá tinha um negócio assim, francamente... (D. Aládia, grupo de discussão, set/2017).

D. Emília então retoma a palavra, concluindo:

Teve um que fomos no zoo-botânico também. Lá eu já tinha ido uma vez com meu filho... outra vez fomos numa trilha, na faculdade (Univille), no meio da mata, com a natureza... levaram a gente para conhecer tudo lá, um monte de sala, muito legal. Outro dia teve um

outro lugar, não me lembro o nome, mas que lugar bonito!! No alto do morro, dá de ver tudo lá de cima, tudo fica pequenininho. (Ana – foi no mirante!) Ah, isso mesmo, no mirante, que coisa linda!

Essas coisas que a gente vê que faz falta, né?! Porque eu estou com 83 anos e a gente viveu sempre muito fechado, a gente não viu as coisas por fora... e agora a gente foi e viu, para nós isso é muito bom, nem dá para pensar que com essa idade já eu ia ver coisa que eu não tinha visto. (D. Emília, grupo de discussão, set/2017).

A simplicidade, característica tão acentuada na vida dos idosos que integraram a pesquisa, retrata o quanto eles se sentem saciados com passeios e com visitas a lugares que não fazem parte do seu cotidiano. De fato, o teatro citado por D. Aládia destoa dos demais espaços daquela região, bem como poderia facilmente ser usado como referência, seja na arquitetura, seja na modernidade de suas instalações, mas o seu encanto com aquela novidade, principalmente para uma pessoa com 83 anos de idade, ou seja, com uma boa estrada já percorrida nessa vida.

Outro aspecto de grande valia que se absorve da fala da D. Iracema, nos toca em relação à visão da coisa pública, onde os idosos, em sua grande maioria não vêem o CRAS como uma política pública de assistência social, mas sim como um mecanismo assistencialista, pois como narra, enxergam o Centro como um mecanismo para ajudar em suas necessidades, como sendo um favor do governo. Ainda que em sua grande maioria citem o CRAS como um mecanismo para se prestar socorro ao idoso que necessita de amparo, numa nítida referência a uma política assistencialista, pode-se perceber em alguns momentos que a noção de que a estrutura pública em movimento se faz presente.

D. Iracema é categórica ao afirmar:

Então, pra mim, no que eu entendo, o CRAS, ele é muito importante, porque é que nem um pedaço da Prefeitura assim... porque ao invés de eu ir lá no INPS para resolver meus problemas, daí eu venho aqui... porque eu moro num bairro, daí eu venho aqui. Em vez de eu ter que pegar 2 ônibus e ir no centro eu venho aqui e resolvo com as pessoas daqui, que sabem tudo o que eu preciso resolver. E só se não tiver como ser resolvido aqui é que elas me dizem como eu tenho que fazer para resolver. (D. Iracema, grupo de discussão, set/2017).

Unindo-se a ideia de que o CRAS funcionado como um pedacinho da prefeitura, como um órgão informador e prestador de serviços, com a noção de que a fome por conhecimento não é característica exclusiva da infância ou da juventude, mas que o

desenvolvimento das classes sociais e o envelhecimento da população vem gerando o despertar do interesse pelo novo, pelo desconhecido em idosos.

Sr. Nelso, “*homi sabido*” que era, deixa sua contribuição com muita simplicidade, mas com uma sinceridade ímpar:

*Eu venho pra cá para ver as coisas como são feitas, porque tem **muita coisa que a gente vê e não sabe o que é, não tem como saber**. Parece que **a gente fica mais... mais inteligente** (RISOS), ué, e não é?! Vai me dizer que não é assim mesmo? O homi que dava aula pra nós lá em Botuverá era o homi mais **sabido** de onde nós morava... sabia ler e escrever e tudo mais.. ele ia e dava aula... mas ficava o dia inteirinho.. o falecido meu pai brigando comigo... mas era ruim aquele homi... (RISOS), **me batia com malha de capim**, porque dizia que **ele era burro e que se eu não aprendesse com quem era inteligente, eu ia ficar burro que nem ele**. Aqui a gente tem **educação** e é bem diferente de quando eu era **pequeno**, porque naquela época a **educação era na varinha, na malha do capim**, só assim aprendia da fazer as coisas certas. (Sr. Nelso, grupo de discussão, set/2017).*

Salta aos olhos nos discursos o quanto o conhecimento na vida dos idosos lhes gera e propicia satisfação. As manifestações são inúmeras quanto ao retorno que lhes dá o fato de passar a conhecer melhor determinado assunto ou ainda, de realizar determinada tarefa.

A capacidade demonstrada pelo grupo, quanto a aprender e de empregar os conhecimentos adquiridos em prol de seu bem-estar, é relacionada aos conceitos apresentados por Neri, Yassuda e Cachione (2004, p. 178), naquilo que os autores chamam de “velhice bem-sucedida”, uma vez que os participantes citados estão empregando recursos internos próprios aplicados ao modo de vida de cada um, para que possam conduzir suas vivências em direção ao modelo de satisfação na plenitude. Neri (2007, p. 14-15) apresenta um modelo psicológico de bem-estar subjetivo na velhice no qual destaca que “a relação entre os riscos associados ao envelhecimento e o bem-estar subjetivo é mediada pelos mecanismos de autorregulação do self e pelo senso de ajustamento psicológico, em interação com os recursos sociais que os idosos dispõe”.

A entusiasmada D. Aládia, interioriza de tal forma esse bem-estar, ao ponto de chamar, em determinado momento da sua fala, o CRAS de clube, como se fosse um local relacionado unicamente com recreações e divertimento.

Convido muitas pessoas para vim para o clube. Vamos para o clube? Ah, mas o que que eu vou fazer lá? Ah, lá a gente tem conhecimento!

Tem café, tem divertimento, tem passeios, as tarefas são sempre bem variadas, não fica repetindo sempre a mesma coisa, como se fosse um favor para ocupar o tempo de gente velha ... é isso que eu falo para elas, para mim foi uma bênção mesmo. Eu era muita nervosa antes, tudo me deixava irritada, tudo me fazia ter medo das coisas e por qualquer coisa eu ficava braba, mas já tem sete anos que eu tenho essa bênção na minha vida. (D. Aládia, grupo de discussão, set/2017).

Outro sentido que se absorve nas falas é o que quanto os idosos se sentem amparados pelo fato do CRAS oferecer refeições, na forma de café com guloseimas caprichosamente preparados e servidos durante os encontros. Como visto no discurso da D. Aládia, uma das [atrações do clube] é o fato de ter café.

Em outro momento, mas seguindo a mesma linha, D. Rosilda diz:

Até em casa parece que fica diferente. Parece que até as crias sabem que é dia de reunião no CRAS, porque eles já olham diferente para a gente. Ficam com os olhos mais cumpridos, como se quisessem falar com a gente. Porque a gente sempre leva uma coisinha, um pedacinho de bolo, um salgado, uma coisinha para eles, então é aquela festa, nem dá tempo de entrar direito e já tem uma festa só. (D. Rosilda, grupo de discussão, set/2017).

D. Iracema expando o drama vivido em razão do problema de saúde de seu marido, usa esse argumento para demonstra que a dificuldade gerada pela deficiência física, propicia para ela, uma função que percebe-se mista. Por vezes, nota-se um orgulho uma satisfação por estar ela levando conhecimento para o marido, através das lições que aprende no CRAS e repassa o conhecimento para seu marido em casa. Por outras, denota-se um peso grande, uma dor mental, um pesar pelo ato do problema de saúde do marido afetar de forma tão direta o casal e, assim, diminuir as possibilidades de uma vida mais completa, feliz, e socialmente estruturada.

Em sua fala, D. Iracema diz que:

Principalmente por causa do meu esposo, porque como eu já falei, ele não sai de casa, então, pelo menos eu saio, eu posso vir e posso ter essa convivência e acabo levando assunto para casa também, porque senão ele além de não poder sair, não ia ficar sabendo das coisas. Porque tem muita coisa que eu vejo aqui, que a gente faz aqui e que eu acabo aprendendo, que eu posso levar e mostrar para ele. Tem coisa que eu até tento ensinar para ele, porque tem coisa que eu não sei

ensinar, mas umas outras eu que eu nem sabia que existia, eu mostro e ensino para o meu esposo.

Principalmente aquela carteirinha do idoso né? Isso eu consegui e eu nem sabia que era possível. Principalmente porque quando a gente muda de um estado para o outro, tem muita coisa que é diferente, que a gente não sabe se pode ou não, que nem conhece e nem sabe que existe. Então eu aprendi muita coisa.

Eu aprendo e passo pro meu esposo, principalmente com as coisas do idoso, que tem lei e a gente não sabe de nada. Isso tudo é muito bom, são as pessoas daqui que mostram para a gente, isso é um carinho que eles fazem para a gente. (Iracema, grupo de discussão, set/2017).

O aprendizado na terceira idade vem aumentando de acordo com a introdução e o desenvolvimento de questões tecnológicas e do próprio sistema de ensino tradicional, que em determinadas regiões é direcionada para públicos específicos, como o caso dos idosos. No caso da fala da D. Iracema, destaca-se o interesse que a idosa demonstra em levar os assuntos e os aprendizados que ela obteve no CRAS para serem compartilhados com o seu marido, impossibilitado de frequentar em razão de seu problema na perna.

Os conhecimentos que se referem ao "saber fazer" profissional no emprego das habilidades em razão da intervenção direcionada à problemática da população objeto das políticas em questão, no caso, dos idosos.

Outra importante distinção que se extrai do discurso é apontado na fala de D. Aládia, ao citar que o CRAS não seria um local para, simplesmente, se passar o tempo, se ocupar o tempo, dando nítida impressão que outras experiências ou o conhecimento acerca de outras atividades envolvendo os idosos fossem para essa finalidade, matar-se o tempo.

Sim, porque não é como se se tivesse só cuidando de passar o tempo, o Sr. Olha o tanto de coisa que a gente aprende aqui... mas olha, não tem uma semana que a gente chega aqui e vai embora sem ter aprendido coisas novas, sem ter visto as amigas e conhecido um monte de coisa... é pintura, desenho, esse bordado mesmo que estamos fazendo hoje, olha só como é bom fazer essas coisas. (D. Aládia, grupo de discussão, set/2017).

As experiências vividas no ambiente do CRAS se revelam quase que mágicas. O entusiasmo com o qual os idosos desempenham suas atividades é cristalino. Ao mostrar, empunhando orgulhosa o bordado que, com esmero fazia, D. Aládia apresentava um

brilho nos olhos e um sorriso que não cabem nas palavras, que a simples descrição textual não seria capaz de transportar o peso emocional que trazia seu gestual.

Vigotski (2009) aponta que os sentidos das palavras não cabem em si. O gesto, com os olhos reluzentes eram capazes de dizer mais do que a conjunção de letras formadoras de verbetes.

Partindo para a análise de outro indicador da pesquisa, surge no discurso, com especial atenção e carinho extremo, a figura do educador social. O fascínio que os idosos demonstram pelas educadoras que os atende é impressionante. Muito mais do que uma relação de um serviço, fica transparente a relação galgada em sedimentados blocos de confiança, carinho, compaixão, e cumplicidade.

A forma com que os idosos se referem às professoras, especialmente para com a Ana Cristina, que, nas ocasiões em que tive o privilégio de acompanhar o grupo, é incansável na missão de trazer coisas novas e envolventes para os idosos. Como muito bem destacou a D. Aládia, não se trata de fazer o tempo passar. As técnicas de pintura, desenho, recorte, costura, bordado, apliques, bem como as cantigas, e todas as demais atividades que desempenham, giram em torno de um universo mágico, cercado de sorrisos, gargalhadas, descontração e harmonia.

O educador social é o elo de ligação com o mundo do idoso que frequenta o CRAS. Justamente o que colhemos da visão de Mézaros (2005), quando aponta a educação não-formal como a geradora dos “conhecimentos e o pessoal necessário ao sistema de produção”, como porta voz dos “valores que legitima os interesses dominantes” e por fim como promotora de “conformidade ou consenso” (MÉZÁROS 2005, p.35).

D. Emília, acerca da educadora social diz que:

Eu acho que elas são muito bem preparadas, e estão sempre alegres (RISOS), elas são muito alegres! Porque não tem nada que a gente pergunta que eles não explicam, mas é sempre assim, tudo que a gente precisa eles dão um jeito de explicar e de ensinar. Se está fazendo alguma coisa errada, eles mostram como que deve de ser feito e pronto! Eles conhecem dos nossos direitos! Elas passam muita coisa para a gente, elas mudaram a vida da gente. (D. Emília, grupo de discussão, set/2017).

Fato é que a legislação assegura os direitos fundamentais do idoso, seja nos âmbitos social, físico, mental, social, como no financeiro, mas diante de um quadro de descaso do poder público para a disseminação da informação acerca de tais direitos,

conforme se constata nas falas, surgiu a indagação no sentido de verificar se os idosos conhecem os seus direitos e se consideram que estes são respeitados de uma forma geral. Para tanto, é necessário que os próprios idosos, principais interessados no assunto, sejam ouvidos. Logo, o conhecimento dos educadores sociais sobre os direitos dos idosos permite uma melhor instrução do grupo sobre questões distantes até então.

*Eu não chamo de outra coisa... **elas são minhas professoras**, eu enxergo elas como professoras, porque estão sempre ensinando as coisas, eu só estou vindo há duas semanas, mas estou achando ótimo. Eu inclusive acho que o professor a gente tem que obedecer, porque se eu estou aqui aprendendo coisas e conhecendo como se faz isso [mostrando o bordado], **eu preciso obedecer o professor. Pelo professor a gente tem que ter respeito, se eu estou aqui, tenho que obedecer quem está me ensinando.** (D. Rosa, grupo de discussão, set/2017).*

Esse relacionamento harmonioso e de construção integral do ser humano, é o foco do resultado entre o trabalho do profissional na educação social e aquele se utiliza dos seus préstimos. Todo o empenho e a adoção de cuidados diversos no desenvolvimento de tarefas e práticas não formais de ensino, devem trazer e manter relação com contexto de vida do idoso, tornando o educador uma pessoa cada vez integrada na sua função e de maior relevância na formação e manutenção de uma sociedade equilibrada.

*Ahhh, todo mundo é legal aqui, são pessoas muito boas, **são mais do que orientadores, são amigas também**, é para todas as horas e para todas as coisas, inclusive tem muita gente que, quando tem um probleminha, chega e fala pro professor, que **sempre escuta a gente e diz o que tem que fazer, como é que tem que fazer...** **A atenção é o que mais impressiona.** Principalmente a Ana né? As outras eu não sei muito delas, eu não conheço muito, mas a Ana, é a atenção, ela está sempre pronta para ouvir, sempre rindo (RISOS DE TODOS), **as quartas-feiras são sempre de muita risada...** (risos) e não é bom sorrir?? (D. Iracema, grupo de discussão, set/2017).*

Como bem dizem Romans; Petrus; Trilla (2003, p.128), o educador social contribui para o processo educativo no meio em que está inserido, pois:

Lembremos que o exercício profissional do educador social se baseia na orientação, na melhoria, no enriquecimento e nas contribuições para os processos educativos dos demais, quer dizer, fundamentalmente sua atividade profissional repousa nas suas interações com os usuários e usuárias dos serviços, aspectos que requerem não apenas o conhecimento de técnicas, recursos e métodos, como também, e

principalmente, a capacidade de empatia, escuta e resposta em sua relação profissional.

Na mesma linha, segue o discurso do Sr. Antonio:

“Mas olha, eu também, eu penso que o CRAS é muito importante, porque não tem quem faça essas coisas que eles fazem aqui. Sem o professor que a gente tem aqui, tem muita coisa que não tinha como ficar sabendo. São pessoas que ajudam a gente, que sabem ensinar do jeito que a gente precisa entender. Tem gente que acha que só porque nós não somos mais criança (risos) ..

– INTERVENÇÃO da D. IRACEMA – Como não somos mais crianças?? Eu ainda sou uma criança! (risos de todos)

Só porque não somos mais crianças, temos que entender tudo que falam ou que tentam ensinar. Mas eu digo que não é assim, tem coisa que parece que fica até mais difícil de aprender depois que você é idoso, ou adulto mesmo.

Então não tem o que falar dos professores, são gente muito boa mesmo, coisa de Deus mesmo! (Sr. Antonio, grupo de discussão, set/2017).

A relação entre o aprendizado e a fase da infância, demonstrando justamente que não se aprende apenas quando criança, evidencia o sentido dado por D. Iracema, quando diz que tem coisas que podem até ficar mais complicadas de serem absorvidas depois de adulto, quiçá na terceira idade.

A discussão instaurada aponta para o sentido de que o educador social partiria da interpretação do lugar onde o educando está, sua forma de vida, seus hábitos, enfim, o seu universo para então daquele porto, navegar com linhas de atividades que não soem absurdas ou descabidas naqueles propósitos, ainda que se inove e se produzam atividades distantes das realidades dos idosos.

Nesse norte, de acordo com Gohn (2009, p.34):

[...] o Educador Social atua em uma comunidade nos marcos de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com o novo que se incorpora.

Ainda que pendente de regulamentação expressa quanto à sua terminologia, o profissional Educador Social vem ganhando destaque nos movimentos que envolvem práticas educativas não formais no Brasil, como as empregadas no CRAS.

Para Oña (2005, p.2):

O Educador Social é uma pessoa capacitada para desenvolver duas funções: por um lado, deve elaborar uma crítica e uma transformação dos valores educacionais e da estrutura da sociedade e por outro, deve intervir com sujeitos e ajudá-los a potencializar seus fatores pessoais de desenvolvimento, capacitando-os socialmente para: desenvolvimento de auto-estima, auto-conhecimento, habilidades sociais, consciência crítica, etc., a fim de facilitar as condições objetivas da pessoa com o seu meio (...) O Educador Social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura.

Assim, tão importante quanto o desenvolvimento e a disseminação das atividades exercidas pelo profissional da Educação Social, apresenta-se, como grande desafio, o reconhecimento e a regulamentação de sua atividade como profissão, pois a quantidade de cidadãos direta e indiretamente engajados em processos educativos, seja na qualidade de mediadores, seja de receptores, se apresenta de grande relevância nos diferentes núcleos, grupos e classes.

De acordo com Gohn (2010), a regulamentação da profissão do Educador Social no Brasil, embora demanda uma complexidade de ações, se faz necessária. De acordo com a autora:

No próprio Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, em seu documento COB - Classificação Brasileira de Ocupações (2002), menciona no código 5.153 os profissionais de atenção e defesa das pessoas em situação de risco, incluindo os Educadores Sociais nesta categoria. O documento reconhece também a função e suas atribuições, assinalando que o acesso para esta ocupação é livre, sem necessidade de requisitos de escolaridade (GOHN, 2010, p.54).

Ainda que sem o respaldo legal da regulamentação da profissão, seja frente a importância social que vem desempenhando, seja pela necessidade de suprir-se uma demanda cada vez mais evidente, qual seja, a de atender com qualidade as exigências, necessidades, anseios e interesses de um público especial, que carrega a experiência como sua marca mais evidente e vem se mostrando cada vez mais imbricado e participativo na sociedade em que vive, o fato é que se a formação desse profissional, cada vez mais merece uma atenção especial, pois na mesma velocidade com que se desenvolvem e modificam as necessidades e interesses dos idosos, no mesmo ritmo deve ser a atenção com a qualidade da formação ofertada e o grau de preparo desse profissional.

*Eu falo a mesma coisa... se tem gente que merece o meu obrigado esse pessoal são os professores que a gente tem aqui. Não tem um dia que elas parecem que tem problemas. A gente chega aqui, cada um com o seu problema, cada um vem com uma coisa para saber, as vezes é um problema de documento, ou dúvida mesmo sobre a saúde, tem consulta com médico, ou até quando o postinho precisa fazer alguma, mas tem sempre uma professora que pode ajudar, **tem sempre alguém que sabe daquilo ou se não sabe na hora, no outro dia já vem e diz certinho como é e como é que tem que fazer.** (D. Rosilda, grupo de discussão, set/2017).*

Paulo Freire (2003) aborda o amor pelo saber, citando como condição básica para que o educador venha a desempenhar a função de ensinar, respeitando o que classifica como uma conduta que não permite uma relação de pouco caso com o conteúdo a ser ensinado. O autor afirma que:

Para mim é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento. No processo de ensinar há o ato de saber por parte do professor. O professor tem que conhecer o conteúdo daquilo que ensina. Então para que ele ou ela possa ensinar, ele ou ela tem primeiro que saber e, simultaneamente com o processo de ensinar, continuar a saber por que o aluno, ao ser convidado a aprender aquilo que o professor ensina, realmente aprende quando é capaz de saber o conteúdo daquilo que lhe foi ensinado (FREIRE, 2003, p. 79).

De modo a concluir-se a discussão, D. Emília compara a Educadora Social à figura celestial de um anjo, pois imputa à esta a divindade de não se pensar mais em problemas quando estão reunidos no CRAS, sob a orientação da Educadora Social.

*Eu falo para elas que são como anjos (risos)... todas muito queridas, mas muito queridas mesmo! **A gente esquece dos problemas de casa aqui, elas ensinam de tudo, parece que elas sabem de tudo, sempre tem uma coisa nova.** Não dá para reclamar de nada, eles ajudam sempre em tudo (D. Emília, grupo de discussão, set/2017).*

A busca pela expertise do Educador Social, como sujeito participativo na ampliação dos horizontes dos idosos, de acordo com suas percepções e desejos, revela-se uma ligação entre as ideias de Paulo Freire, quando diz que se impõe ao educador, para o exercício da docência, a seriedade da sua formação, pois a “incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor.” (FREIRE, 2007, p. 92).

No caso dos profissionais do CRAS do Jardim Paraíso, denota-se que estes detém muito mais do que autoridade de professor – o que lhes acarretaria o conceito de

competência, como explicou Freire (2007), atuam com sensibilidade e com a delicadeza que os permite afastar quaisquer barreiras ou distâncias, passando para os idosos segurança, confiança e credibilidade, além da bagagem cultural e da educação através de práticas variadas, que vão desde processos afetivos de resgate de memórias, artes de diversas formas, até atividades que envolvem o corpo, como dança e música.

Tabela 07 – Do Núcleo de Significação “O Desenvolvimento”

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
Novidade	Conhecimento	O Desenvolvimento
Estudo		
Aprendizado		
trabalhos, atividades e tarefas		
conhecimento - saber		
lugar de lazer e conhecimento		
Inteligência		
Informação		
Surpresa		
Pedacinho da Prefeitura	A Coisa Pública	
INPS		
assistência		
Educadoras	Fatores da Percepção	
Inteligência		
Burrice		
senso crítico		

Fonte: Autor (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Dissertação de Mestrado teve por objeto analisar quais os sentidos e significados atribuídos pelos idosos às práticas educativas não formais vivenciadas pelos idosos inscritos e frequentadores do CRAS do Jardim Paraíso, um dos bairros que mais se destacam em razão da pobreza e violência na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina.

Como norte, adotou a metodologia qualitativa por meio grupo de discussão com oito idosos do CRAS Jardim Paraíso da cidade de Joinville-SC. Além do referencial teórico da educação não-formal, de produções de pesquisadores sobre a temática do idoso e principalmente da educação, a investigação baseou-se nos dispositivos legais oriundos do Estatuto do Idoso e da Constituição Federal, bem como na lei das diretrizes básicas da educação.

A pesquisa apoiou-se no fato de que os indicadores sociais e estatísticas apontam para o envelhecimento da população brasileira, com a alteração de padrões de convivência social, o que, diante do processo de envelhecimento natural, sempre constitui um tema de ponderação, de reflexão e de adoção de práticas e políticas emergentes.

Acompanhando a evolução dos preceitos acerca das atuais inspirações e necessidades dos idosos, que se mostram cada vez mais ativos e participativos, não cabendo mais o ostracismo como normal e natural da idade e, enfatizando ainda mais a destacada relevância e urgência a ser aplicada no enfrentamento das questões atinentes aos idosos, que vêm reafirmar direitos, deveres e princípios consagrados na Constituição e também na legislação infraconstitucional, assim como trazendo inovações e significativos avanços, foi promulgado, após 7 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto do Idoso, através da Lei 10.741, de 2003.

Todavia, fica evidente que o fato da matéria estar amplamente regulada, seja por força de leis especiais, seja através de dispositivos da lei maior, o fato é que a questão se mostra muito mais complexa e prática, uma vez que os direitos positivados precisam e devem ser efetivamente exercidos pelos idosos, e isto porque seu real e efetivo exercício se apresenta como o principal e fundamental elemento, imperioso e imprescindível para a inclusão participativa do idoso na sociedade, ou seja, para que o idoso desempenhe um

papel ativo na sociedade e para que esta veja e trate o idoso com o respeito e a dignidade que lhe devem ser naturais.

De acordo com as análises feitas dos discursos, conclui-se que não apenas grande parcela da sociedade não tem conhecimento prático dos seus direitos e deveres, assim como os próprios idosos que participaram da pesquisa e para os quais as práticas educativas assistenciais foram direcionadas. Isso se dá, talvez, pela falta de costume que o cidadão brasileiro tem, de forma geral, de conhecer os próprios direitos, de ter conhecimento da sua constituição e das leis que o rege, ou pela cultura de conhecimento distante que é conservada no nosso país.

Desta feita, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os idosos, como as relacionadas à saúde, educação, cultura, mais do que regulamentar matérias, impor deveres e obrigações e assegurar direitos, quando praticadas, através de mecanismos formais e não formais, geram o costume, e este se materializa no tempo como fonte do Direito.

Não distante do que acontece na prática em todo e qualquer grupo etário nacional, o que vimos no caso específico dos idosos que participaram da pesquisa foi que o distanciamento entre aquilo que está positivado na legislação e aquilo que efetivamente é vivida pelos mesmos no Brasil ainda se apresenta significativo. Entendemos que para que essa situação se modifique, é necessário que se busque um fomento e um aprofundamento nos debates e nas discussões acerca da mobilização permanente da sociedade para a definitiva inclusão do idoso, não apenas como mero participante, mas como cidadão no exercício de direitos, deveres e obrigações.

Nesse sentido, Bruno (2003) destaca que:

É necessário deflagrar uma revolução social e cultural que possibilite, de um lado, a efetivação de políticas públicas que respondam às necessidades do segmento e, de outro, tão importante quanto, o investimento na mudança da percepção que a comunidade familiar e social tem sobre o envelhecimento e a velhice, provocando o rompimento dos mitos e preconceitos que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento idoso. (Bruno, 2003, p. 76)

Por sua vez, os sentidos e significados atribuídos pelos idosos apontaram a figura do Educador Social nos espaços não formais, com foco no seu ofício e na relevância das práticas desenvolvidas por este profissional no Centro de Referência e Assistência Social,

no caso dessa pesquisa, o CRAS do Jardim Paraíso. Esses resultados mostram como os idosos são afetados, bem como quais as percepções que brotam deste convívio, dessa troca de experiências.

As diversas questões acerca do efetivo e acentuado envelhecimento da população no Brasil e no mundo, vem fortalecendo o conceito de que essa classe social formada por idosos possui um perfil com necessidades e interesses específicos, capazes de provocar a sociedade para que novos serviços, novos profissionais e novas práticas educativas sejam desenvolvidas, fomentando um mercado até então pouco aquecido ou que não despertava grande interesse econômico e até mesmo social.

Alguns autores, como Carvalho (2004), ao abordarem o papel do poder público e da sociedade civil organizada, citam que as transformações ocorridas na sociedade geraram uma redefinição do papel do Estado e da sociedade civil organizada, no tocante às questões sociais. Frise-se, que tais questões são relevantes para o trabalho, uma vez que tem como objetivo geral avaliar a possibilidade do “empoderamento do idoso, através do exercício da cidadania, e qual o papel do poder público e da sociedade civil organizada neste processo.

No caso específico dos idosos do CRAS do Jardim Paraíso, dada a sua especificidade regional, a situação de risco social e abandono acabam por dar contornos mais dramáticos ao quadro se comparados os dados com idosos de regiões mais abonadas ou com situação familiar estável, social e economicamente.

A análise dos discursos encontrou, em sua maioria, idosos com pouquíssima ou nenhuma vida social fora do CRAS, em situação de risco potencial, abandono familiar e pobreza absoluta, sendo que um deles reside sozinho, numa palafita, sobre um canal sem nenhuma condição de saneamento. Todavia, ainda que igualmente carente sob o ponto de vista financeiro, dos oito participantes do grupo de discussão, apenas um deles demonstrou ter conhecimentos de seus direitos básicos e ter uma vida “social” um pouco mais “movimentada” do que os demais, ainda que isso tenha se revelado não em decorrência de uma vida cultural mais ampla, mas compromissos e obrigações pessoais que o obrigam a circular e ter convívio com outras pessoas ao invés de manter-se em casa.

Em relação propriamente às expectativas iniciais da pesquisa, tem-se que os objetivos foram alcançados, pois da leitura flutuante foram retirados 42 pré-indicadores que funcionam como prévios apontamentos acerca de sentidos obtidos do discurso. Por

finalidade, seja em razão de terem similaridades, seja justamente pela contradição, esses pré-indicadores foram reagrupados em 10 indicadores que, por sua vez, condensavam esses sentidos em grupos de sensações, formando, por fim, apenas 3 núcleos de significação, onde foram confrontados os dados colhidos para a análise e junto à fundamentação teórica.

Foi então que a educação social se destacou no discurso, quando mais do que permitir que o idoso conheça os seus direitos, faz com que este saiba como e onde agir, quais os meios disponíveis para suas ações, consequências e obrigações. Com isso, o idoso, aos poucos, dada a intervenção e o auxílio do educador social, vai deixando de ser um mero expectador da sociedade e passe a ser um cidadão participativo e atuante, engajado nas questões comunitárias e sociais, tendo voz ativa. As práticas educativas desenvolvidas pelos idosos no CRAS permitem que estes exercitem a mente, trabalhem com o novo, com o raciocínio e com habilidades corporais, o que auxilia a não deixar o corpo cansado e perdendo suas funções motoras.

Observou-se que pesquisadores da área do envelhecimento, quando se referem a estudos sobre a importância do suporte social na qualidade de vida, no bem-estar e saúde do idoso, ressaltam que o convívio com amigos, vizinhos, a comunidade, grupos de maneira geral, possibilitam um melhor enfrentamento de situações difíceis e também em relação ao sentimento de abandono e solidão. Além disso, com base nas falas dos idosos nessa pesquisa, o convívio nas atividades do CRAS fortalece a autoestima, autoconfiança, aumenta a sensação de domínio e competência diante das dificuldades possibilitando um envelhecimento bem-sucedido.

Para que isso se torne uma realidade não apenas nos espaços como o CRAS, mas também para toda as demais classes da sociedade, imperioso que essa ação educativa esteja amparada e estruturada com base em um modelo de educação permanente e não itinerante, sazonal ou ainda regional.

Os sentidos colhidos das falas no grupo de discussão dão a certeza de que, para os idosos, a educação não formal ofertada pelo CRAS resgata valores, estimula e desperta interesses, sendo certo que, notadamente quanto aos idosos em situação de risco social e de classes menos favorecidas, se torna ainda mais importante tal continuidade na ação educativa, o que seria de muita valia se fosse ofertada em outros dias da semana, que não em apenas um. Dessa forma, as práticas educativas seriam mais efetivas, pois como

explica Demo (2000, p.84), necessária se faz a diferenciação entre assistência social e assistencialismo. O Autor sustenta que “o assistencialismo apenas recria a miséria, já que está, por definição, desvinculado de qualquer compromisso estrutural de solução”.

Assim, a política pública voltada para os idosos através do CRAS é estruturada de modo a enxergar o idoso como um cidadão completo, avaliando as suas necessidades e aspirações de forma totalitária e não exclusivamente para uma área, como a saúde, no caso dos postos regionais, mas sim que estejam capacitados e preparados para auxiliar os idosos em diversos campos, de acordo com suas necessidades, interesses e exigência, até mesmo culturais, contemplando, por óbvio, o conhecimento de seus direitos e obrigações.

O CRAS provou ter plenas condições, ainda que com poucos recursos financeiros, de bem atender os idosos através das práticas implementadas pelos educadores sociais, sejam com atividades internas ou externas, que demandam maior empenho (inclusive financeiro) face à questões que envolvam transporte e alimentação fora das dependências do Centro, o que permite o exercício de uma vida social mais dinâmica, participativa e intensa.

Assim, a presente pesquisa conclui que é necessário que a sociedade e o Estado, por meio da implementação de políticas públicas, reconheçam que os idosos que vivem neste início de século 21 têm muitos desafios, dadas as rápidas mudanças na sociedade atual. Os idosos, em particular, não só precisam da adaptação, como precisam de condições para reconhecer a si mesmos como sujeitos de direito, inseridos numa sociedade em que buscam seu espaço e reconhecimento. Oferecer as condições para auxiliar nesse processo, será o grande desafio da educação de idosos, especialmente no CRAS, enquanto política social.

Por fim, espera-se que, com a presente pesquisa, tenha-se atraído a atenção para a relevância das questões que envolvem os interesses e as necessidades dos idosos, bem como o papel da sociedade no desenvolvimento de práticas e de políticas públicas voltadas para a terceira idade e para o exercício da cidadania plena pelo brasileiro, independentemente de sua classe social, econômica, ou da sua idade.

APÊNDICE 1 – Tabela de Pré-indicadores, Indicadores e Grupo de Significação

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
Amizade	Relacionamentos	AMIZADE
Conhecidos		
novas amizades		
Diversão		
Conversa		
Solidão	Solidão	
desocupação – ociosidade		
Bobagens		
em casa olhando para ontem		
afazeres – folguinha	Interesse	
Religiosidade		
Vontade		
Doença	Condições Atuais	
Violência Física		
Roça		
Reclamação – Irritação		
tempo – esquecimento	Chronos	O Ser Ativo
noção de tempo		
dia fica comprido		
atividade física	Corpo	
Caminhada		
Dificuldade de locomoção		
Acolhimento	Prazer	
bem estar – nervosismo		
Prazer – medo		
Recepção		
Novidade	Conhecimento	O Desenvolvimento
Estudo		
Aprendizado		
trabalhos, atividades e tarefas		
conhecimento – saber		
lugar de lazer e conhecimento		
Inteligência		
Informação		
Surpresa		
Pedacinho da Prefeitura	A Coisa Pública	
INPS		
assistência		
Educadoras	Fatores da Percepção	
Inteligência		
Burrice		
senso crítico		

APÊNDICE 2 – TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO

ALÁDIA –

1ª. Fala – Sobre o CRAS - eu penso que o CRAS é **ótimo**, porque a **gente não fica sozinha dentro de casa**, está aqui sempre aprendendo alguma coisa nova, tendo muitas **amizades**. O que mais importa para a gente é a amizade, **sempre estamos conhecendo gente** e vendo que **todo mundo tem coisa para aprender e para ensinar**. Aqui ficamos **ocupando** o nosso tempo com coisas que não são **bobagens**. Os **trabalhos** que a gente faz né?! O mesmo que aconteceu comigo lá no C.I., no Floresta, eu fiquei 5 anos lá no Floresta, no C.C.I., para mim, olha, foi uma **benção para mim**, uma **benção de Deus!** **Tudo isso que a gente faz aqui é muito bom mesmo, só Deus mesmo!** As educadoras são **gente muito boa, são muito boas mesmo!** Eu não tenho do que **reclamar**, eu só **não posso vir mais quando eu não puder mais andar**, eu não deixo de vir nunca. Aqui no CRAS eu já estou já tem uns 3 anos, uns 2 anos e meio, e eu gosto muito. Chega terça-feira e eu estou na casa do meu neto, eu já chego para a minha filha e já digo, olha, **eu vou para casa porque amanhã eu tenho CRAS**, eu gosto muito!

CCI - (Centro de Convivência de Idosos)

JOÃO –

1ª. Fala – Sobre o CRAS – Eu, *pra* mim, é a mesma coisa que ela falou, eu, *pra* mim, é um **divertimento**, é uma coisa que eu venho para se **encontrar com os conhecidos** né?!, as vezes a gente chega aqui e **não conhece alguém e já fica conhecendo**, eu, *pra* mim, não sei chegar na quarta-feira e não **querer vir** pra cá.

A **amizade** faz com que a **gente prozeamos** com os **conhecidos**, faz amigos, **conhece as histórias das pessoas**, convivemos com **as coisas que a professora ensina** pra nós. Eu, *pra* mim, vejo como uma **benção** também, eu gosto tanto daqui que eu **nem penso direito de como eu era sem isso aqui**. **Dona Ana, quanto tempo faz que eu venho aqui?** 4 anos? Então **faz 4 anos** que venho no CRAS.. (UM GRANDE E CONTAGIANTE SORRISO) **4 anos é uma pá de dias...**

Eu só não venho para cá mesmo, **se eu tô doente**, ou se eu não posso mesmo, se eu não **tô em casa** por algum motivo... mas se eu **tô em casa** é de **certeza que eu venho** para cá, porque não tem o que, não tem como **pegar o conhecimento** com outras pessoas se você **fica em casa olhando pra ontem**.

ANTONIO –

1ª. Fala – Sobre o CRAS – Eu também, eu vim lá do Paraná e lá eu já participava do CRAS. Aqui não é sempre, **não é toda semana que eu venho**, mas quando eu venho eu me **sinto muito bem**, porque aqui a gente é sempre muito **bem acolhido**, os **trabalhos** também, a gente faz com **muita satisfação**, é sempre muito **prazeroso, as atividades...** e **os professores também são muito legais, recepcionaram** muito bem a gente quando a agente chegou aí... deve fazer mais ou menos 1 ano e uns 9 *mês* que eu participo, e faz 2 e pouco que eu vim morar pra cá, mas lá no Paraná nós já participava do CRAS também. Lá eles iam nas comunidades fazendo **reunião**, lá tinha física também, **atividade física!** Aqui a gente tem uma coisa ou outra que faz um pouco de exercício, porque, como diz o outro, se ficar parado o corpo enferruja, adocece. Eu mesmo, se ficar parado demais já não me sinto bem.

Para mim não vir só se eu não posso mesmo, quando tenho uns **afazeres** para mim não vir, porque eu **gosto muito**, mas quando dá **uma folguinha** eu *tô* sempre aqui.

ROSILDA –

1ª. Fala – Sobre o CRAS – Ah, eu gosto muito de vir também, faz 2 anos que eu *tô* participando também, eu acho.. A Ana sabe que **eu tô cuidando de um neto** e sabe... quando eu posso ir, **quando eu não tô com ele** e posso ir, eu sempre *tô* aqui.

A **amizade** que a gente tem com os outros, **com a Ana**, é muito bom mesmo... é tudo isso muito bom, pra mim é muito bom mesmo, **eu gosto muito!**

EMÍLIA –

1ª. Fala – Sobre o CRAS – ah, eu, para mim, é **uma maravilha** isso aqui! Esse dia da semana é **o melhor dia!** Ah, meu **Deus** do céu, se a gente **falha** parece que **o dia fica cumprido...** E quando chega o dia, aí é uma **maravilha**. Aqui tem **muita coisa nova para gente ver, para fazer e aprender**. Outro dia, já faz um tempo, mas **a Ana levou** a gente para visitar um lugar... **eu não consigo me lembrar** o nome... ah, meu **Deus**, que coisa boa... um lugar de música, uma coisa linda... - (ANA – foi lá na SCAR, em Jaraguá do Sul) - coisa mais linda desse mundo mesmo..

Intervenção da D. Aládia - (GESTOS FIRMES COM O INDICADOR) Coisa mais linda mesmo!!! **EU NUNCA TINHA VISTO NADA COMO AQUILO EU NUNCA QUE ME ESQUEÇO AQUILO LÁ, PARECIA UM PALÁCIO, UM ESPETÁCULO DA NATUREZA!** Já andei por aí, por tudo que é canto, por esse mundo inteiro e nunca, mas

nunca que eu vi um negócio tão lindo como aquilo. Fiquei muito **feliz** com aquele passeio e de ver aquilo lá, **foi como ir na casa de um rei**. Me impressionou muito aquilo, mas **nunca que ia pensar que em Jaraguá tinha um negócio assim**, francamente...

Retorna D. Emília – teve um que fomos no zoo-botânico também. **Lá eu já tinha ido uma vez com meu filho...** outra vez fomos numa trilha, na faculdade (Univille), no meio da mata, **com a natureza...** levaram a gente para conhecer tudo lá, **um monte de sala, muito legal**. Outro dia teve um outro lugar, **não me lembro o nome**, mas que lugar bonito!! **No alto do morro**, dá de ver tudo lá de cima, **tudo fica pequenininho..** (Ana – foi no mirante!) Ah, isso mesmo, no mirante, que **coisa linda!**

Essas coisas que a gente vê que faz falta, né?! Porque eu estou com 83 anos e **a gente viveu sempre muito fechado**, a gente **não viu as coisas por fora...** e agora a gente foi e viu, para nós isso é muito bom, **nem dá para pensar que com essa idade já eu ia ver coisa que eu não tinha visto**.

ROSA – 1ª. FALA – SOBRE O CRAS – Eu estou gostando muito das coisas que nós temos aqui, mas eu estou aqui desde a semana passada apenas... frequentando aqui. Essa é a segunda semana que es estou vindo. Ao invés de eu **ficar sozinha**, de ficar em casa, a **Emília me convidou** para eu vir com ela e eu estou gostando muito mesmo. Eu participava de um grupo de reflexão e lá nós também tinha umas viagens e tal, tinha reunião e nós ia para Curitiba, nos enfiava num ônibus e passava o dia inteiro, nos enfiava no mato, cachoeira, tudo por aí nós *ía*.

Eu não garanto que eu posso vir toda semana porque **eu tenho uma perna ruim**, que eu já fiz uma **cirurgia**, então ela **me dói muito** às vezes, e eu já fui em **vários médicos** e me colocaram uma mola, mas agora entupiu tudo de novo, aí eu estou **esperando uma vaga** lá no Regional para *mim* poder ver a minha perna (RISOS).

Mas enquanto eu puder vir eu vou vir, porque **ao menos você conversa um pouco**, ainda **caminha um trequinho, devagarzinho, com calma por causa da perna...** (RISOS)

IRACEMA – 1ª. FALA - sobre o CRAS - O CRAS é simplesmente uma maravilha!
É um lugar de **fuga!!** (RISOS) **Eu largo tudo e tô saindo!!!** (RISOS)

A não ser que seja **compromisso** e tal, **médico**, coisa assim, senão, **é sagrado! Tenho que vir!**

Toda quarta-feira, chegando o **horário, estou pronta** para vir para cá, aqui é **o meu lugar de lazer, de conhecimento**, porque eu não tenho muita **possibilidade de sair**, assim...

porque meu **esposo**, ele tem as **pernas mecânicas**, **ele não sai**, então, **se meu esposo tivesse carro então a gente poderia sair muito**, mas aí a gente **não sai**, só sai me levam... Então aqui a gente pode **fazer passeios**, **a gente pode sair**, e quando **fica aqui mesmo também tem muita coisa para fazer e conhecer**.

Esse passeio mesmo que ela falou, do **mirante**, **foi muito legal**, eu sempre tive vontade de **ver**, de **conhecer** e **não tinha como**, mas aí nós fomos lá e foi muito bom mesmo. No Zoológico também, vendo os bichinhos, aqueles macaquinhos com as mãozinhas assim (GESTOS).

Então, pra mim, no que **eu entendo**, o CRAS, **ele é muito importante**, porque **é que nem um pedaço da Prefeitura** assim... porque ao **invés de eu ir lá no INPS para resolver meus problemas**, daí eu venho aqui... porque eu **moro num bairro**, daí eu venho aqui. Em vez de eu ter que **pegar 2 ônibus** e ir no centro eu venho aqui e **resolvo** com as **pessoas daqui, que sabem tudo o que eu preciso resolver**. E só se não tiver como ser resolvido aqui é que **elas me dizem como eu tenho que fazer para resolver**.

NELSO – * (somente participou na primeira etapa, mas o material era muito rico para ser ignorado).

Tudo que a gente faz aqui, parece que eu **tô vendo meu pai**... meu pai me dizia que **nada do que você precisa você aprende em casa, não fazendo nada, pensando besteira**, que o **homi precisa de ter estudo. Quem vem da roça** como eu, eu sou de Botuverá, Ourinhos, pra cima de Brusque, sabe o que eu estou falando, a maioria aqui viveu na roça também, **não teve quem ficava à toa**. Aqui nós aprendemos as coisas que não tinha como saber se ficasse em casa.

Eu venho pra cá para ver as coisas como são feitas, porque tem **muita coisa que a gente vê e não sabe o que é, não tem como saber**. Parece que **a gente fica mais... mais inteligente** (RISOS), ué, e não é?! Vai me dizer que não é assim mesmo? O **homi** que dava aula pra nós lá em Botuverá era o **homi** mais **sabido** de onde nós morava... sabia ler e escrever e tudo mais.. ele ia e dava aula... mas ficava o dia inteirinho.. o falecido meu pai brigando comigo... mas era ruim aquele **homi**... (RISOS), **me batia com malha de capim**, porque dizia que **ele era burro e que se eu não aprendesse com quem era inteligente, eu ia ficar burro que nem ele**. Aqui a gente tem **educação** e é **bem diferente** de quando eu **era pequeno**, porque naquele época a **educação era na varinha, na malha do capim**, só assim aprendia da fazer as coisas certas.

Sobre a qualidade de vida de vocês hoje:

ALÁDIA – A minha **vida melhorou 100%**, quando eu não vinha no CRAS a minha vida era sempre ruim, eu quando ficava **em casa só vivia chorando, só vivia pensando coisa ruim, não fazia nada**. Hoje não, **hoje eu penso coisa boa!** Eu estou com 82 anos mas eu penso: **Ah, eu tenho uma vida boa, Graças a Deus!** Tenho saúde, eu **saio de dentro de casa, não fico dentro de casa**, porque se for pra ficar dentro de casa agente **só bota coisa ruim na cabeça, né?** Convido muitas pessoas para vim para o clube. **Vamos para o clube?** Ah, mas o que que eu vou fazer lá? **Ah, lá a gente tem conhecimento!, tem café, tem divertimento, tem passeios, as tarefas são sempre bem variadas, não fica repetindo sempre a mesma coisa, como se fosse um favor para ocupar o tempo de gente velha ...** é isso que eu falo para elas, para mim foi uma **bênção** mesmo. **Eu era muita nervosa antes**, tudo me deixava **irritada**, tudo me fazia **ter medo das coisas e por qualquer coisa eu ficava braba**, mas já tem sete anos que eu tenho **essa bênção** na minha vida.

JOÃO – Para mim é a mesma coisa, o Sr. Não faz ideia do como eu gosto da quarta-feira... eu, para mim, não tem coisa melhor. Eu, antes de vim para cá, eu não tinha amizades, vivia que era de tudo quase que sozinho, esperando os dias passar, sabe como é?

Agora, que além das professoras, eu já tenho como quem *proziá*, com quem conversar.. e ainda tem todo o conhecimento que *nós tem* aqui, porque ensinam é muita coisa, mas muita coisa mesmo! Eu nunca que tinha desenhado com lápis colorido, dá de fazer história, quando a professora monta as figuras, aparece até as histórias.

ANTONIO – A minha vida mudou bastante depois que a gente começou aqui no CRAS, que nem o Sr. João falou, nos conhecemos mais com pessoas de mais idade, fizemos amizades. Agora quando a gente encontra as pessoas na rua, sabe quem que é né?, se cumprimenta, conversa...

Eu não tenho vindo muito, mas quando eu venho, me sinto muito bem, fiz muitos amigos aqui. Encontra as pessoas na rua, os colegas da gente. Outro dia mesmo estávamos na rua e uma colega passou do outro lado da Rua e gritou: Não foi mais no Grupo!! Então além da amizade, tem a conversa, o sentimento de saber entender as pessoas de mais idade,

porque eu já sou meio idoso né, mas nunca tinha participado assim, com outras pessoas idosas de nada desse tipo. Que nem, me lembrei agora do Sr. Agostinho, do tanto que nós falávamos sobre a vida na Roça, eu, ele e o finado Nelso.

ROSILDA – ah, melhorou muito, no sítio é tudo bem diferente, era tudo bem diferente... faz 2 anos que estamos vindo aqui... e tudo ficou muito diferente mesmo. Como ele falou (Antonio), ele estava até meio desanimado, porque lá no sítio era bem diferente, lá ele saía, trabalhava bastante, aqui ele quase não tinha o que fazer, ficava fechado o dia inteiro dentro de casa, e daí me falaram do CRAS aqui, eu vim aqui e falei: Meu Deus, não vai ter coisa melhor! Já me senti muito à vontade mesmo, fez amizade, conhece as pessoas que mora perto e as que moram longe, porque lá no interior você conhece todo mundo, não importa se ela mora longe, mas você conhece!

Mas de tudo que mais importa mesmo é ter coisas para fazer, conhecer as pessoas daqui, ocupar o tempo com as coisas boas e não sem ficar à toa, eu sou muito feliz assim do que como era antes.

EMÍLIA – O CRAS me ensinou bastante coisa, aprendi muita coisa, aprendi bastante mesmo, cada dia tem uma atividade nova, tem coisas diferentes para fazer.

Muita coisa eu não consigo explicar para outros, então eu sempre digo: vamos lá, vai comigo lá e você vai poder entender que maravilha que é lá, acaba que assim vai aumentando o número de amigos e colegas aqui do grupo.

IRACEMA – Posso dizer que contribui muito para as amizades, porque eu não sou daqui, eu sou do Rio Grande do Sul, então fazia pouco tempo que eu estava aqui, eu tinha vindo para cá e não conhecia quase ninguém, aí aumentou as amizades da gente, principalmente na idade da gente, com coisas e com os mesmo problemas, parecidos com a gente, a conversa é bemmmmm melhor!

Intervenção da D. ROSA – bem melhor do que ficar em casa, sozinha e pensando na velhice! Pelo menos acha uma companhia, sai de casa já conversando com aquela companhia e as coisas ficam muito mais alegres!

Retoma a IRACEMA – Principalmente por causa do meu esposo, porque como eu já falei, ele não sai de casa, então, pelo menos eu saio, eu posso vir e posso ter essa convivência e acabo levando assunto para casa também, porque senão ele além de não poder sair, não ia ficar sabendo das coisas. Porque tem muita coisa que eu vejo aqui, que

a gente faz aqui e que eu acabo aprendendo, que eu posso levar e mostrar para ele. Tem coisa que eu até tento ensinar para ele, porque tem coisa que eu não sei ensinar, mas umas outras eu que eu nem sabia que existia, eu mostro e ensino para o meu esposo.

Principalmente aquela carteirinha do idoso né? Isso eu consegui e eu nem sabia que era possível. Principalmente porque quando a gente muda de um estado para o outro, tem muita coisa que é diferente, que a gente não sabe se pode ou não, que nem conhece e nem sabe que existe. Então eu aprendi muita coisa.

Eu aprendo e passo pro meu esposo, principalmente com as coisas do idoso, que tem lei e a gente não sabe de nada. Isso tudo é muito bom, são as pessoas daqui que mostram para a gente, isso é um carinho que eles fazem para a gente.

JOÃO – Eu disse isso mesmo para o aquele que veio aqui outro dia... o ... Que foi lá para o Paraná, foi ele e o Pastor dele... Por Deus, ele não saía de casa, ficava sentado na mesa, de frente para a rua, vendo a rua e tudo, mas não *ponhava* nem o pé na calçada. E eu falei para ele, vamos lá CRAS, mas tem um monte de coisa para fazer lá. E eu fiquei ali, tinham mais dois rapazes também, e ficou que não teve jeito, morou do meu lado quase que dois anos e não veio. Não dá duzentos metros de lá até a minha casa e nem podia dizer que era longe. Vou lhe dizer que dá cento e cinquenta metros.

E teve uma vez que eu então fui lá antes de vir para cá, fiquei antes olhando assim, de perto... vi que ele estava no mesmo lugar de sempre, parado... fui chegando então e falei para ele que eu estava vindo para cá, se ele não queria vir comigo para conhecer. Ele disse que não, que a filha dele ia passar lá ainda. Mas que nada, nunca tinha visto a filha dele antes.

Acabou que depois de tudo isso, ele foi embora com a tal filha e ninguém mais ouviu falar nada dele. Agora o senhor veja, quanto tempo aquele *homi* ficou por aqui e só cuidou da sua janela??

O senhor veja: eu tenho um joelho ruim. Esse joelho quando dá mudança de tempo dói bastante. Mas é uma dor no osso mesmo, tem dias mesmo que nem dá de fazer nada. Não consigo dobrar a perna direito. Aí eu venho pra cá e nem sinto mais a dor, parece que foi embora, que nem se tivesse tomado um remédio, sabe? Se eu ficasse em casa cuidando da rua pela minha janela, essa dor ia continuar.

Então, dá para dizer que até as dores da gente melhoram quando a cabeça tá ocupada, porque não tem outra explicação para passar uma dor de joelho. Como que eu vou explicar isso? O senhor está me entendendo?

SOBRE AS PESSOAS QUE TRABALHAM NO CRAS

ALÁDIA – A gente é **muito bem tratado aqui**, mas muito bem recebida mesmo, eu posso dizer que adoro a Ana e todos os outros professores e funcionários daqui. **Eu toda vida gostei das educadoras**, vez ou outra eu encontro a educadora por aí, eu paro, converso, **abraço sempre**, porque elas **são muito queridas comigo e com todos daqui**. São uma bênção de Deus!

EU – A Sra. Usou um termo que me chamou a atenção. A Sra. Chamou essas pessoas de EDUCADORAS.. queria que a Sra. Me explicasse melhor isso.

ALÁDIA – Sim, porque **não é como se se tivesse só cuidando de passar o tempo**, o Sr. Olha **o tanto de coisa que a gente aprende aqui...** mas olha, **não tem uma semana que a gente chega aqui e vai embora sem ter aprendido coisas novas**, sem ter visto as amigas e conhecido um monte de coisa... é pintura, desenho, esse bordado mesmo que estamos fazendo hoje, olha só como é bom fazer essas coisas.

JOÃO – Eu enxergo muito bem essas pessoas. Eu nunca que vi nenhum deles fazendo nada de errado, tratando ninguém de forma errada, sempre com muito respeito, eu costumo dizer que são nossos professores, pois é como se fosse uma aula para nós toda semana. São pessoas muito boas.

ANTONIO – Mas olha, são bem acolhedores, não tem nem o que falar, o modo que eles tratam a gente, como mostram as coisas e ensinam um monte.. Além de a gente ter elas como professoras, a gente tem como amigos, a gente se encontra na rua e sabe quem é e sabe que pode confiar nessas pessoas. Do mesmo jeito que tratam a gente no CRAS trata na rua e onde for, no mercado outro dia nós encontramos a professora e ela veio e fez .. e deu bom dia e já falou do gripe que ela (Rosilda) estava gripada e na hora ela já queria saber se ela ia voltar na outra semana, e é assim, as educadoras são muito bacana com nós.

As coisas que elas ensinam aqui contribuem bastante para a gente saber como as coisas estão, porque senão a gente só fica sabendo das coisas que não tem importância, só se

fala de violência e de tristeza, é só o que você escuta falar na rua. Eu nem tenho nem palavras.

ROSILDA - Não apenas pelas coisas que elas fazem e ensinam, mas também por a gente gostar bastante deles é que a gente está aqui, Eles tratam muito bem a gente, a Ana e as outras também, meu Deus do céu, respeitam a gente em tudo, a Ana e todas as outras também, não tem ninguém aqui que não está sempre disposta a ajudar, tem coisa que a gente nem sabe direito e eles sempre explicam como funcionam, os nossos direitos e como que tem que fazer as coisas, dos documentos, da carteirinha e tudo que precisa saber é com eles que a gente vê. Eu não achei ainda, em nenhum lugar, pessoas como as que a gente tem aqui, sempre orientando, o pessoal da secretaria ali, sempre somos muito bem atendidos. Chegou do portão para dentro, tudo muda na nossa vida.

Até em casa parece que fica diferente. Parece que até as crias sabem que é dia de reunião no CRAS, porque eles já olham diferente para a gente. Ficam com os olhos mais cumpridos, como se quisessem falar com a gente. Porque a gente sempre leva uma coisinha, um pedacinho de bolo, um salgado, uma coisinha para eles, então é aquela festa, nem dá tempo de entrar direito e já tem uma festa só.

EMÍLIA – Eu acho que elas são muito bem preparadas, e estão sempre alegres (RISOS), elas são muito alegres! Porque não tem nada que a gente pergunta que eles não explicam, mas é sempre assim, tudo que a gente precisa eles dão um jeito de explicar e de ensinar. Se está fazendo alguma coisa errada, eles mostram como que deve de ser feito e pronto! Elas passam muita coisa para a gente, elas mudaram a vida da gente.

ROSA – Eu não chamo de outra coisa... elas são minhas professoras, eu enxergo elas como professoras, porque estão sempre ensinando as coisas, eu só estou vindo há duas semanas, mas estou achando ótimo. Eu inclusive acho que o professor a gente tem que obedecer, porque se eu estou aqui aprendendo coisas e conhecendo como se faz isso (mostrando o bordado), eu preciso obedecer o professor. Pelo professor a gente tem que ter respeito, se eu estou aqui, tenho que obedecer quem está me ensinando.

IRACEMA – Ahhh, todo mundo é legal aqui, são pessoas muito boas, são mais do que orientadores, são amigas também, é para todas as horas e para todas as coisas, inclusive

tem muita gente que, quando tem um probleminha, chega e fala pro professor, que sempre escuta a gente e diz o que tem que fazer, como é que tem que fazer...

A atenção é o que mais impressiona. Principalmente a Ana *né*? As outras eu não sei muito delas, eu não conheço muito, mas a Ana, é a atenção, ela está sempre pronta para ouvir, sempre rindo (RISOS DE TODOS), as quartas-feiras são sempre de muita risada... (risos) e não é bom sorrir??

CRAS COMO POLÍTICA

ALÁDIA – A minha vida melhorou 100%, quando eu não vinha no CRAS a minha vida era sempre rui, eu quando ficava em casa só vivia chorando, só vivia pensando coisa ruim, não fazia nada. Hoje não, hoje eu penso coisa boa! Eu estou com 82 anos mas eu penso: Ah, eu tenho uma vida boa, Graças a Deus! Tenho saúde, eu saio de dentro de casa, não fico dentro de casa, porque se for pra ficar dentro de casa agente só bota coisa ruim na cabeça, *né*? Convido muitas pessoas para vim para o clube. Vamos para o clube? Ah, mas o que que eu vou fazer lá? Ah, lá a gente tem conhecimento!, tem café, tem divertimento, tem passeios, ... é isso que eu falo para elas, para mim foi uma bênção mesmo. Eu era muita nervosa antes, tudo me deixava irritada, tudo me fazia ter medo das coisas e por qualquer coisa eu ficava braba, mas já tem sete anos que eu tenho esse bênção na minha vida.

JOÃO – Para mim é a mesma coisa, o Sr. Não faz ideia do como eu gosto da quarta-feira... eu, para mim, não tem coisa melhor. Eu, antes de vim para cá, eu não tinha amizades, vivia que era de tudo quase que sozinho, esperando os dias passar, sabe como é?

Agora, que além das professoras, eu já tenho como quem *proziá*, com quem conversar.. e ainda tem todo o conhecimento que *nós tem* aqui, porque ensinam é muita coisa, mas muita coisa mesmo! Eu nunca que tinha desenhado com lápis colorido, dá de fazer história, quando a professora monta as figuras, aparece até as histórias.

ANTONIO – A minha vida mudou bastante depois que a gente começou aqui no CRAS, que nem o Sr. João falou, nos conhecemos mais com pessoas de mais idade, fizemos

amizades. Agora quando a gente encontra as pessoas na rua, sabe quem que é né?, se cumprimenta, conversa...

Eu não tenho vindo muito, mas quando eu venho, me sinto muito bem, fiz muitos amigos aqui. Encontra as pessoas na rua, os colegas da gente. Outro dia mesmo estávamos na rua e uma colega passou do outro lado da Rua e gritou: Não foi mais no Grupo!! Então além da amizade, tem a conversa, o sentimento de saber entender as pessoas de mais idade, porque eu já sou meio idoso né, mas nunca tinha participado assim, com outras pessoas idosas de nada desse tipo. Que nem, me lembrei agora do Sr. Agostinho, do tanto que nós falávamos sobre a vida na Roça, eu, ele e o finado Nelso.

ROSILDA – ah, melhorou muito, no sítio é tudo bem diferente, era tudo bem diferente... faz 2 anos que estamos vindo aqui... e tudo ficou muito diferente mesmo. Como ele falou (Antonio), ele estava até meio desanimado, porque lá no sítio era bem diferente, lá ele saía, trabalhava bastante, aqui ele quase não tinha o que fazer, ficava fechado o dia inteiro dentro de casa, e daí me falaram do CRAS aqui, eu vim aqui e falei: Meu Deus, não vai ter coisa melhor! Já me senti muito à vontade mesmo, fez amizade, conhece as pessoas que mora perto e as que moram longe, porque lá no interior você conhece todo mundo, não importa se ela mora longe, mas você conhece!

Mas de tudo que mais importa mesmo é ter coisas para fazer, conhecer as pessoas daqui, ocupar o tempo com as coisas boas e não sem ficar à toa, eu sou muito feliz assim do que como era antes.

EMÍLIA – O CRAS me ensinou bastante coisa, aprendi muita coisa, aprendi bastante mesmo, cada dia tem uma atividade nova, tem coisas diferentes para fazer.

Muita coisa eu não consigo explicar para outros, então eu sempre digo: vamos lá, vai comigo lá e você vai poder entender que maravilha que é lá, acaba que assim vai aumentando o número de amigos e colegas aqui do grupo.

IRACEMA – Posso dizer que contribui muito para as amizades, porque eu não sou daqui, eu sou do Rio Grande do Sul, então fazia pouco tempo que eu estava aqui, eu tinha vindo para cá e não conhecia quase ninguém, aí aumentou as amizades da gente, principalmente na idade da gente, com coisas e com os mesmo problemas, parecidos com a gente, a conversa é bemmmmm melhor!

Intervenção da D. ROSA – bem melhor do que ficar em casa, sozinha e pensando na velhice! Pelo menos acha uma companhia, sai de casa já conversando com aquela companhia e as coisas ficam muito mais alegres!

Retoma a IRACEMA – Principalmente por causa do meu esposo, porque como eu já falei, ele não sai de casa, então, pelo menos eu saio, eu posso vir e posso ter essa convivência e acabo levando assunto para casa também, porque senão ele além de não poder sair, não ia ficar sabendo das coisas. Porque tem muita coisa que eu vejo aqui, que a gente faz aqui e que eu acabo aprendendo, que eu posso levar e mostrar para ele. Tem coisa que eu até tento ensinar para ele, porque tem coisa que eu não sei ensinar, mas umas outras eu que eu nem sabia que existia, eu mostro e ensino para o meu esposo.

Principalmente aquela carteirinha do idoso né? Isso eu consegui e eu nem sabia que era possível. Principalmente porque quando a gente muda de um estado para o outro, tem muita coisa que é diferente, que a gente não sabe se pode ou não, que nem conhece e nem sabe que existe. Então eu aprendi muita coisa.

Eu aprendo e passo pro meu esposo, principalmente com as coisas do idoso, que tem lei e a gente não sabe de nada. Isso tudo é muito bom, são as pessoas daqui que mostram para a gente, isso é um carinho que eles fazem para a gente.

JOÃO – Eu disse isso mesmo para o aquele que veio aqui outro dia... o ... Que foi lá para o Paraná, foi ele e o Pastor dele... Por Deus, ele não saía de casa, ficava sentado na mesa, de frente para a rua, vendo a rua e tudo, mas não *ponhava* nem o pé na calçada. E eu falei para ele, vamos lá CRAS, mas tem um monte de coisa para fazer lá. E eu fiquei ali, tinham mais dois rapazes também, e ficou que não teve jeito, morou do meu lado quase que dois anos e não veio. Não dá duzentos metros de lá até a minha casa e nem podia dizer que era longe. Vou lhe dizer que dá cento e cinquenta metros.

E teve uma vez que eu então fui lá antes de vir para cá, fiquei antes olhando assim, de perto... vi que ele estava no mesmo lugar de sempre, parado... fui chegando então e falei para ele que eu estava vindo para cá, se ele não queria vir comigo para conhecer. Ele disse que não, que a filha dele ia passar lá ainda. Mas que nada, nunca tinha visto a filha dele antes.

Acabou que depois de tudo isso, ele foi embora com a tal filha e ninguém mais ouviu falar nada dele. Agora o senhor veja, quanto tempo aquele “homi” ficou por aqui e só cuidou da sua janela??

SOBRE AS PESSOAS QUE TRABALHAM NO CRAS

ALÁDIA – Aqui é onde temos de tudo. Se falta alguma coisa é aqui que resolvemos. E não tô falando apenas de coisa que falta na nossa casa não, é tipo de informação, de esclarecimento mesmo. Na maioria das vezes, a gente fica sem sabe se pode acreditar ou não numa coisa que vê na televisão ou escuta no rádio, porque é assim né?!, tem coisas que os outros escutam e não pensam se é certo ou errado, já copia e faz igual ou faz o que mandam fazer. Mas aqui no CRAS, se eu quero saber de alguma coisa ou se eu tenho algum direito, as educadoras já me explicam tudinho, eles aqui sabem de tudo.

E não é só as coisas de informação não, tem muita coisa que aprendemos aqui e vários de nós não sabia fazer. Na outra casa lá que eu aprendi a fazer tricô, porque eu não sabia antes. Aqui tem um monte de vezes que a gente faz artes com tinta e pincel, mas quando que eu lidei com tinta na minha vida? Foi nunca!

As educadoras são como anjos na minha vida, eu sei que posso contar com elas, são mais do que professoras, são umas bênçãos na nossa vida!

JOÃO – Eu penso como ela falou (Aládia), se eu aprendo coisa nova ainda nessa altura da vida é porque eu tô aqui e porque tem gente muito boa aqui para me ensinar. Não tem o que aprender dessas coisas em casa ou na rua, à toa. Para mim foi uma grande coisa, uma contribuição mesmo. Eles aqui fazem de tudo um pouco, tem coisa que eu nem entendo, mas eu acho ótimo! A Professora deve pensar que eu sou burro (RISOS), mas não é?? Nem a linha na agulha eu consegui colocar e vocês *tão* rindo... (risos).

ANTONIO – Mas olha, eu também, eu penso que o CRAS é muito importante, porque não tem quem faça essas coisas que eles fazem aqui. Sem o professor que a gente tem aqui, tem muita coisa que não tinha como ficar sabendo. São pessoas que ajudam a gente, que sabem ensinar do jeito que a gente precisa entender. Tem gente que acha que só porque nós não somos mais criança (risos) ..

– INTERVENÇÃO da IRACEMA – Como não somos mais crianças?? Eu ainda sou uma criança! (risos de todos)

Só porque não somos mais crianças, temos que entender tudo que falam ou que tentam ensinar. Mas eu digo que não é assim, tem coisa que parece que fica até mais difícil de aprender depois que você é idoso, ou adulto mesmo.

Então não tem o que falar dos professores, são gente muito boa mesmo, coisa de Deus mesmo!

ROSILDA - Mas olha, dizer o quê? Tudo já foi falado pelos outros. Eu falo a mesma coisa... se tem gente que merece o meu obrigado esse pessoal são os professores que a gente tem aqui. Não tem um dia que elas parecem que tem problemas. A gente chega aqui, cada um com o seu problema, cada um vem com uma coisa para saber, as vezes é um problema de documento, ou dúvida mesmo sobre a saúde, tem consulta com médico, ou até quando o postinho precisa fazer alguma, mas tem sempre uma professora que pode ajudar, tem sempre alguém que sabe daquilo ou se não sabe na hora, no outro dia já vem e diz certinho como é e como é que tem que fazer.

Questionei se isso era comum –

Sim, muito comum mesmo. Acho que eu, não posso dizer pelos outros, mas eu acho que todo mundo que vem e que está aqui, já fez isso pelo menos uma vez, porque a gente acaba que não sabe das coisas, das leis e tal.

EMÍLIA – Eu falo para elas que são como anjos (risos)... todas muito queridas, mas muito queridas mesmo! A gente esquece dos problemas de casa aqui, elas ensinam de tudo, parece que elas sabem de tudo, sempre tem uma coisa nova. Não dá para reclamar de nada, eles ajudam sempre em tudo.

ROSA – Eu tô aqui tem pouco tempo, mas eu estou gostando muito. Todo mundo muito bacana mesmo.

APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
TCLE

Você está sendo solicitado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa desenvolvida pelo mestrando, LEANDRO CAMPOS BARROCAS, vinculado ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Práticas Educativas do Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE. O objetivo dessa pesquisa é analisar os sentidos e significados das políticas públicas educacionais para a terceira idade, tendo como referência a afetividade e as práticas educativas, interpretando sentidos e significados para o cidadão idoso.

Os dados serão coletados, mediante sua autorização, via anotações em um diário de bordo, com possível registro fotográfico e atividades desenvolvidas junto aos idosos e à sociedade.

Importante ressaltar que você terá total liberdade de se recusar a participar das atividades propostas pelo pesquisador se de alguma maneira, se sentir constrangido(a), assim como também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência acarrete qualquer prejuízo a você. Destacamos ainda que a participação nesta pesquisa é opcional e que representa riscos ou desconfortos mínimos. Assim, como não implicará em recebimentos ou ressarcimentos de qualquer ordem.

Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você, como já mencionado, não será penalizado(a). De igual modo, é importante lembrar que você terá direito a esclarecimentos sobre a pesquisa em qualquer momento, sendo sempre garantido o sigilo de identidade e de informações confidenciais. Esses dados da pesquisa (dados dos grupos focais, observação de aulas, anotações, gravações, fotografias, filmagens, produções musicais) ficarão sob a responsabilidade do pesquisador por um período de cinco anos, após o qual serão devidamente destruídos.

Lembramos ainda que, a sua participação será de suma relevância para o cumprimento do objetivo proposto na pesquisa; sendo que os benefícios dessa pesquisa serão de âmbito acadêmico e profissional para o campo das Políticas Públicas e Práticas Educativas para a cidade de Joinville. Nesse sentido, os resultados deste estudo, poderão ser apresentados em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas, para tanto, peço a sua anuência.

Em caso de dúvida, você poderá procurar a professora orientadora desta pesquisa Prof.^a Dr.^a JANE MERY RICHTER VOIGT no Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, pelo telefone (47) 3461-9077 ou no seguinte endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, Bloco A, sala A 227B. Bem como, o pesquisador, pelo telefone (47) 988042144. Se você tiver alguma dúvida a ser esclarecida sobre a ética que envolve a referida pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pelo telefone: (47) 3461-9235 ou no endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, Bloco B, sala B 31.

Após ser esclarecido sobre a pesquisa, no caso de você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG _____, declaro ter sido suficientemente informado(a) e concordo em autorizar a participação voluntária na pesquisa descrita acima. Joinville, ____ de setembro de 2017.

Assinatura

Leandro Campos Barrocas
Pesquisador Responsável

APÊNDICE 4 - AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E SOM

Eu, _____,
RG _____, autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizar o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização destas imagens será para fins da pesquisa, **“SENTIDOS E SIGNIFICADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFETIVIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A TERCEIRA IDADE”** a ser realizada pelo Mestrando Leandro Campos Barrocas, sob orientação da Prof.^a Dr.^a JANE MERY RICHTER VOIGT e co-orientação da Prof.^a Dr.^a SILVIA SELL DUARTE PILLOTTO, cujo objetivo é Analisar as práticas educativas em artes visuais na terceira idade, tendo como referência a ação mediadora e a sensibilidade, mobilizando memórias e experiências como possibilidade de construção de sentidos e relações com o cotidiano.

Joinville, 06 de setembro de 2017.

Assinatura: _____

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de, et al. Reflexões sobre sentido e significado. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p.54-72.

_____. Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. R. Bras. Est. Pedag. - RBEP, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

_____. Wanda Maria Junqueira; SOARES, Júlio Ribeiro e MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. Cadernos de Pesquisa. V. 45, n 155, p. 56-75, 2015.

_____. Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

AHLERT, Alvorí. Eticidade da educação : o discurso de uma práxis solidária/universal. Coleção Fronteiras da Educação. 2.ed. Ijuí-RS: UNIUI,2003.

_____. Alvorí. Políticas públicas e educação na construção de uma cidadania participativa no contexto do debate sobre ciência e tecnologia. EDUCERE – Revista da Educação, p. 129-148, vol. 3, n.2, jul./dez., 2003.

ANTUNES, Ricardo. Adeus Trabalho – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, Cortes, 2000.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003

BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de. A Política Social Brasileira, 1930-64. Porto Alegre. 1983.

BARROCO, Sonia Mari Shima. Psicologia educacional e arte: uma leitura histórico-cultural da figura humana. Maringá: Edum, 2007.

BESSA, Maria Eliana Peixoto; SILVA, Maria Josefina da. *Motivações para o ingresso dos idosos em instituições: um estudo de caso*. Florianópolis. 2008

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BOGDAN, R., BIKLEN, S., (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. *Comentários à Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

BORGES, Bruno Barbosa. *Justiça de transição: a transição inconclusa e suas consequências na democracia brasileira*. Curitiba: Juruá, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Ofício do Sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRANDÃO, C. R. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Carlos R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense. 1995.

BRASIL. Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.joinville.sc.gov.br/institucional/cras-jardim-paraiso/> acesso em 21/07/2017.

_____. Consultor Jurídico. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jul-05/senso-incomum-quando-direito-serve-dizer-feio>, acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 24 de junho de 2017.

_____. *Estatuto do Idoso: Lei Federal 10.741/2003*. Brasília, 2003.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> acesso em 07/07/2017.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasil, 1993.

_____. Política Nacional do Idoso. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

_____. Política Nacional do Idoso: Lei Federal 8.842/1994. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm.

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania Não Tem Idade. In Revista Serviço Social e Sociedade. Ed. Cortez, São Paulo, 2003. P. 74-83.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO T, NÓBREGA ACL, LAZZOLI JK, MAGNI JRT, REZENDE L, DRUMMOND FA, et al. Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde. Rev. Bras. Med. Esporte 1996; 2: p. 79-81.

CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CENEVIVA, W. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: A Terceira Idade nas Alternativas da Lei. A Terceira Idade, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 7-23, mar.2004.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

CORTELLA, M.S. Não Se Desespere: provocações filosóficas. (3ª ed.). São Paulo (SP): Vozes. 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CREVELIM, Maria A.; PEDUZZI, Marina. A participação da comunidade na equipe de saúde da família: é possível estabelecer um projeto comum entre trabalhadores e usuários? *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-331, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A Judicialização da Educação. In: *Revista do Ministério Público do Estado de Goiás*, Goiânia, Ano XII, n.19, out. 2009.

DALLA VALLE, Luciana de Luca. *Metodologia de alfabetização*. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu, em *Elementos de teoria geral do Estado*. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DALL'AGNOL, C. M.; TRENCH, M.H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 5-25, 1999.

DEBUS, M. *Manual para excelência em la investigacion mediante grupos focales*. Washington: Academy for Educational Development, 1997.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez; 2002.

_____. *Política Social do Conhecimento*. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2000.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma aproximação à pedagogia social. *Revista Lusófana de Educação*. 2006, 7, 91-104.

DWORKIN, Ronald. *Levando o direito a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo. Martins Fontes, 2002.

FAUSTO, B. A revolução de 30. In: MOTA, C. G. (Org.) *Brasil em perspectiva*, São Paulo: Difel, 1977.

FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Educação e mudança. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GATTI, Bernardete Angelina. Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro 2005.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. EDUCAR NA ESPERANÇA EM TEMPO DE DESENCANTO - 7ª Edição, Editora Vozes. Petrópolis, RJ 2001.

GERMANO, José Wellington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.

GOHN, D. Auto-aprendizagem musical: alternativas tecnológicas, São Paulo: ANNABLUME, 2003

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez. 3º ed. 2005.

_____. Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

_____. Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. Cortez, 2010, São Paulo.

_____. Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, 2006.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paideia, (2002), V. 12, n. 24, p. 149-161, Ribeirão Preto, SP.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUTIÉRREZ, Alicia B. Las Prácticas Sociales: una introducción a Pierre Bourdieu. Madrid: Tierradenadie, 2002.

HÖFLING, 2001, em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>, acesso em 18 de junho de 2017.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Revista Cadernos CEDES. Campinas: UNICAMP, n. 55, p. 30-41, 2001.

IBÁÑEZ, Jesús. Perspectivas de la Investigación Social: el diseño en las tres perspectivas. In: IBÁÑEZ, Jesús. El Análises de la Realidad Social – Métodos y técnicas de investigación. Madrid: Alianza Editorial, 1989. p. 57-98.

IBÁÑEZ, J. Más allá de la sociología. El grupo de discusión: Teoría y crítica (5ª. ed.). Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 05 de fevereiro de 2018. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>

JUSTO, J. S.; ROZENDO, A. S.; CORREA, M. R. O idoso como protagonista social. Revista A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento. São Paulo: SESC-GETI, vol. 21, número 48, p. 39-53, jul. 2010.

KERTENETZKY, C.L. Welfare State e Desenvolvimento. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, 2011.

KWON, Huck-ju, MKANDAWIRE, Thandira e PALME, Joakim. (2009), "Introduction: Social Policy and Economic Development in Late Industrializers". *International Journal of Social Welfare*, p. S1-S11.

LEFEBVRE, Henri. Lógica dialética / lógica formal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

_____. José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo, Cortez, 1998.

LIMA, M.A.X.C. (2005). O fazer Institucionalizado: O cotidiano do Asilamento. Dissertação de mestrado. São Paulo (SP): PEPGG/PUC-SP.

MACHADO. Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não formal e educação sócio comunitária. 2008. Disponível em: http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/mesa_8_texto_evelcy.pdf

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARSHALL, Tomas Humprey. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1967.

MARX, Karl. Miséria da filosofia. São Paulo: Grijalbo, 1976.

_____., Karl. O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. 6a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. 2001.

MEIRA, M.; PILLOTTO, S. Arte, afeto e educação: a sensibilidade na ação pedagógica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MÉSZAROS, István. A Educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. SUR – Revista internacional de Direitos Humanos, v. 7, n. 13, p. 7-25, São Paulo, dez. 2010. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/entre-repara%C3%A7%C3%B5es-meias-verdades-e-impunidade-o-dif%C3%ADcil-rompimento-com-o-legado-da-ditadura>. Acesso em: 27 set. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de S. Revista Brasileira De Educação Médica, 2009, N. 33, p. 83 – 91.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964.

NAMURA, M. R. Por que Vygotski se centra no sentido: uma breve incursão pela história do sentido na psicologia. Psicologia da Educação, v. 19, p. 91-117, 2004.

NERI, A. L. Qualidade de vida na velhice e subjetividade. In A. L. Neri (Org.), Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea. 2007.

NERI, A. L., YASSUDA, M. S., & CACHIONI, M. Velhice Bem sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos. São Paulo: Papirus, 2004.

OLIVEIRA, Mirian; FREITAS, Henrique M.R. *Focus Group* – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. Revista de Administração, São Paulo. V. 33, n. 3, p. 83-91, julho, 1998.

OÑA, José Manuel. El educador social: un profesional de la educación en contacto con la infancia. In: Revista de Educación Social. España: Asociación Estatal de Educación Social. N.º 4, 27 de setembro de 2005. Tradução: RIBAS, Érico e OLIVEIRA, Alexandre Anastácio de. (2013).

PATTON, M. Qualitative Evaluation Methods. Beverly Hills, Sage, Publi.1986.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes; 1991.

ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. Profissão: educador social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SÁNCHEZ-PINILLA, M. D., & LEGERÉN, A. D. (2008). La práctica conversacional de grupo de discusión: Jóvenes, ciudadanía y nuevos derechos. A. Gordo, & A. Serrano (Coord.). Estrategias y prácticas cualitativas de investigación social. Madrid: Pearson Prentice Hall.

SANTANA, Maria da Silva. e MAIA, Eulália M. Chaves. Atividade Física e Bem-Estar na Velhice, Rev. Salud Pública. 11 (2): 225-236, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S. Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 53-72, jun. 2010.

SELLA, Adriano. Globalização Neoliberal e Exclusão Social: Alternativas...? São Possíveis! São Paulo, SP. Editora Paullus, 2002.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 24^a ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Rerlen Ricardo. Projeto Político-Pedagógico: Articulações com Aspectos Culturais Locais e Educação do Campo na Escola Agrícola Municipal Carlos Heins Funke – Joinville/SC. Dissertação de Mestrado, UNIVILLE, 2015.

SILVA, Roberto da, NETO, João Clemente de Souza, MOURA, Rogério Adolfo. (orgs). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOARES, Júlio Ribeiro; BARBOSA, Silvia Maria Costa. O movimento do sujeito na pesquisa qualitativa de autoconfrontação simples e cruzada. In: ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; FUMES, Neisa de Lourdes; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira (Orgs.). Estudos sobre a atividade docente: aspectos metodológicos em questão. São Paulo: Educ: Edufal, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SOUZA, J.M. Um olhar sobre a dor do idoso. In: Leão ER, Chaves LD. Dor: 5^o sinal vital: reflexões e intervenções de enfermagem. Curitiba: Matinari; 2004. p.263-274

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social V Conferência Nacional de Assistência Social: Assistência Social - reflexões sobre a política e sua regulação. Brasília: CNAS, 2005.

STRECK. Lenio. Verdade e Consenso: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 4^a. Edição. Porto Alegre, 2011.

VARGAS, Getúlio. Mensagens Presidenciais: 1933-1937. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. O Idealismo da Constituição. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 2^a. Ed. 1939.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, Maria Lúcia; DIAS, Monique. Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências. Ciência e Cultura, São Paulo, n. 4, 2005.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A construção do pensamento e da linguagem. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Lev Semenovich. Teoria e método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WELLER, Wivian. PFAFF, Nicolle. Metodologia da pesquisa qualitativa em educação. Teoria e Prática. Vozes, 2011, Petrópolis, Rio de Janeiro.

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Leandro Campos Barrocas

RG: 09503692-7

Titulo da Dissertação: "SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS IDOSOS ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO FORMAIS VIVENCIADAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS".

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 16/02/2018.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Leandro Campos Barrocas', is written over a horizontal line.

Leandro Campos Barrocas